



Diário Oficial Eletrônico

Tribunal de Contas do Amazonas



Manaus, 5 de abril de 2021

Edição nº 2505 Pag.1

Sumário

TRIBUNAL PLENO	1
PAUTAS	1
ATAS	3
ACÓRDÃOS	3
PRIMEIRA CÂMARA.....	39
PAUTAS	39
ATAS	39
ACÓRDÃOS	39
SEGUNDA CÂMARA	39
PAUTAS	39
ATAS	39
ACÓRDÃOS	39
MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCE.....	40
ATOS NORMATIVOS	40
GABINETE DA PRESIDÊNCIA.....	66
DESPACHOS	66
PORTARIAS	67
ADMINISTRATIVO	71
DESPACHOS.....	71
EDITAIS	73

TRIBUNAL PLENO

PAUTAS

9ª PAUTA ADMINISTRATIVA DO TRIBUNAL PLENO - PROCESSOS DO SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES (SEI), 9ª SESSÃO VIRTUAL DE 07 DE ABRIL DE 2021, NA PRESIDÊNCIA DO EXMO. SR.CONSELHEIRO MARIO MANOEL COELHO DE MELLO

JULGAMENTO EM PAUTA:

CONSELHEIRO RELATOR: MARIO MANOEL COELHO DE MELLO

1. NÚM. PROCESSO: 001528/2021

TIPO DE PROCESSO: ADM - Pessoal: Auxílio Funeral



Diário Oficial Eletrônico de Contas

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Av. Efigênio Sales, nº 1155 - Parque 10 de Novembro - Manaus - AM - CEP: 69055-736
Horário de funcionamento: 7h - 13h
Telefone: (92) 3301-8180 - e-mail: doe@tce.am.gov.br

[@tceamazonas](#) [/tceam](#) [/tceam](#) [/tce-am](#) [/tceamazonas](#) [/tceam](#)



Diário Oficial Eletrônico

Tribunal de Contas do Amazonas



Manaus, 5 de abril de 2021

Edição nº 2505 Pag.2

ESPECIFICAÇÃO: Requerimento de concessão do auxílio

INTERESSADO(S): Herbert Andrade dos Santos, filho da servidora

aposentada, Sra. Venina Andrade dos Santos

ÓRGÃO: Tribunal de Contas do Estado do Amazonas

2. NÚM. PROCESSO: 006827/2020

TIPO DE PROCESSO: ADM - Pessoal: Licença Especial

ESPECIFICAÇÃO: Requerimento de concessão da licença

INTERESSADO(S): Walter Rodrigues Salles

ÓRGÃO: Tribunal de Contas do Estado do Amazonas

3. NÚM. PROCESSO: 269/2019-S

TIPO DE PROCESSO: ADM - Pessoal: Aposentadoria

ESPECIFICAÇÃO: Solicitação de aposentadoria voluntária

INTERESSADO(S): Luiz Carlos Mestrinho Mello Júnior

ÓRGÃO: Tribunal de Contas do Estado do Amazonas

4. NÚM. PROCESSO: 3090/2013-S

TIPO DE PROCESSO: ADM - Pessoal: Vantagem Pessoal

ESPECIFICAÇÃO: Solicitação quanto à atualização de seus vencimentos,

à título de vantagem pessoal.



Diário Oficial Eletrônico de Contas

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Av. Efigênio Sales, nº 1155 - Parque 10 de Novembro - Manaus - AM - CEP: 69055-736
Horário de funcionamento: 7h - 13h
Telefone: (92) 3301-8180 - e-mail: doe@tce.am.gov.br

@tceamazonas /tceam /tceam /tce-am /tceamazonas /tceam



Diário Oficial Eletrônico

Tribunal de Contas do Amazonas




Manaus, 5 de abril de 2021

Edição nº 2505 Pag.3

INTERESSADO(S): Maria de Nazareth Nunes Guimarães

ÓRGÃO: Tribunal de Contas do Estado do Amazonas


MIRTYL FERNANDES LEVY JUNIOR
Secretário do Tribunal Pleno


ANTÔNIA MARIA ALVES DE ALENCAR
Chefe da Divisão de Preparo de Julgamento

ATAS

Sem Publicação

ACÓRDÃOS

PROCESSOS JULGADOS PELO EGRÉGIO TRIBUNAL PLENO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, SOB A PRESIDÊNCIA DO EXMO. SR. MÁRIO MANOEL COELHO DE MELLO NA 05ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 09 DE MARÇO DE 2021.

JULGAMENTO EM PAUTA:

CONSELHEIRO-RELATOR: JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO.

PROCESSO Nº 15.518/2020 (Apenso: 15.517/2020) - Recurso de Revisão interposto pelo Sr. Geraldo Monteiro Teixeira, em face da Decisão nº 1415/2012-TCE-Primeira Câmara, exarada nos autos do Processo nº 15.517/2020 (Processo Físico Originário nº 6233/2011).

ACÓRDÃO Nº 181/2021: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art.11, inciso III, alínea “g”, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do votado Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Conhecer** do Recurso de Revisão interposto pelo Sr. Geraldo Monteiro Teixeira, por preencher os requisitos de admissibilidade dos arts. 59, IV, e 65, caput, da Lei nº 2423/1996 (LO-TCE/AM), c/c o art. 157, caput da Resolução nº 04/2002 (RI-TCE/AM); **8.2. Dar Provimento** ao Recurso de Revisão interposto pelo Sr. Geraldo Monteiro Teixeira, nos termos do art. 1º, XXI, da Lei nº 2423/1996, reformando Decisão nº 1415/2012-TCE-Primeira Câmara, nos autos do Processo nº 6233/2011 – (Proc. n. 15517/2020), nos termos abaixo indicados, mantendo-se suas demais disposições; **8.3. Determinar** ao Chefe do Poder Executivo que, no prazo de 60 (sessenta) dias, retifique o Ato de Inativação do Sr. Geraldo Monteiro Teixeira, promovendo a correção do valor do Adicional por Tempo de Serviço, de modo que seja calculado sobre o último Soldo percebido pelo Recorrente. Dentro do mesmo prazo, que encaminhe a este Tribunal, cópias da Guia Financeira e do

Diário Oficial Eletrônico de Contas

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Av. Efigênio Sales, nº 1155 - Parque 10 de Novembro - Manaus – AM - CEP: 69055-736
Horário de funcionamento: 7h - 13h
Telefone: (92) 3301-8180 - e-mail: doe@tce.am.gov.br

 @tceamazonas f /tceam t /tceam tce-am tceamazonas tceam





Diário Oficial Eletrônico

Tribunal de Contas do Amazonas



Manaus, 5 de abril de 2021

Edição nº 2505 Pag.4

Ato de Inativação devidamente retificados;**8.4. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que adote as providências previstas no art. 161, caput, do Regimento Interno (Resolução n.º 04/2002); **8.5. Arquivar** o processo, desde que cumpridas as determinações deste Tribunal.

CONSELHEIRO-RELATOR: ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA.

PROCESSO Nº 11.731/2016 - Prestação de Contas Anual da Central de Medicamentos do Estado do Amazonas - CEMA, exercício de 2015, de responsabilidade do Sr. José Duarte dos Santos Filho e Sr. José Arnaldo Lima Grijó.

Advogados: Viviane da Silva Gesta – OAB/AM 11827 e Katiúscia Raika da Câmara Elias - OAB/AM 5225.

ACÓRDÃO Nº 182/2021: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do votado Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **10.1. Julgar irregular** a Prestação de Contas da Central de Medicamentos do Estado do Amazonas -CEMA, exercício de 2015, no período compreendido entre 01/01/2015 a 09/09/2015, de responsabilidade do **Sr. José Duarte dos Santos Filho**, ordenador de despesas, nos termos do art. 22, III, “b” da Lei Orgânica nº 2423/1996; **10.2. Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas a Prestação de Contas da Central de Medicamentos do Estado do Amazonas - CEMA, exercício de 2015, no período compreendido entre 10/09/2015 a 31/12/2015, de responsabilidade do **Sr. José Arnaldo Lima Grijó**, ordenador de despesas, nos termos do art. 22, II da Lei Orgânica nº 2423/1996; **10.3. Aplicar Multa** ao **Sr. José Duarte dos Santos Filho**, no valor de **R\$ 15.000,00** (quinze mil reais), com fundamento no art. 54, VI da Lei Orgânica nº 2423/1996, combinado com o art. 308, VI da Resolução TCE/AM nº 04/2002 (Regimento Interno), em razão das impropriedades não sanadas constantes nos itens 25.4, 25.6, 25.7, 25.9, 25.10, 32.3, 32.4, e 32.7, pela fundamentação constante no Relatório/Voto e fixar prazo de 30 (trinta) dias para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável; **10.4. Determinar** à atual gestão da Central de Medicamentos do Amazonas -CEMA: **10.4.1.** Que exerça controle mais efetivo acerca das entregas e validades dos produtos e medicamentos, criando métodos internos de controle mais efetivo e com auditorias internas periódicas (ordinárias e extraordinárias), além de uma verificação de estoques junto a cada unidade de saúde contemplada; **10.4.2.** Que observe com rigor a insuficiência de Câmaras Frias para armazenagem dos medicamentos termolábeis, uma vez que em inspeção in loco evidenciou-se que as existentes estão abarrotadas de medicamentos, o que coloca em risco a conservação dos mesmos; **10.4.3.** Que observem a falta de controle de endereçamentos dos medicamentos termolábeis no almoxarifado dessa CEMA, uma vez que em inspeção in loco evidenciou-se que alguns registros de endereçamento constantes no sistema informatizado não correspondem com a localização física; **10.4.4.** Que observem a deficiência no abastecimento junto à rede de saúde hospitalar que ocasiona a insuficiência de medicamentos que geram aquisições em forma de





fragmentação de despesa nas Unidades Hospitalares do Estado; **10.4.5.** Observe a devida legislação orçamentária, no sentido de manter o equilíbrio patrimonial da unidade gestora; **10.4.6.** Junte às prestações de contas o Parecer do controle interno do exercício; **10.4.7.** Utilize das Indenizações somente quando de fato necessário, devendo os pagamentos seguirem os termos legais, e a existência de contratos e licitações correspondentes; **10.4.8.** No que tange aos restos a pagar, obedeça aos termos do art. 42 da Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de responsabilidade fiscal). **10.5. Determinar** às próximas Comissões de inspeção que verifiquem se a CEMA se os documentos correspondentes aos contratos, convênios, licitações dispensas e inexigibilidade de licitação encontram-se na sede do órgão; **10.6. Dar ciência** do Acórdão ao Sr. José Arnaldo Lima Grijó e ao Sr. José Duarte dos Santos Filho, bem como a suas Advogadas, para que possam dar cumprimento ou apresentar o recurso cabível, caso queiram.

PROCESSO Nº 16.471/2019 (Apenso: 14.054/2017) – Embargos de Declaração em Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. Saul Nunes Bermeguy, em face do Acórdão nº 535/2019-TCE-Tribunal Pleno, exarado nos autos do Processo nº 14.054/2017. **Advogados:** Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM 6975, Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4331, Lívia Rocha Brito - 6474, Igor Arnaud Ferreira - OAB/AM 10428, Larissa Oliveira de Sousa - OAB/AM 14193, Laiz Araújo Russo de Melo e Silva - OAB/AM 6897 e Amanda Gouveia Moura – OAB/AM 7222.

ACÓRDÃO Nº 183/2021: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art.11, III, alínea “f”, item 1, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, **em consonância** com o pronunciamento oral do Ministério Público de Contas, no sentido de: **7.1. Conhecer** dos Embargos de declaração opostos pelo Sr. Saul Nunes Bermeguy; **7.2. Negar Provitimento** aos Embargos de declaração opostos pelo Sr. Saul Nunes Bermeguy em face do Acórdão de n. 830/2020; **7.3. Notificar** o Sr. Saul Nunes Bermeguy para que tenha conhecimento da decisão. **Declaração de Impedimento:** Conselheiro Convocado Mário José de Moraes Costa Filho (art. 65 do Regimento Interno).

PROCESSO Nº 14.288/2020 (Apenso: 12.433/2017, 12.434/2017, 12.432/2017, 14.055/2017 e 12.431/2017) - Recurso Inominado interposto pelo Sr. Antônio Nelson de Oliveira Júnior, em face da Decisão nº 33/2020-TCE-Segunda Câmara, exarada nos autos do Processo nº 12.432/2017. **Advogados:** Dainiusen Pedrosa Castro e Silva – OAB/AM 1299, Débora Carla Almeida Atem de Oliveira – OAB/AM 8516 e Graziela da Costa Batista - OAB/AM 7224.

ACÓRDÃO Nº 184/2021: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art.11, III, alínea “f”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **7.1. Conhecer** do Recurso Inominado interposto pelo Sr. Antônio Nelson de Oliveira Junior, nos termos do art. 155, II, da Resolução nº 04/2002 TCE/AM; **7.2. Negar Provitimento** ao Recurso Inominado interposto pelo Sr. Antônio Nelson de Oliveira Junior, assentado nas razões constantes no Relatório-voto e em consonância com o parecer do Ministério Público; **7.3. Notificar** o Sr. Antônio Nelson de Oliveira Junior, bem como seus causídicos, com cópia deste Acórdão, Relatório-Voto e Parecer Ministerial. **Declaração de Impedimento:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro (art. 65 do Regimento Interno).

PROCESSO Nº 14.969/2020 (Apenso: 14.968/2020) - Recurso Ordinário interposto pela Sra. Márcia Perales Mendes Silva, em face do Acórdão nº 176/2019-TCE-Segunda Câmara, exarado nos autos do Processo nº 14.968/2020.

ACÓRDÃO Nº 185/2021: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão





Manaus, 5 de abril de 2021

Edição nº 2505 Pag.6

do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art.11, III, alínea “f”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, à **unanimidade**, nos termos do votado Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Conhecer** do Recurso Ordinário interposto pela Sra. Márcia Perales Mendes Silva, Reitora da Universidade Federal do Amazonas – UFAM à época, contra o Acórdão n. 176/2019-TCE, da Segunda Câmara; **8.2. Dar Provimento** ao Recurso Ordinário interposto pela Sra. Márcia Perales Mendes Silva contra o Acórdão n. 176/2019-TCE, da Segunda Câmara, para excluir do referido acórdão o seu item 8.5, bem como para alterar o seu item 8.2 para que as contas sejam julgadas regulares; **8.3. Notificar** a Sra. Márcia Perales Mendes Silva para que tome conhecimento da decisão. **Declaração de Impedimento:** Conselheiro Convocado Mário José de Moraes Costa Filho (art. 65 do Regimento Interno).

CONSELHEIRO-RELATOR: ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR.

PROCESSO Nº 11.379/2019 - Prestação de Contas do Fundo Municipal de Saúde de Tefé, referente ao exercício de 2018, sob a responsabilidade da Sra. Maria Adriana Moreira. **Advogado:** Ernani de Barros Gomes Filho – OAB/AM 973.

ACÓRDÃO Nº 186/2021: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM, à **unanimidade**, nos termos do votado Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **10.1. Julgar irregular** a Prestação de Contas do Fundo Municipal de Saúde de Tefé, referente ao exercício de 2018, sob responsabilidade da **Sra. Maria Adriana Moreira**, Gestora e Ordenadora de Despesas, à época, nos termos do art. 19, II, c/c o art. 22, III, “b”, da Lei n.º 2.423/1996, c/c o art. 11, III, “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, em razão das falhas e restrições não sanadas constantes da fundamentação do Relatório/Voto; **10.2. Considerar em Alcance a Sra. Maria Adriana Moreira**, Gestora e Ordenadora de Despesas do Fundo Municipal de Saúde de Tefé, exercício de 2018, no valor de **R\$ 934.697,26** (novecentos e trinta e quatro mil, seiscentos e noventa e sete reais e vinte e seis centavos), nos termos do art. 304, I, da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM, pela ausência de comprovação da boa e regular aplicação dos recursos públicos, por meio do efetivo controle sobre os deslocamentos e sobre o consumo de combustível, em cumprimento aos princípios do interesse público e da eficiência, de acordo com o item 11, da fundamentação do Relatório/Voto, e fixar prazo de 30 (trinta) dias para que a responsável recolha o valor do alcance/glosa, na esfera Municipal para o órgão Fundo Municipal de Saúde / Tefé-AM; **10.3. Aplicar Multa a Sra. Maria Adriana Moreira**, Gestora e Ordenadora de Despesas do Fundo Municipal de Saúde de Tefé, exercício de 2018, no valor de **R\$ 1.706,80** (mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos), conforme o art. 54, I, “a”, da Lei n.º 2.423/1996, com redação dada pela LC n.º 204/2020, c/c o art. 308, I, “a”, da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM, alterada pela Resolução n.º 4/2018-TCE/AM, por cada mês de atraso (janeiro a dezembro/2018) na inserção de dados no Sistema e-Contas, totalizando o montante de R\$ 20.481,60 (vinte mil, quatrocentos e oitenta e um reais e sessenta centavos), de acordo com o item 8 da fundamentação do Relatório/Voto e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança





Manaus, 5 de abril de 2021

Edição nº 2505 Pag.7

administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável; **10.4. Aplicar Multa a Sra. Maria Adriana Moreira**, Gestora e Ordenadora de Despesas do Fundo Municipal de Saúde de Tefé, exercício de 2018, no valor de **R\$ 34.135,98** (trinta e quatro mil, cento e trinta e cinco reais e noventa e oito centavos), nos termos do art. 54, VI, da Lei nº 2.423/1996 com redação dada pela LC nº 204/2020, c/c o art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, alterada pela Resolução nº 4/2018-TCE/AM, pelos atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, constantes dos itens 10 e 11, da fundamentação do Relatório/Voto, e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável; **10.5. Recomendar** ao Fundo Municipal de Saúde / Tefé-AM que: **10.5.1.** Reforce o controle de almoxarifado, em cumprimento ao princípio da eficiência (Art. 37 da CF/88) e aos arts. 94, 95, 96, da Lei nº 4.320/64 (item 9, da fundamentação do Relatório/Voto); **10.5.2.** Atente para as disposições contidas na legislação vigente quando da realização de terceirizações voltadas para o atendimento de demandas do serviço público de saúde, especialmente ao que dispõe a Constituição Federal, Lei nº 8.666/1993 e Lei nº 8.080/1990, ressaltando que o concurso público é a regra geral para contratação de servidores e que a terceirização deve ocorrer de forma complementar, e não permanente (item 10, da fundamentação do Relatório/Voto). **10.6. Determinar** à próxima comissão de inspeção que verifique se vem sendo realizado o rigoroso controle de almoxarifado, em cumprimento ao princípio da eficiência (Art. 37 da CF/88) e aos arts. 94, 95, 96, da Lei nº 4.320/64 (item 9 da fundamentação do Relatório/Voto). **Declaração de Impedimento:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (art. 65 do Regimento Interno).

PROCESSO Nº 11.611/2019 - Prestação de Contas Anual do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Tefé - SAAE, referente ao exercício de 2018, sob a responsabilidade do Sr. Armando Athos Rabelo de Medeiros Filho.

ACÓRDÃO Nº 187/2021: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do votado Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **10.1. Julgar irregular** a Prestação de Contas Anual do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Tefé - SAAE, exercício de 2018, sob a responsabilidade do **Sr. Armando Athos Rabelo de Medeiros Filho**, Diretor Presidente e Ordenador de Despesas, nos termos do art. 71, II da CF/88, c/c art. 40, II da Constituição do Estado do Amazonas/1989, arts. 1º, II, “a” e 22, III, “b” e “c” da Lei nº 2.423/96 e art. 188, §1º, III, “b” e “c” da Resolução nº 4/02-TCE/AM, conforme





Diário Oficial Eletrônico

Tribunal de Contas do Amazonas



Manaus, 5 de abril de 2021

Edição nº 2505 Pag.8

Fundamentação do Relatório/Voto; **10.2. Aplicar Multa** ao **Sr. Armando Athos Rabelo de Medeiros Filho**, Diretor Presidente e Ordenador de Despesas do SAAE, exercício de 2018, no valor total de **R\$ 18.774,80** (dezoito mil, setecentos e setenta e quatro reais e oitenta centavos), em razão do item 13, pelo atraso no envio da movimentação contábil de todos os meses (exceto novembro) de 2018, no valor de R\$ 1.706,80 (um mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos) para cada mês, nos termos do art. 54, I, "a" da Lei n.º 2423/96, alterado pela LC n.º 204/2020, c/c art. 308, I, "a" da Resolução n.º 4/2002-TCE/AM, redação dada pela Resolução n.º 4/2018 – TCE/AM, conforme Fundamentação do Relatório/Voto, que deverá ser recolhida no **prazo de 30 (trinta) dias** na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável; **10.3. Aplicar Multa** ao **Sr. Armando Athos Rabelo de Medeiros Filho**, Diretor Presidente e Ordenador de Despesas do SAAE, exercício de 2018, no valor de **R\$ 13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), pelos atos praticados com grave infração às normas legais ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, constantes dos itens 17, 28, 36, 40, 46, 51, 56, 64, 68 e 77, tudo conforme a Fundamentação do Relatório/Voto, com fulcro no art. 54, VI da Lei n.º 2423/96, com redação alterada pela LC n.º 204/20, c/c art. 308, VI, da Resolução n.º 04/02-TCE/AM, alterada pela Resolução TCE/AM n.º 04/18-TCE/AM, que deverá ser recolhida no prazo de 30 (trinta) dias na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável; **10.4. Considerar em Alcance** o **Sr. Armando Athos Rabelo de Medeiros Filho**, Diretor Presidente e Ordenador de Despesas do SAAE, exercício de 2018, no valor total de **R\$ 75.672,77** (setenta e cinco mil, seiscentos e setenta e dois reais e setenta e sete centavos), pelas glosas imputadas no valor de R\$ 9.000,00 referente às diárias não comprovadas elencadas no item 13 da Fundamentação, e no valor de R\$ 66.672,77 (sessenta e seis mil, seiscentos e setenta e dois reais e setenta e sete centavos), referente aos valores escriturados indevidamente elencados no item 64 da Fundamentação, nos do art. 304, I e VI da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM e fixar prazo de 30 (trinta) dias para que o responsável recolha o valor na esfera Municipal para o órgão Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Tefé - SAAE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança





Manaus, 5 de abril de 2021

Edição nº 2505 Pag.9

administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável; **10.5. Dar ciência** do Relatório/Voto e deste Acórdão ao responsável Sr. Armando Athos Rabelo de Medeiros Filho; e **10.6. Arquivar** os autos, expirados os prazos legais.

PROCESSO Nº 13.792/2020 (Apenso: 10.332/2019 e 11.701/2016) - Recurso de Revisão interposto pelo Sr. Antônio Ademir Stroski, em face do Acórdão nº 1137/2017-TCE-Tribunal Pleno, exarado nos autos do Processo nº 11.701/2016.

ACÓRDÃO Nº 188/2021: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea "g", da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do votado Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Conhecer** do Recurso de Revisão interposto pelo Sr. Antônio Ademir Stroski em face do Acórdão nº 1137/2017-TCE-Tribunal Pleno (fls. 7055/7057 do processo n.º 11.701/2016, em apenso), considerando que restou demonstrado o adimplemento dos requisitos de admissibilidade descritos no art. 145, c/c art. 157, da Resolução TCE/AM n.º 4/2002, conforme Fundamentação do Relatório/Voto; **8.2. Dar Provedimento Parcial, no mérito**, ao Recurso de Revisão interposto pelo Sr. Antônio Ademir Stroski em face do Acórdão n.º 1137/2017-TCE-Tribunal Pleno (fls. 7055/7057 do processo n.º 11.701/2016, em apenso), no sentido de manter suas contas regulares, com ressalvas, excluindo-se, entretanto, a multa que lhe fora aplicada, mantendo-se as demais deliberações, conforme Fundamentação do Relatório/Voto; **8.3. Dar ciência** ao recorrente, Sr. Antônio Ademir Stroski, do teor do Relatório/Voto, bem como deste decisório, enviando-lhe cópias deles; e **8.4. Arquivar** os autos, após expirados os prazos regimentais. **Declaração de Impedimento:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva (art. 65 do Regimento Interno).

PROCESSO Nº 15.982/2020 - Consulta formulada pela Agência Amazonense de Desenvolvimento Cultural – AADC, com o objetivo de esclarecer supostadissonância de posicionamentos exarados pelo Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, através dos Acórdãos nº 292/2019, exarado no Processo nº 16.220/2020 (Processo Físico Originário nº 1719/2014) e nº 309/2020, exarado no Processo nº 585/2019. **Advogados:** Rafael Frank Benzecry – OAB/AM 12612 e Renata Simonetti Teixeira – OAB/AM 13286.

ACÓRDÃO Nº 189/2021: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos art. 5º, inciso XXIII, art. 11, inciso IV, alínea "f", art. 274, art. 275 e art. 278, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do votado Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **9.1. Conhecer** da Consulta formulada pela Agência Amazonense de Desenvolvimento Cultural - AADC, com o objetivo de esclarecer suposta dissonância de posicionamentos deste Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, por meio dos Acórdãos nº 292/2019, exarado no Processo n.º 16220/2020 (processo físico originário n.º 1719/2014), e nº 309/2020, exarado no Processo nº 585/2019; **9.2. Responder** à Consulta formulada pela Agência Amazonense de Desenvolvimento Cultural - AADC, nos seguintes termos: **9.2.1.** Levando em consideração a legislação da AADC em vigor, qual seja a Lei nº 3.582/2010, alterada pelas Leis nº 4.196/2015 e n.º 4.322/2016, e o Decreto nº 31.136, de 30 de março de 2011, bem como o efeito suspensivo do Acórdão nº 292/2019, concedido no Processo n.º 16221/2020-TCE/AM, pendente de julgamento, a Consulente encontra-se obrigada a prestar contas





Diário Oficial Eletrônico

Tribunal de Contas do Amazonas



Manaus, 5 de abril de 2021

Edição nº 2505 Pag.10

anualmente a este Egrégio Tribunal de Contas do Estado, na forma da referida legislação, para que este desempenhe a sua competência fiscalizadora, em relação ao recebimento de recursos públicos, até que a questão seja julgada em definitivo no referido Processo n.º 16221/2020-TCE/AM. **9.3. Dar ciência** à Consultante, Agência Amazonense de Desenvolvimento Cultural - AADC, enviando-lhe cópia deste Relatório/Voto e do posterior decisório; e **9.4. Arquivar** o processo, após expirados os prazos legais.

CONSELHEIRA-RELATORA: YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS.

PROCESSO Nº 11.262/2017 - Prestação de Contas Anual da Secretaria Executiva de Assuntos Administrativos - SEFAZ, referente ao exercício de 2016, de responsabilidade do Sr. Afonso Lobo Moraes e do Sr. Edson Theóphilo Ramos Pará.

ACÓRDÃO Nº 190/2021: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea "a", item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, à **unanimidade**, nos termos do votada Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **10.1. Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas do **Sr. Afonso Lobo Moraes**, Secretário Executivo de Estado da Fazenda, à época, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, a Prestação de Contas Anual da Secretaria Executiva de Assuntos Administrativos - SEFAZ, referente ao exercício de 2016 (U.G: 14103); **10.2. Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas do **Sr. Edson Theophilo Ramos Pará**, Ordenador de Despesas, à época, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, a Prestação de Contas Anual da Secretaria Executiva de Assuntos Administrativos - SEFAZ, referente ao exercício de 2016 (U.G: 14103); **10.3. Dar quitação** ao Sr. Afonso Lobo Moraes, Secretário Executivo de Estado da Fazenda, à época, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE; **10.4. Dar quitação** ao Sr. Edson Theophilo Ramos Pará, Ordenador de Despesas, à época, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE; **10.5. Determinar** à origem que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas: **10.5.1.** Inexistência de disponibilidade de caixa, havendo, contudo, alto valor registrado como Restos a Pagar (entre inscrições não processadas e processadas do exercício), o que acarreta a ausência de recursos para custeio das obrigações assumidas, sendo esta conduta afrontosa às disposições do artigo 42, da Lei Complementar nº. 101/2000; **10.5.2.** Registro de dados alarmantes com um passivo potencial exponencial dos débitos na destinação de recursos ordinários quando da análise do Balanço Patrimonial; **10.5.3.** Planejamento orçamentário feito sem a necessária correspondência com a realidade, gerando uma desproporção considerável entre a receita prevista/atualizada e a receita realizada, o que repercute em toda a economia do Estado, trazendo dificuldades que vão do planejamento à execução em afronta à LRF (art. 1º, §1) e à gestão planejada e transparente exigida de todo aquele que gere verbas públicas; **10.5.4.** Não separação de registros das fontes de recursos do FUNDEB (parte estadual e federal); **10.5.5.** O sistema AFI não detalha todas as fontes de recursos vinculados, a exemplo dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS; **10.5.6.** Divergências entre as informações de folha de pagamento e os valores desembolsados a título de FUNDEB; **10.5.7.** Pagamentos por conta corrente (conta 12.092- 8, agência 3739) que não consta em contrato e no sistema AFI, além da utilização de contas de passagem; **10.5.8.** Movimentação bancária não registrada pela contabilidade do Estado, de forma mais particularizada, não identificando registros contábeis das movimentações das contas 12086-3



Diário Oficial Eletrônico de Contas

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Av. Efigênio Sales, nº 1155 - Parque 10 de Novembro - Manaus – AM - CEP: 69055-736
Horário de funcionamento: 7h - 13h
Telefone: (92) 3301-8180 - e-mail: doe@tce.am.gov.br

@tceamazonas /tceam /tceam /tce-am tceamazonas /tceam



e 12092-8 (Bradesco, agência 3739), de titularidade do Governo do Estado do Amazonas; **10.5.9.** Extratos bancários contratualmente definido como conta de folha (conta 12.086-3) refletem no seu histórico de lançamento pagamento a fornecedor, quando na realidade o pagamento é de folha. Além disso, em tais extratos foram constatadas movimentações para pagamento de fornecedor; **10.5.10.** Ajustes de troca de fonte de recursos no sistema AFI, deixando o portal da transparência com informação distorcida. **10.6. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.

PROCESSO Nº 11.725/2019 - Prestação de Contas Anual da Polícia Militar do Estado do Amazonas - PMAM, referente ao exercício de 2018, de responsabilidade do Sr. David de Souza Brandão, Sr. José Cláudio Nonato da Silva, Sr. Júlio Sérgio Costa do Nascimento e Sr. José Carlos Lopes de Souza.

ACÓRDÃO Nº 191/2021: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do votada Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **10.1. Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Polícia Militar do Estado do Amazonas - PMAM, referente ao exercício de 2018, de responsabilidade do **Sr. David de Souza Brandão**, Comandante Geral da PMAM, no período de 01.01.2018 a 12.09.2018, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM; **10.2. Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Polícia Militar do Estado do Amazonas - PMAM, referente ao exercício de 2018, de responsabilidade do **Sr. José Cláudio Nonato da Silva**, Comandante Geral da PMAM, no período de 12.09.2018 a 31.12.2018, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM; **10.3. Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Polícia Militar do Estado do Amazonas - PMAM, referente ao exercício de 2018, de responsabilidade do **Sr. Júlio Sérgio Costa do Nascimento**, Ordenador de Despesas, no período de 01.01.2018 a 19.09.2018, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM; **10.4. Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Polícia Militar do Estado do Amazonas - PMAM, referente ao exercício de 2018, de responsabilidade do **Sr. José Carlos Lopes de Souza**, Ordenador de Despesas, no período de 19.09.2018 a 28.12.2018, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM; **10.5. Dar quitação** ao Sr. David de Souza Brandão, Comandante Geral da PMAM, no período de 01.01.2018 a 12.09.2018, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE; **10.6. Dar quitação** ao Sr. José Cláudio Nonato da Silva, Comandante Geral da PMAM, no período de 12.09.2018 a 31.12.2018, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE; **10.7. Dar quitação** ao Sr. Júlio Sérgio Costa do Nascimento, Ordenador de Despesas, no período de 01.01.2018 a 19.09.2018, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE; **10.8. Dar quitação** ao Sr. José Carlos Lopes de Souza, Ordenador de Despesas, no período de 19.09.2018 a 28.12.2018, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE; **10.9. Determinar** à origem que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas: **10.9.1.** Ausência de esclarecimentos quanto ao que ocasionou saldo elevado vindo de exercício anterior; **10.9.2.** Ausência de esclarecimentos quanto ao que motivou a não realização total das despesas que deveriam ser repassadas aos entes





Manaus, 5 de abril de 2021

Edição nº 2505 Pag.12

por direito; **10.9.3.** Valores divergentes apresentados no Balanço Financeiro – anexo 13 em comparação com os valores do Demonstrativo da Dívida Flutuante – anexo 17; **10.9.4.** Ausência do Parecer Jurídico do contrato relacionado, conforme o artigo 57, inciso V, da Lei 8.666/1993; **10.9.5.** Ausência da Publicação Resumida do Termo Contratual, conforme artigo 61 da Lei 8.666/1993; **10.9.6.** Ausência de justificativas quanto as inscrições de Restos a Pagar, tendo em vista o saldo em caixa sem lastro para honrar os valores inscritos, conforme demonstrado no Balanço Financeiro – anexo 13 – Saldo em Espécie para o exercício seguinte; **10.9.7.** Ausência da Relação das Provisões recebidas, especificando a data, o número e valores, conforme artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 05/1990; **10.9.8.** Ausência de esclarecimentos sobre as medidas administrativas tomadas com a finalidade de sanear as pendências bancárias existentes no exercício em questão. **10.10. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.

PROCESSO Nº 16.919/2019 (Apenso: 10.927/2015, 11.686/2015 e 13.283/2019) - Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. Lúcio Flávio do Rosário, em face do Acórdão nº 258/2019-TCE-Tribunal Pleno, exarado nos autos do Processo nº 11.686/2015.

ACÓRDÃO Nº 192/2021: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea “f”, item 2, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do votada Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Conhecer** do Recurso de Reconsideração do Sr. Lúcio Flávio do Rosário, por preencher os requisitos previstos no art. 154 da Resolução nº 04/2002; **8.2. Dar Provimento Parcial** ao recurso do Sr. Lúcio Flávio do Rosário, responsável à época pelo Sistema de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Manicoré-SISPREV-Manicoré, diante dos fatos e fundamentos expostos no Relatório/Voto, no sentido de alterar o Acórdão nº 721/2018-TCE-Tribunal Pleno, prolatado pelo Egrégio Tribunal Pleno nos autos do Processo nº 11.686/2015, que trata da Tomada de Contas exercício de 2014 do Sistema de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Manicoré-SISPREV-Manicoré, no sentido de: modificar o item 10.1 a julgar Regulares com Ressalvas a prestação de contas nos termos do art. 22, inciso II, c/c art. 24, da Lei nº 2.423/96-LO/TCE); modificar o item 10.2 aplicar multa no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), com fulcro no art. 308, VII da Resolução nº 04/2002 diante das falhas remanescentes. O referido valor deverá ser recolhido no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo. Manter os demais itens do decum.

PROCESSO Nº 13.283/2019 (Apenso: 16.919/2019, 10.927/2015, 11.686/2015) - Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. Lúcio Flávio do Rosário, em face do Acórdão nº 257/2019-TCE-Tribunal Pleno, exarado nos autos do Processo nº 10.927/2015.

ACÓRDÃO Nº 193/2021: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea “f”, item 2, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do votada Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em**





Manaus, 5 de abril de 2021

Edição nº 2505 Pag.13

divergência com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Conhecer** do Recurso de Reconsideração do Sr. Lúcio Flávio do Rosário, Prefeito e Ordenador de despesas à época da Prefeitura Municipal de Manicoré, por preencher os requisitos previstos no art. 154 da Resolução nº 04/2002; **8.2. Dar Provimento** ao Recurso do Sr. Lúcio Flávio do Rosário, Prefeito e ordenador de despesas à época do Município de Manicoré, exercício de 2014, diante dos fatos e fundamentos expostos no Relatório/Voto, de modo a reformar o Parecer Prévio e Acórdão nº 46/2018 - TCE- Tribunal Pleno, exarado nos autos do Processo de Prestação de Contas Anuais nº 10.927/2015, passando a ter a seguinte redação: **10. Parecer Prévio: 10.1. Emitir Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a aprovação com ressalvas das contas do Sr. Lúcio Flávio do Rosário** - Prefeito do Município de Manicoré, exercício 2014 - nos termos do art. 1º, I da Lei Estadual n. 2.423/96 c/c art. 5º, I da Resolução n. 04/2002-TCE/AM.(...) **10- Acórdão: 10.1. Determinar** à Câmara Municipal de Manicoré o cumprimento do art. 127, §§ 5º, 6º e 7º, da Constituição do Estado do Amazonas, em especial o prazo de 60 dias para o julgamento das contas da Prefeitura Municipal; **10.2. Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas do Sr. Lúcio Flávio do Rosário - Prefeito do Município de Manicoré, exercício 2014, nos termos do art. 1º, II e art. 22, II, da Lei nº 2.423/96. **10.3. Recomendar** à Prefeitura Municipal de Manicoré que: **a)** desape de seu Balanço Financeiro os movimentos contábeis do SISPREV, e que normalize o funcionamento daquela unidade gestora, com apresentação dos documentos exigidos na Lei; **b)** Mantenha, durante o exercício financeiro, o cumprimento do limite prudencial de gastos com pessoal, sob pena de aplicação da multa disposta no art. 308, VI da Resolução n.º 04/02–RI-TCE/AM ao gestor responsável; **c)** Providencie as instalações físicas do Serviço de Informação ao Cidadão, sob pena de reincidência na falha; **d)** Cumpra o art. 4º, III, da Resolução n.º 15/2013–TCE/AM. **10.4. Determinar** à próxima Comissão de Inspeção que: **a)** Verifique o cumprimento do determinado na Lei Federal n.º 9.717/98; Decreto n.º 3.788/01 e nas Portaria MPS pertinentes à previdência social; **b)** Verifique a criação do Sistema de Informação ao Cidadão; **c)** Observe a necessária atualização dos registros cadastrais dos Agentes Políticos e dos Cargos em Comissão no Setor de Recursos Humanos da Câmara Municipal.

PROCESSO Nº 12.675/2020 - Representação com pedido de Medida Cautelar interposta pela empresa Holmes Transportadora Ltda - Epp contra a Comissão Municipal de Licitação da Prefeitura Municipal de Manaus, em face de possíveis irregularidades em processo licitatório. **Advogado:** Marcos Roberto Marinho Campos - OAB/AM 4492.

ACÓRDÃO Nº 194/2021: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso IV, alínea “i”, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do votada Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **9.1. Conhecer** da Representação da Empresa Holmes Transportadora Ltda - Epp, por ter sido a mesma interposta sob à égide do Art. 288 da Resolução 004/2002 – TCE/AM; **9.2. Julgar Improcedente** a Representação da Empresa Holmes Transportadora Ltda - Epp, por não restarem caracterizadas irregularidades na condução na Concorrência nº 004/2020 – CML/PM, que tem como objeto a eventual prestação de serviço de usinagem de concreto betuminoso usinado à quente (C.B.U.Q) incluindo fornecimentos de materiais; **9.3. Determinar** à Secretaria do Pleno que dê ciência da decisão aos interessados, devendo, após, os autos serem remetidos para o arquivo.

PROCESSO Nº 14.898/2020 (Apenso: 10.412/2019 e 14.033/2020) - Recurso Ordinário interposto pelo Sr. Orsine Rufino de Oliveira Júnior, em face do Acórdão nº 845/2020-TCE-Primeira Câmara, exarado nos autos do Processo nº 10.412/2019. **Advogados:** Agnaldo Alves Monteiro - OAB/AM 6437 e Tilara Fonseca Fernandes – OAB/AM 12.657.

ACÓRDÃO Nº 195/2021: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão





Manaus, 5 de abril de 2021

Edição nº 2505 Pag.14

do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art.11, III, alínea “f”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do votado Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Conhecer** do Recurso Ordinário do Sr. Orsine Rufino de Oliveira Junior, responsável pela AMAZONASTUR à época, por preencher os requisitos para sua admissibilidade; **8.2. Dar Provimento** ao Recurso do Sr. Orsine Rufino de Oliveira Junior, pelos fatos e fundamentos expostos no Relatório/Voto, de modo a alterar o Acórdão n.845/2020-TCE – Primeira Câmara, exarado no Processo nº 10.412/2019, no sentido de: modificar o item 8.2 a julgar Regulares com ressalvas a Prestação de Contas do Sr. Orsine Rufino de Oliveira Junior, Presidente da Empresa Estadual de Turismo- AMAZONASTUR e Sr. Simão Peixoto Lima, Prefeito Municipal de Borba à época, nos termos do art. 1º, II e art. 22, II, da Lei nº 2.423/96; excluir os itens 8.3, 8.5 e 8.6; e manter as demais determinações do decism, considerando as determinações do julgamento do Recurso ordinário em apenso. **Declaração de Impedimento:** Conselheiro Convocado Mário José de Moraes Costa Filho (art. 65 do Regimento Interno).

PROCESSO Nº 14.033/2020 (Aposos: 14.898/2020, 10.412/2019) - Recurso Ordinário interposto pelo Sr. Simão Peixoto Lima, em face do Acórdão nº 845/2020-TCE-Primeira Câmara, exarado nos autos do Processo nº 10.412/2019. **Advogado:** Renata Andréa Cabral Pestana Vieira - OAB/AM 3149.

ACÓRDÃO Nº 196/2021: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art.11, III, alínea “f”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do votado Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Conhecer** do Recurso Ordinário do Sr. Simão Peixoto Lima, responsável pela Prefeitura Municipal de Borba à época, por preencher os requisitos necessários a admissibilidade da espécie; **8.2. Dar Provimento** ao Recurso do Sr. Simão Peixoto Lima, pelos fatos e fundamentos expostos no Relatório/Voto, de modo a alterar o Acórdão n. 845/2020-TCE – Primeira Câmara exarado no Processo nº 10.412/2019, no sentido de: modificar o item 8.2 a julgar Regulares com ressalvas a Prestação de Contas do Sr. Orsine Rufino de Oliveira Junior, Presidente da Empresa Estadual de Turismo- AMAZONASTUR e Sr. Simão Peixoto Lima, Prefeito Municipal de Borba à época, nos termos do art. 1º, II e art. 22, II, da Lei nº 2.423/96; excluir os itens 8.4, 8.7 e 8.8; e manter as demais determinações do decism, considerando as determinações do julgamento do Recurso Ordinário em apenso. **Declaração de Impedimento:** Conselheiro Convocado Mário José de Moraes Costa Filho (art. 65 do Regimento Interno).

CONSELHEIRO-RELATOR CONVOCADO: MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO.

PROCESSO Nº 17.280/2019 (Aposos: 14.403/2017 e 17.021/2019) - Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. Glênio José Marques Seixas, em face da Decisão nº 383/2019-TCE-Tribunal Pleno, exarado nos autos do Processo nº 14.403/2017. **Advogados:** Antônio das Chagas Ferreira Batista – OAB/AM 4177, Patrícia Gomes de Abreu – OAB/AM 4447, Fabrícia Taliéle Cardoso dos Santos – OAB/AM 8446, Adrimar Freitas de Siqueira – OAB/AM 8243, Eurismar Matos da Silva – OAB/AM 9221 e Ênia Jessica da Silva Garcia - OAB/AM 10416.

ACÓRDÃO Nº 197/2021: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea “f”, item 2, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do votado Excelentíssimo Senhor Conselheiro Convocado e Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Conhecer** por estarem presentes os requisitos legais de admissibilidade, do pedido de Reconsideração interposto pelo Sr. Glênio





Diário Oficial Eletrônico

Tribunal de Contas do Amazonas



Manaus, 5 de abril de 2021

Edição nº 2505 Pag.15

José Marques Seixas, Prefeito de Barreirinha à época dos fatos, em face da Decisão n. 383/2019-TCE-Tribunal Pleno, exarada nos autos do processo nº 14.403/2017; **8.2. Negar Provimento** à pretensão recursal de reforma do decisório guerreado conforme argumentos expostos na fundamentação do Relatório/Voto, mantendo-se a multa imposta ao Sr. Glênio José Marques Seixas; **8.3. Dar ciência** do desfecho destes autos aos patronos do recorrente, Sr. Glênio José Marques Seixas. **Declaração de Impedimento:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro (art. 65 do Regimento Interno).

PROCESSO Nº 17.021/2019 (Apenso: 17.280/2019, 14.403/2017) - Recurso de Reconsideração interposto pela Secretaria de Estado e Meio Ambiente - SEMA, em face da Decisão nº 383/2019-TCE-Tribunal Pleno, exarada nos autos do Processo nº 14.403/2017.

ACÓRDÃO Nº 198/2021: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea “f”, item 2, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do votado Excelentíssimo Senhor Conselheiro Convocado e Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Conhecer**, por estarem presentes os requisitos legais de admissibilidade, do pedido de Reconsideração interposto pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA em face da Decisão n. 383/2019-TCE-Tribunal Pleno, exarada nos autos do processo n. 14.403/2017; **8.2. Negar Provimento** à pretensão recursal de reforma do decisório guerreado em virtude da ausência de provas capazes de demonstrar que a Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA providenciou, no âmbito de sua competência, apoio ao planejamento de ações e fiscalizações de esgotamento sanitário visando a evitar a degradação de recursos hídricos e subsolo da região do Município de Barreirinha; **8.3. Dar ciência** do desfecho dos autos ao titular da Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA. **Declaração de Impedimento:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro (art. 65 do Regimento Interno).

AUDITOR-RELATOR: ALÍPIO REIS FIRMO FILHO.

PROCESSO Nº 17.393/2019 (Apenso: 14.430/2017) - Recurso de Reconsideração interposto pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA, em face da Decisão nº 379/2019-TCE-Tribunal Pleno, exarada nos autos do Processo nº 14.430/2017.

ACÓRDÃO Nº 199/2021: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea “f”, item 2, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de votado Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Conhecer** do Recurso de Reconsideração da Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA, na competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea “f” da Resolução 4/2002–RI/TCE-AM; **8.2. Negar Provimento** ao Recurso de Reconsideração da Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA, pois as razões recursais ofertadas pelo responsável contêm meras alegações, desprovidas de documentação probatória pertinente; **8.3. Dar ciência** a Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA.

AUDITOR-RELATOR: LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES.

PROCESSO Nº 11.316/2018 - Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Nhamundá, referente ao exercício de 2017, de responsabilidade do Sr. Geraldo Afonso Bindá da Costa.



Diário Oficial Eletrônico de Contas

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas

Av. Efigênio Sales, nº 1155 - Parque 10 de Novembro - Manaus – AM - CEP: 69055-736

Horário de funcionamento: 7h - 13h

Telefone: (92) 3301-8180 - e-mail: doe@tce.am.gov.br



@tceamazonas



/tceam



/tceam



/tce-am



/tceamazonas



/tceam



Diário Oficial Eletrônico

Tribunal de Contas do Amazonas



Manaus, 5 de abril de 2021

Edição nº 2505 Pag.16

ACÓRDÃO Nº 200/2021: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de votado Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **10.1. Julgar regular** a Prestação de Contas do **Sr. Geraldo Afonso Bindá da Costa**, responsável pela Câmara Municipal de Nhamundá, exercício de 2017, nos termos do art. 22, inciso I da LO-TCE-AM c/c artigo 188, inciso II e § 1º, inciso I da Resolução TCE nº 04/2002; **10.2. Dar ciência** ao Sr. Geraldo Afonso Bindá da Costa acerca do julgado.

PROCESSO Nº 16.520/2020 (Apenso: 14.240/2017) - Recurso de Reconsideração interposto pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA, em face do Acórdão nº 598/2020-TCE-Tribunal Pleno, exarado nos autos do Processo nº 14.240/2017.

ACÓRDÃO Nº 201/2021: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea "f", item 2, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de votado Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Conhecer** do Recurso de Reconsideração apresentado pelo Sr. Eduardo Costa Taveira, eis que presente os pressupostos normativos; **8.2. Negar Provimento** ao Recurso de Reconsideração apresentado pelo Sr. Eduardo Costa Taveira, mantendo-se na integralidade o Acórdão recorrido, eis que as impropriedades combatidas não foram elididas; **8.3. Dar ciência** ao Sr. Eduardo Costa Taveira. **Declaração de Impedimento:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva (art. 65 do Regimento Interno).

AUDITOR-RELATOR: ALBER FURTADO DE OLIVEIRA JÚNIOR.

PROCESSO Nº 12.447/2020 - Prestação de Contas Anual do Fundo Estadual de Habitação - FEH, de responsabilidade da Sra. Keilla Cristina Cunha da Silva, referente ao exercício de 2019. **Advogados:** Joyce Lima da Sila – OAB/AM 8807, Mayra Mamed Levy – OAB/AM 8598, Lara Raquel Neves Levy – OAB/AM 15.297 e Hevelyn Maciel da Silva – OAB/AM 13.210.

ACÓRDÃO Nº 202/2021: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea "a", item 4, da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de votado Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **10.1. Julgar regular** a Prestação de Contas Anual do Fundo Estadual de Habitação - FEH, de responsabilidade da **Sra. Keilla Cristina Cunha da Silva**, referente ao exercício de 2019, nos termos do o art. 1º, II, art. 19, II, art. 22, I, da Lei Estadual n.º 2.423/96 c/c art. 5º, II, art. 188, II, § 1º, I, da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM; **10.2. Dar quitação** à Sra. Keilla Cristina Cunha da Silva, responsável pelo Fundo Estadual de Habitação - FEH, no curso do exercício de 2019, com fulcro no art. 23, da Lei Estadual nº 2423/1996 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas); **10.3. Dar ciência** à Sra. Keilla Cristina Cunha da Silva.





Diário Oficial Eletrônico


Tribunal de Contas do Amazonas



Manaus, 5 de abril de 2021

Edição nº 2505 Pag.17

SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 05 de Março de 2021.


MIRTYL FERNANDES LEVY JUNIOR
Secretário do Tribunal Pleno

PROCESSOS JULGADOS PELO EGRÉGIO TRIBUNAL PLENO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, SOB A PRESIDÊNCIA DO EXMO. SR. MÁRIO MANOEL COELHO DE MELLO NA 06ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 17 DE MARÇO DE 2021.

JULGAMENTO ADIADO:

CONSELHEIRO-RELATOR: ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA (Com vista para a Excelentíssima Senhora Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos).

PROCESSO Nº 11.020/2019 - Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de São Gabriel da Cachoeira, referente ao exercício de 2018, de responsabilidade do Sr. Clóvis Moreira Saldanha. **Advogados:** Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4331, Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM 6975, Gabriel Simonetti Guimarães – OAB/AM 15.710, Igor Arnaud Ferreira - OAB/AM 10428, Laíz Araújo Russo de Melo e Silva - OAB/AM 6897 e Larissa Oliveira de Sousa - OAB/AM 14193.

PARECER PRÉVIO Nº 3/2021: O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **por maioria**, com o voto, proferido em sessão, do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal: **10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Assembleia Legislativa a aprovação com ressalvas das contas do Sr. Clovis Moreira Saldanha** relativas ao exercício financeiro de 2018.

ACÓRDÃO Nº 3/2021: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos do votoproferido, em sessão, do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro do Excelentíssimo Senhor Conselheiro, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **10.1. Oficiar** à Câmara Municipal de São Gabriel da Cachoeira, para que cumpra o disposto no art. 127, §§ 5º, 6º e 7º, da Constituição do Estado do Amazonas, especialmente quanto ao prazo de 60 dias para o julgamento das Contas do Prefeito Municipal, **Sr. Clovis Moreira Saldanha**, contados da publicação no DOE do Parecer Prévio; **10.2. Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas do **Sr. Clovis Moreira Saldanha**, responsável pela Prefeitura Municipal de São Gabriel da Cachoeira, referente ao exercício financeiro de 2018; **10.3. Notificar** o Sr. Clovis Moreira Saldanha, para ciência do decisório, para querendo, apresentar o devido Recurso.

Diário Oficial Eletrônico de Contas

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas

Av. Efigênio Sales, nº 1155 - Parque 10 de Novembro - Manaus – AM - CEP: 69055-736

Horário de funcionamento: 7h - 13h

Telefone: (92) 3301-8180 - e-mail: doe@tce.am.gov.br

 @tceamazonas

 /tceam

 /tceam

 /tce-am

 /tceamazonas

 /tceam





Diário Oficial Eletrônico

Tribunal de Contas do Amazonas



Manaus, 5 de abril de 2021

Edição nº 2505 Pag.18

CONSELHEIRO-RELATOR: ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA (Com vista para a Excelentíssima Senhora Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos).

PROCESSO Nº 11.464/2019 - Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Nova Olinda do Norte, referente ao exercício de 2018, de responsabilidade do Sr. Francelin Mendes dos Santos. **Advogado:** Cristian Renner Albuquerque Martins - OAB/AM 11418.

ACÓRDÃO Nº 204/2021: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do votado Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **10.1. Julgar irregular** a Prestação de Contas do **Sr. Francelin Mendes dos Santos**, responsável pela Câmara Municipal de Nova Olinda do Norte, referente ao exercício de 2018, com fundamento no art. 22, III, "b", da Lei Estadual n.2.423/96; **10.2. Aplicar Multa** ao **Sr. Francelin Mendes dos Santos**, no valor de **R\$14.000,00** (catorze mil reais) nos termos do artigo 54, VI, da Lei Estadual n.2.423/96, c/c art.308, VI, da Resolução n. 04/2002, face à permanência das impropriedades listadas no item 19 do Relatório/Voto, e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável; **10.3. Considerar em Alcance** ao **Sr. Francelin Mendes dos Santos**, no valor de **R\$276.030,00** (duzentos e setenta e seis mil e trinta reais), com devolução aos cofres públicos, corrigidos nos moldes do artigo 304, inciso I, da Resolução nº 04/2002 - Regimento Interno do TCE, devido às restrições dos itens 19.9, 19.16 e 19.19 do Relatório/Voto, e fixar prazo de 30 (trinta) dias para que o responsável recolha o valor do alcance, na esfera Municipal para o órgão Câmara Municipal de Nova Olinda do Norte; **10.4. Determinar** a remessa de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual, para a apuração de possíveis atos de improbidade administrativa e criminais; **10.5. Notificar** o Sr. Francelin Mendes dos Santos e o seu advogado, com cópia do Relatório/Voto e do Acórdão para ciência do decisório e, para querendo, apresentar o devido recurso; **10.6. Determinar** ao SEPLENO que após a ocorrência da coisa julgada administrativa, nos termos dos arts. 159 e 160 da Res. 04/2002 (RITCE), adote as providências previstas no art. 161 do Regimento Interno.

CONSELHEIRO-RELATOR: ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA (Com vista para a Excelentíssima Senhora Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos).

PROCESSO Nº 14.001/2019 (Apenso: 11.463/2016) - Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. João Ocivaldo Batista de Amorim, em face do Acórdão nº 259/2019-TCE-Tribunal Pleno, exarado nos autos do Processo nº 11.463/2016. **Advogados:** Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4331, Bruno Vieira da Rocha Barbirato -



Diário Oficial Eletrônico de Contas

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas

Av. Efigênio Sales, nº 1155 - Parque 10 de Novembro - Manaus - AM - CEP: 69055-736

Horário de funcionamento: 7h - 13h

Telefone: (92) 3301-8180 - e-mail: doe@tce.am.gov.br



@tceamazonas



/tceam



/tceam



/tce-am



/tceamazonas



/tceam



Diário Oficial Eletrônico

Tribunal de Contas do Amazonas



Manaus, 5 de abril de 2021

Edição nº 2505 Pag.19

OAB/AM 6975, Amanda Gouveia Moura – OAB/AM 7222, Fernanda Couto de Oliveira – OAB/AM 11.413, Igor Arnaud Ferreira - OAB/AM 10428 e Larissa Oliveira de Sousa – OAB/AM 14.193.

ACÓRDÃO Nº 205/2021: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea “f”, item 2, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do votado Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Conhecer** do Recurso de Reconsideração, interposto pelo Sr. João Ocivaldo Batista de Amorim, Prefeito de Canutama, à época, por seus advogados, Dr. Fábio Nunes Bandeira de Melo (OAB/AM nº 4.331) e Bruno Vieira da Rocha Barbirato (OAB/AM nº 6.975), em face do Acórdão nº 259/2019-TCE/Tribunal Pleno, Processo TCE/AM nº 11.463/2016; **8.2. Dar Provimento Parcial** ao Recurso, interposto pelo Sr. João Ocivaldo Batista de Amorim, de modo a: **8.2.1.** Sanar as impropriedades contidas no subitem 10.3, 10.4 e 10.5 da decisão recorrida, afastando-se, por consequência, as respectivas multas; **8.2.2.** Reformar o subitem 10.6, exclusivamente, para minorar a multa lá contida, fixando-a, com fundamento no Art. 54, VI, da Lei nº 2.423/1996, em R\$ 23.895,00 (vinte e três mil, oitocentos e noventa e cinco reais); **8.2.3.** Manter os demais termos da decisão. **8.3. Dar ciência** da decisão, com cópia dos documentos, ao recorrente, Sr. João Ocivaldo Batista de Amorim, bem como aos seus advogados, Dr. Fábio Nunes Bandeira de Melo (OAB/AM nº 4.331) e Bruno Vieira da Rocha Barbirato (OAB/AM nº 6.975) observando-se a necessidade de publicação conjunta, conforme consta da peça recursal, com endereço e dados lá contidos; **8.4. Arquivar** o processo após cumpridas as formalidades regimentais e legais.

CONSELHEIRO-RELATOR: ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA (Com vista para a Excelentíssima Senhora Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos).

PROCESSO Nº 14.965/2019 (Apenso: 11.635/2016) - Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. José Junior de Paula Bezerra, em face do Acórdão nº 314/2019-TCE-Tribunal Pleno, exarado nos autos do Processo nº 11.635/2016. **Advogado:** Rosenda Pessoa Chaves - OAB/RO 3398.

ACÓRDÃO Nº 206/2021: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea “f”, item 2, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do votado Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Conhecer** do Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. José Junior de Paula Bezerra, com fulcro no art. 62, da Lei nº 2.423/1996; **8.2. Dar Provimento Parcial** ao Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. José Junior de Paula Bezerra para: **8.2.1.** Excluir do item 10.3 do Acórdão nº 314/2019-TCE-Tribunal Pleno as referências feitas às irregularidades nº 5, 6, 7, 17 e 23; **8.2.2.** Reduzir a multa do item 10.3 do Acórdão nº 314/2019 - TCE-Tribunal Pleno, face ao saneamento das irregularidades nº 5, 6, 7, 17 e 23, para o valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), mantendo-se o fundamento do art. 54, VI, da Lei nº 2.423/1996 c/c art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002 TCE/AM; **8.2.3.** Ratificar os demais dispositivos do Acórdão nº 314/2019-TCE-Tribunal Pleno. **8.3. Notificar** o Sr. José Junior de Paula Bezerra com cópia do Relatório/Voto e do Acórdão para ciência do decisório para, querendo, apresentar o devido recurso; **8.4. Determinar** à SEPLENO que adote providências para o seguimento da decisão primitiva, ratificada por este decisório; **8.5. Arquivar** o processo. **Declaração de Impedimento:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (art. 65 do Regimento Interno).



Diário Oficial Eletrônico de Contas

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Av. Efigênio Sales, nº 1155 - Parque 10 de Novembro - Manaus – AM - CEP: 69055-736
Horário de funcionamento: 7h - 13h
Telefone: (92) 3301-8180 - e-mail: doe@tce.am.gov.br

@tceamazonas /tceam /tceam /tce-am tceamazonas /tceam



Diário Oficial Eletrônico

Tribunal de Contas do Amazonas



Manaus, 5 de abril de 2021

Edição nº 2505 Pag.20

AUDITOR-RELATOR: MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO (Com vista para o Excelentíssimo Senhor Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior).

PROCESSO Nº 10.264/2021 - Solicitação de Celebração de Termo de Ajustamento de Gestão - TAG firmado entre o Tribunal de Contas do Estado do Amazonas e a Secretaria de Estado de Comunicação Social – SECOM, com o objetivo de regulamentar o adequado investimento a ser realizado pelo Estado do Amazonas, através da SECOM, na contratação de serviços de publicidade de utilidade pública, destinada direta ou indiretamente ao combate da Covid-19.

ACÓRDÃO Nº 232/2021: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos art 2º, §1º, art 8º, I, d e g da Resolução nº 21/2013-TCE/AM, **por maioria**, nos termos da proposta de votado Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **9.1. Homologar** com fundamento no art. 9º, I, da Resolução n. 21/2013-TCE/AM, o Termo de Ajustamento de Gestão - TAG, firmado entre o Tribunal de Contas do Estado do Amazonas e a Secretaria de Estado de Comunicação Social - SECOM, permitindo a essa pasta a elaboração, até o limite pecuniário estabelecido na cláusula primeira do ajuste, de termos aditivos aos contratos de publicidade celebrados pelo Estado do Amazonas, com o fito apenas de promover ações publicitárias inerentes ao SARS-COV-2 e à COVID-19; **9.2. Determinar** à DICAD que fiscalize o cumprimento das cláusulas pactuadas entre as partes, podendo tal diretoria requerer à SECOM, sem prévia anuência da relatoria, os documentos imprescindíveis à fiscalização do ajuste ora celebrado; **9.3. Dar ciência** deste decisório ao Parquet e à gestão da Secretaria de Comunicação Social – SECOM. *Vencido o voto-vista, proferido em sessão, do Cons. Ari Moutinho que votou acompanhando o Ministério Público pela rejeição do TAG.*

AUDITOR-RELATOR: LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES (Com vista para o Excelentíssimo Senhor Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, Excelentíssimo Senhor Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro).

PROCESSO Nº 16.596/2019 (Apenso: 10.013/2018) - Recurso de Reconsideração interposto pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA, tendo como interessado o Sr. Eduardo Costa Taveira, em face da Decisão nº 289/2019-TCE-Tribunal Pleno, exarada nos autos do Processo nº 10.013/2018.

ACÓRDÃO Nº 233/2021: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea "f", item 2, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto-vistado Excelentíssimo Senhor Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Conhecer** do Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. Eduardo Costa Taveira, Secretário de Estado do Meio Ambiente; **8.2. Negar Provimento** ao Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. Eduardo Costa Taveira. *Vencida a proposta do relator que, em sessão, alterou a motivação do mérito, para não conhecimento do Recurso por falta de interesse recursal da parte impetrante.* **Declaração de Impedimento:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (art. 65 do Regimento Interno).

AUDITOR-RELATOR: LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES (Com vista para o Excelentíssimo Senhor Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, Excelentíssimo Senhor Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro).



Diário Oficial Eletrônico de Contas

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Av. Efigênio Sales, nº 1155 - Parque 10 de Novembro - Manaus - AM - CEP: 69055-736
Horário de funcionamento: 7h - 13h
Telefone: (92) 3301-8180 - e-mail: doe@tce.am.gov.br

@tceamazonas f /tceam t /tceam tce-am tceamazonas tceam



Diário Oficial Eletrônico

Tribunal de Contas do Amazonas



Manaus, 5 de abril de 2021

Edição nº 2505 Pag.21

PROCESSO Nº 11.512/2020 (Apenso: 10.049/2018) - Recurso de Reconsideração interposto pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA, representada pelo Sr. Eduardo Costa Taveira, em face da Decisão nº 484/2019-TCE-Tribunal Pleno, exarada nos autos do Processo nº 10.049/2018.

ACÓRDÃO Nº 225/2021: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea "f", item 2, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Relator que acatou, em sessão, o voto-vista do do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Conhecer** do Recurso interposto pelo Sr. Eduardo Costa Taveira; **8.2. Negar Provimento** ao Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. Eduardo Costa Taveira.

JULGAMENTO EM PAUTA:

CONSELHEIRO-RELATOR: JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO.

PROCESSO Nº 10.424/2020 (Apenso: 12.298/2016) - Recurso de Reconsideração interposto pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA, representada pelo Sr. Eduardo Costa Taveira, em face da Decisão nº 412/2019-TCE-Tribunal Pleno, exarada nos autos do Processo nº 12.298/2016.

ACÓRDÃO Nº 203/2021: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea "f", item 2, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do votado Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Conhecer** do Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. Eduardo Costa Taveira, Secretário Estadual da SEMA, contra a Decisão nº 412/2019-TCE-Tribunal Pleno, no processo anexo nº 12298/2016, nos termos do art. 59, II, e 62, da Lei Orgânica do TCE/AM c/c art. 154 do Regimento Interno do TCE/AM; **8.2. Negar Provimento** ao Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. Eduardo Costa Taveira, mantendo-se na íntegra a Decisão nº 412/2019-TCE-Tribunal Pleno; **8.3. Determinar** à Secretaria do Pleno que oficie ao Recorrente sobre o teor do Acórdão proferido pelo Egrégio Tribunal Pleno.

CONSELHEIRO-RELATOR: ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA.

PROCESSO Nº 16.656/2019 – Embargos de Declaração em Denúncia interposta pelo Sr. Dieckson Weslen Otero Diogenes, em face do Sr. Clóvis Moreira Saldanha, Prefeito Municipal de São Gabriel da Cachoeira, por possível irregularidade. **Advogados:** Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4331, Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM 6975, Igor Arnaud Ferreira – OAB/AM 10.428, Laiz Araújo Russo de Melo e Silva – OAB/AM 6897 e Larissa Oliveira de Souza – OAB/AM 14193.

ACÓRDÃO Nº 207/2021: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, III, alínea "f", item 1, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento oral do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **7.1. Conhecer** dos Embargos de Declaração opostos pelo Sr. Clóvis Moreira Saldanha, nos moldes do artigo 149, da Resolução nº 04/2002 TCE/AM; **7.2. Negar Provimento** aos Embargos de Declaração opostos pelo Sr. Clóvis Moreira Saldanha, ratificando *in totum*



Diário Oficial Eletrônico de Contas

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Av. Efigênio Sales, nº 1155 - Parque 10 de Novembro - Manaus – AM - CEP: 69055-736
Horário de funcionamento: 7h - 13h
Telefone: (92) 3301-8180 - e-mail: doe@tce.am.gov.br

@tceamazonas /tceam /tceam /tce-am tceamazonas /tceam



Diário Oficial Eletrônico

Tribunal de Contas do Amazonas



Manaus, 5 de abril de 2021

Edição nº 2505 Pag.22

o Acórdão nº 1194/2020 TCE-Tribunal Pleno (fls. 31-32); **7.3. Determinar** a retomada da contagem dos prazos recursais para o Acórdão nº 1194/2020 TCE-Tribunal Pleno (fls. 31-32), nos moldes do art. 148, §3º, da Resolução nº 04/2002 TCE/AM; **7.4. Notificar** o Sr. Clovis Moreira Saldanha, bem como seus advogados signatários, para que tome ciência do decisório, com cópia do Relatório/Voto e do Acórdão.

PROCESSO Nº 11.006/2020 - Representação oriunda da Manifestação nº 41/2020–Ouvidoria, em face da Prefeitura Municipal de Japurá, acerca de possíveis irregularidades na falta de acesso ao Edital do Pregão Presencial nº 01/2020 da referida municipalidade.

ACÓRDÃO Nº 208/2021: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso IV, alínea “i”, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do votado Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **9.1. Conhecer** da Representação interposta contra a Sra. Gracineide Lopes de Souza, prefeita municipal de Japurá; **9.2. Julgar Procedente** a Representação interposta contra a Sra. Gracineide Lopes de Souza, face as irregularidades cometidas no Pregão Presencial nº 001/2020-CML/PMJ, realizado em 28/02/2020, especificamente ausência de publicação tempestiva do Edital/Aviso de Licitação nos meios exigidos pela Lei nº 10520/2002 e Lei nº 12.527/2011, em consonância com o disposto no art. 1º, XXII, da Lei nº 2.423/96; **9.3. Aplicar Multa à Sra. Gracineide Lopes de Souza** no valor de **R\$ 14.000,00** (quatorze mil reais), com fulcro no art. 54, VI, da Lei nº 2.423/1996 c/c art. 308, VI da Resolução nº 04/2002 TCE/AM, face a grave infração ao art. 37, CF/1988, art. 3º, da Lei nº 8.666/1993; art. 4º, I, da Lei nº 10520/2002, e art. 6º, VI, da Lei nº 12.527/2011. Fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DEREDE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável; **9.4. Determinar** que a SEPLENO informe à SECEX do julgamento, após adote as providências para o apensamento ao processo de Prestação de Contas Anual, da respectiva Prefeitura, exercício de 2019; **9.5. Notificar** a Sra. Gracineide Lopes de Souza com cópia dos autos, para que querendo apresente o devido recurso nos prazos regimentais.

PROCESSO Nº 16.705/2020 (Apenso: 16.371/2019) - Recurso Ordinário interposto pelo Sr. Alcimar Guedes da Costa, em face do Acórdão nº 544/2020-TCE-Segunda Câmara, exarado nos autos do Processo nº 16.371/2019.

ACÓRDÃO Nº 209/2021: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, III, alínea “f”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do votado Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Conhecer** do Recurso Ordinário do Sr. Alcimar Guedes da Costa; **8.2. Dar Provimento** ao Recurso Ordinário do Sr. Alcimar Guedes da Costa, reformando o Acórdão nº 544/2020 TCE-Segunda Câmara para: **8.2.1. Julgar legal** a aposentadoria do Sr. Alcimar Guedes da

Diário Oficial Eletrônico de Contas

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas

Av. Efigênio Sales, nº 1155 - Parque 10 de Novembro - Manaus - AM - CEP: 69055-736

Horário de funcionamento: 7h - 13h

Telefone: (92) 3301-8180 - e-mail: doe@tce.am.gov.br

@tceamazonas /tceam /tceam /tce-am tceamazonas /tceam





Diário Oficial Eletrônico

Tribunal de Contas do Amazonas



Manaus, 5 de abril de 2021

Edição nº 2505 Pag.23

Costa, no cargo de ES-Médico Clínico Geral II-05, matrícula nº 090.534-8B, do quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA, concedida em 20/09/2019; **8.2.2.** Determinar seu registro. **8.3. Notificar** o Manaus Previdência - Manausprev, com cópia do Parecer nº 540/2021 e Laudo Técnico Conclusivo nº 265/2021-DICARP, para que tome ciência; **8.4. Notificar** o Sr. Alcimar Guedes da Costa, com cópia do Parecer nº 540/2021 e Laudo Técnico Conclusivo nº 265/2021-DICARP, para que tome ciência.

PROCESSO Nº 16.764/2020 (Apenso: 13.986/2019) - Recurso Ordinário interposto pelo Sr. Ruy Ribeiro de Paula, em face do Acórdão nº 534/2020-TCE-Segunda Câmara, exarado nos autos do Processo nº 13.986/2019. **Advogados:** William da Silva Simonetti - OAB/AM 7441, Ivanildo Santos Fonseca – OAB/AM 14.199 e Raysa Soares Affonso - OAB/AM 11.301.

ACÓRDÃO Nº 210/2021: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, III, alínea “f”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do votado Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Conhecer** do Recurso Ordinário interposto pelo Sr. Ruy Ribeiro de Paula em face do Acórdão nº 534/2020-TCE, da Segunda Câmara, que julgou ilegal o ato de aposentadoria do inativado nos autos do processo em apenso; **8.2. Dar Provimento** ao Recurso Ordinário interposto em face do Acórdão nº 534/2020-TCE-Segunda Câmara, para que seja julgado legal o ato aposentatório concedido em benefício do Sr. Ruy Ribeiro de Paula, no cargo de Auxiliar Técnico Administrativo, Matrícula nº 050.064-0C, no quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Cultura, concedendo-lhe registro; **8.3. Notificar** o Sr. Ruy Ribeiro de Paula para que tenha conhecimento da decisão; **8.4. Arquivar** os autos após cumpridos os procedimentos de praxe.

CONSELHEIRO-RELATOR: ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR.

PROCESSO Nº 14.825/2019 (Apenso: 11.671/2016) - Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. Francisco Costa dos Santos, em face do Acórdão nº 375/2019-TCE-Tribunal Pleno, exarado nos autos do Processo nº 11.671/2016. **Advogados:** Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4331, Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM 6975, Livia Rocha Brito – OAB/AM 6474, Amanda Gouveia Moura – OAB/AM 7222, Igor Arnaud Ferreira – OAB/AM 10.428, Larissa Oliveira de Souza – OAB/AM 14193 e Fernanda Couto de Oliveira – OAB/AM 11413.

ACÓRDÃO Nº 211/2021: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea “f”, item 2, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do votado Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Conhecer** do Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. Francisco Costa dos Santos, Prefeito Municipal de Carauari, à época, por estarem presentes todos os requisitos de admissibilidade elencadas no art. 145 da Resolução nº 04/02 do TCE-AM (RITCE/AM) e arts. 59, II, 62 da Lei. 2.423/1996; **8.2. Negar Provimento, no mérito**, ao Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. Francisco Costa dos Santos, Prefeito Municipal de Carauari, à época, para manter, na íntegra, o Acórdão nº 375/2019-TCE-Tribunal Pleno que, em sede de embargos de declaração, manteve, por sua vez, o Acórdão nº 10/2019-TCE-Tribunal Pleno, exarado nos autos do Processo nº 11671/2016, apenso; **8.3. Dar ciência** ao Recorrente, Sr. Francisco Costa dos Santos, por meio de seus representantes legais, do teor da decisão; e **8.4. Arquivar** o processo, após expirados os prazos legais, devolvendo-se o processo nº 11671/2016, apenso, ao seu respectivo Relator, para as providências cabíveis.



Diário Oficial Eletrônico de Contas

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas

Av. Efigênio Sales, nº 1155 - Parque 10 de Novembro - Manaus – AM - CEP: 69055-736

Horário de funcionamento: 7h - 13h

Telefone: (92) 3301-8180 - e-mail: doe@tce.am.gov.br



@tceamazonas



/tceam



/tceam



/tce-am



/tceamazonas



/tceam



Diário Oficial Eletrônico

Tribunal de Contas do Amazonas



Manaus, 5 de abril de 2021

Edição nº 2505 Pag.24

PROCESSO Nº 12.421/2020 - Prestação de Contas Anual do Fundo Municipal da Previdência e Assistência Social do Município de Fonte Boa – FUMPAS, de responsabilidade do Sr. Miguel Arantes, referente ao exercício de 2019.

ACÓRDÃO Nº 212/2021: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do votado Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **10.1. Julgar irregular** a Prestação de Contas Anual do Fundo Municipal da Previdência e Assistência Social do Município de Fonte Boa - FUMPAS, exercício de 2019, sob a responsabilidade do **Sr. Miguel Arantes**, Diretor Presidente e Ordenador de Despesas, à época, nos termos do art. 71, II da CF/88, c/c art. 40, II da Constituição do Estado do Amazonas/1989, arts. 1º, II, “a” e 22, III, “b” e “c” da Lei n.º 2.423/96 e art. 188, §1º, III, “b” e “c” da Resolução n.º 4/02 – TCE/AM, conforme Fundamentação do Relatório/Voto; **10.2. Aplicar Multa** ao **Sr. Miguel Arantes**, Diretor Presidente e Ordenador de Despesas do FUMPAS, exercício de 2019, no valor total de **R\$ 18.774,80** (dezoito mil, setecentos e setenta e quatro reais e oitenta centavos) em razão do item 14, pelo atraso no envio dos balancetes de todos os meses (exceto setembro) de 2019, no valor de R\$ 1.706,80 (um mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos) para cada mês, nos termos do art. 54, I, “a” da Lei n.º 2423/96, alterado pela LC n.º 204/2020, c/c art. 308, I, “a” da Resolução n.º 4/2002–TCE/AM, redação dada pela Resolução n.º 4/2018 – TCE/AM, conforme Fundamentação do Relatório/Voto, a qual deverá ser recolhida no **prazo de 30 (trinta) dias** na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DEREDE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável; **10.3. Aplicar Multa** ao **Sr. Miguel Arantes**, Diretor Presidente e Ordenador de Despesas do FUMPAS, exercício de 2019, no valor de **R\$ 13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos) pelos atos praticados com grave infração às normas legais norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, constantes dos itens 18, 21, 24, 28, 31, 34, 37, 40, 43, 49, 50, 51, 54, 59, 62, 65 e 70, tudo conforme a Fundamentação do Relatório/Voto, com fulcro no art. 54, VI da Lei n.º 2423/96, com redação alterada pela LC n.º 204/20, c/c art. 308, VI, da Resolução nº 04/02-TCE/AM, alterada pela Resolução TCE/AM n.º 04/18-TCE/AM, a qual deverá ser recolhida no **prazo de 30 (trinta) dias** na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DEREDE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação





Manaus, 5 de abril de 2021

Edição nº 2505 Pag.25

firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável; **10.4. Considerar em Alcance o Sr. Miguel Arantes**, Diretor Presidente e Ordenador de Despesas do FUMPAS, exercício de 2019, no valor total de **R\$ 60.000,00** (sessenta mil reais) pelas glosas imputadas no valor de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) referente aos serviços contratados da ASCON – Isa Contábil, e de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais) referente à locação de imóvel do Sr. Vivaldo Gomes de Moraes, ambos sem licitação, sem comprovação de vantajosidade à administração, e em inobservância à regra constitucional da licitação e aos princípios da impessoalidade, da eficiência e da legalidade, elencados no item 70, nos termos do art. 304, I da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, o qual deverá ser recolhido no **prazo de 30 (trinta) dias** na esfera Municipal para o órgão Fundo Municipal da Previdência e Assistência Social do Município de Fonte Boa – FUMPAS. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo; **10.5. Dar ciência** deste Relatório/Voto e do decisório ao responsável Sr. Miguel Arantes; **10.6. Arquivar** os autos, expirados os prazos legais.

CONSELHEIRA-RELATORA: YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS.

PROCESSO Nº 11.318/2018 (Apenso: 14.425/2017) - Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Manicoré, referente ao exercício de 2017, de responsabilidade do Sr. Manuel Sebastião Pimentel de Medeiros. **Advogado:** Juarez Frazao Rodrigues Junior - OAB/AM 5851.

PARECER PRÉVIO Nº 2/2021: O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art. 127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, "a" item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o votada Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal: **10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a aprovação com ressalvas** das contas Anual, referente ao exercício de 2017 (U.G: 398), do **Senhor Manuel Sebastião Pimentel de Medeiros**, Prefeito Municipal de Manicoré e Ordenador de Despesas, à época, em razão das irregularidades listadas na Fundamentação do Relatório/Voto, nos termos do artigo 31, §§ 1º e 2º, da CR/1988, c/c o artigo 127 da CE/1989, com redação da Emenda Constitucional nº. 15/1995, artigo 18, inciso I, da Lei Complementar nº. 06/1991, artigos 1º, inciso I, e 29 da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM, e artigo 5º, inciso I, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE, e artigo 3º, inciso III, da Resolução nº. 09/1997.

ACÓRDÃO Nº 2/2021: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, "a" item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do votada Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **10.1. Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Manicoré, referente ao exercício de 2017 (U.G: 398), de responsabilidade do **Sr. Manuel Sebastião Pimentel de Medeiros**, Prefeito Municipal de Manicoré e Ordenador de Despesas, à época, em razão das irregularidades listadas na Fundamentação do Relatório/Voto, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº.





Diário Oficial Eletrônico

Tribunal de Contas do Amazonas



Manaus, 5 de abril de 2021

Edição nº 2505 Pag.26

04/2002 – RITCE/AM; **10.2. Aplicar Multa ao Sr. Manuel Sebastião Pimentel de Medeiros**, Prefeito Municipal de Manicoré e Ordenador de Despesas, à época, no valor de **R\$ 10.240,80** (dez mil, duzentos e quarenta reais e oitenta centavos) (6x R\$ 1.706,80), fundamentada no artigo 308, inciso I, alínea "b", da Resolução nº 04/2002 (RI/TCE/AM), pelo atraso injustificado na remessa do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO, conforme disposto no item 01 do Relatório/Voto, que deverá ser recolhida no **prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo. Na hipótese de expirar o prazo, a importância deverá ser atualizada monetariamente (artigo 55, da Lei nº. 2423/1996), ficando a DERED autorizada a adotar as medidas previstas no artigo 173 da Subseção III, da Seção III, do Capítulo X, da Resolução 4/2002 – RITCE/AM; **10.3. Aplicar Multa ao Sr. Manuel Sebastião Pimentel de Medeiros**, Prefeito Municipal de Manicoré e Ordenador de Despesas, à época, no valor de **R\$ 3.413,60** (três mil, quatrocentos e treze reais e sessenta centavos) (2x R\$ 1.706,80), fundamentada no artigo 308, inciso I, alínea "b", da Resolução nº 04/2002 (RI/TCE/AM), pelo atraso injustificado na remessa do Relatório de Gestão Fiscal - RGF, conforme disposto no item 03 do Relatório/Voto, que deverá ser recolhida no **prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo; **10.4. Aplicar Multa ao Sr. Manuel Sebastião Pimentel de Medeiros**, Prefeito Municipal de Manicoré e Ordenador de Despesas, à época, no valor de **R\$ 2.000,00** (dois mil reais), na forma prevista no artigo 1º, inciso XXVI e 52 da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 308, inciso VII, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, atualizada em 09.11.2018, tendo em vista as impropriedades não saneadas na fundamentação do Relatório/Voto, que deverá ser recolhida no **prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo. Na hipótese de expirar o prazo, a importância deverá ser atualizada monetariamente (artigo 55, da Lei nº. 2423/1996), ficando a DERED autorizada a adotar as medidas previstas no artigo 173 da Subseção III, da Seção III, do Capítulo X, da Resolução 4/2002– RITCE/AM; **10.5. Determinar** à origem que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas: **10.5.1.** Descumprimento do prazo e/ou ausência de envio de remessas ao sistema e-Contas (GEFIS) referentes aos seis bimestres de 2017 do RREO, em desacordo ao prazo de 45 dias estabelecido na Resolução nº. 15/13 c/c a Resolução nº. 24/13; **10.5.2.** Descumprimento do prazo de publicação referente ao 4º, 5º e 6º bimestre de 2017 do RREO, conforme sistema e-Contas (GEFIS), em descumprimento ao prazo estabelecido no art. 165, §3º, da Constituição Federal c/c art. 52 da LC nº 101/00; **10.5.3.** Descumprimento do prazo e/ou ausência de envio de remessas ao sistema e-Contas (GEFIS) referentes ao 1º e 2º semestres de 2017 do Relatório de Gestão Fiscal, em desacordo ao prazo de 45 dias estabelecido na Lei Estadual nº. 2.423/1996 (LOTCE/AM) c/c Resoluções nº. 15 e nº. 24/13; **10.5.4.** Descumprimento do prazo de publicação referente ao 1º e 2º semestres de 2017 do Relatório de Gestão Fiscal, conforme sistema e-Contas (GEFIS), em



Diário Oficial Eletrônico de Contas

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas

Av. Efigênio Sales, nº 1155 - Parque 10 de Novembro - Manaus - AM - CEP: 69055-736

Horário de funcionamento: 7h - 13h

Telefone: (92) 3301-8180 - e-mail: doe@tce.am.gov.br



@tceamazonas



/tceam



/tceam



/tce-am



/tceamazonas



/tceam



descumprimento ao prazo estabelecido no art. 55, §2º da LC nº 101/00; **10.5.5.** Devido à baixa arrecadação dos tributos de competência municipal, mais notadamente o IPTU e ITBI, conforme apurado no Sistema Gefis, faz-se necessário os seguintes esclarecimentos: ✓ Quantidade de cargos de Fiscais de Tributos existentes; ✓ Legislação que estabelece o quantitativo de Fiscais de Tributos; ✓ Quantidade de cargos de Fiscais de Tributos preenchidos; ✓ A aprovação do código tributário municipal; ✓ A definição legal da zona urbana, a Planta Genérica de Valores (PGV) e o cadastro imobiliário que contenha endereço e número de CPF ou CNPJ ✓ Informar o sistema informatizado para gerenciar a arrecadação de tal imposto; ✓ Não foi lançado o referido imposto, nos termos dos artigos 3º e 142, da Lei nº 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), tendo em vista a não inscrição em dívida ativa, conforme Balanço Patrimonial; **10.5.6.** A Dívida Ativa constitui um conjunto de direitos ou créditos de várias naturezas, em favor da Fazenda Pública, vencidos e não pagos. A gestão da dívida ativa compreende, em especial, a inscrição e a cobrança amigável e judicial desses créditos. Nos Municípios, a maior parte da dívida ativa é composta pelos créditos de natureza tributária, principalmente IPTU e ISS. Sendo necessário os seguintes esclarecimentos: ✓ A regulamentação sobre os procedimentos de inscrição em Dívida Ativa; ✓ Acompanhamento do órgão fazendário e/ou da Procuradoria quanto à cobrança administrativa e ajuizamento de ações judiciais; ✓ Informatização da gestão da dívida ativa; ✓ Comunicação eficiente entre o órgão fazendário e o jurídico; ✓ Identificação correta dos contribuintes inadimplentes com dados de endereço e CPF ou CNPJ para facilitar a citação e penhora em execução fiscal; e ✓ Níveis de créditos prescritos; **10.5.7.** Em relação aos Benefícios Fiscais e Renúncia de Receita informar se: ✓ Houve concessão de benefícios fiscais, que compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado, no âmbito municipal, mediante lei específica do ente tributante e nos moldes do art. 14 da LRF; ✓ Houve a contabilização da renúncia de receitas; ✓ Na elaboração da LDO e da LOA foram consideradas tais renúncias de receitas, caso tenha sido concedido algum benefício fiscal; e ✓ Cumprimento do art. 165, § 6º da Constituição Federal de 1988; **10.5.8.** Apresentação de documento comprovando que as Contas Anuais foram apresentadas ao Poder Executivo do Estado, a Câmara Municipal e a União, no prazo estabelecido no art. 51, parágrafo 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 910/2000 (LRF); **10.5.9.** Ausência de publicação dos balanços (orçamentário, financeiro e patrimonial) no Diário Oficial do Estado (ou do Município), conforme estabelece o art. 9º, da Lei Complementar nº 06/91; **10.5.10.** Ausência da comprovação de publicação do Plano Plurianual (PPA) LDO e LOA no Diário Oficial (estado ou município); **10.5.11.** Apresentação de medidas adotadas para cumprimento do Plano Nacional da Educação (PNE), Lei nº 13.005/2014, detalhando/indicando: a) As ações e programas elaborados para o alcance da meta prevista na Lei nº 13.005/2014; b) Quantidade dos recursos orçamentários e financeiros alocados em cada uma das ações e programas previstos; c) Percentuais de execução desses valores para a realização das finalidades a que se vinculam; d) Índices de avaliação do sucesso dessas ações e programas implementados; e) Associação de pais no município, trazendo aos autos endereço, nome do representante e telefones; f) Plano de educação, correspondente ao PNE, aprovado em lei no município; **10.5.12.** Apresentação dos seguintes documentos, comprovando: a) A existência do Fundo Municipal de Saúde - FMS, autorizado por lei própria; b) que todos os recursos da Saúde, os próprios e os recebidos da União, foram aplicados por meio do FMS, como determina o art. 7º, § 3º, da EC 29; c) A existência do Conselho Municipal de Saúde autorizado por lei específica; em caso positivo, ele se compõe de forma paritária (representação equivalente de usuários e representantes do governo mais dos prestadores de serviços); d) Que os saldos financeiros do FMS são apresentados, de modo individualizado, nos Balanços Financeiro e Patrimonial, como prescreve o art. 50, I, da Lei Complementar nº 101/2000; e) Que o FMS dispõe de contas específicas movimentadas pelo Secretário ou Diretor Municipal de Saúde, tal qual determina o art. 32, § 2º, da Lei nº 8.080/1990; f) Que o FMS realiza audiências públicas





Manaus, 5 de abril de 2021

Edição nº 2505 Pag.28

trimestrais na Câmara dos Vereadores, com o fito de apresentar e discutir relatório financeiro e operacional da Saúde, tudo isso conforme o art. 12 da Lei nº 8.689/1993 c/c o art. 9º do Decreto nº 1.651, de 28.09.1995; g) Que o Conselho Municipal de Saúde emitiu parecer sobre as contas do FMS; **10.5.13.** Em visita in loco no Almoarifado Central da Prefeitura e constatou que o controle dos Bens do Ativo Imobilizado relativo ao exercício de 2017 deu-se de forma deficitária/precária apresentando lacunas que estão em desconformidade com os arts. 94 e 96 da Lei 4.320/64, nos seguintes aspectos: a) No Inventário de Bens Móveis não constam os seguintes dados: data de entrada do material, número da Nota Fiscal, Nota de Empenho, valor da depreciação e valor atual; b) Ausência do levantamento dos bens inservíveis até 2017, que estão no Almoarifado Central. c) Não há critério definindo os conceitos adotados na "Situação do Bem" relativo ao estado de conservação do bem patrimonial que são: ótimo, bom, razoável, depreciação e reparos; **10.5.14.** Em visita in loco no Almoarifado Central da Prefeitura e constatou que o controle dos bens de almoarifado apresentou as seguintes lacunas: a) Ausência de organização no acondicionamento dos materiais de expediente, impresso e limpeza, os quais não estavam posicionados em prateleiras ou paletes; b) Ausência de Ficha de Estoque de cada mercadoria contendo a movimentação (entrada com o registro da nota fiscal e saída com o número da requisição); c) Ausência de Controle Informatizado eficiente da movimentação dos materiais (entrada e saída), pois o controle o disponibilizado à Comissão de Inspeção foi um Relatório Mensal de Distribuição de Material (produzido em excel) onde é lançado o "Estoque Atual" resultando na informação da "Saída". É importante frisar que, nem a Ficha de Estoque nem o relatório mensal traz referência de qual documento subsidiou a entrada do material (nota de empenho/nota fiscal) ou, na saída, para qual secretaria o item foi distribuído; **10.5.15.** Ausência de Controle Interno na Prefeitura Municipal de Manicoré o que contraria o cumprimento dos art. 31, caput, e 74, caput, incisos I a IV e §1º, da CF/88 e do art. 76 da Lei nº 4.320/64, mediante a emissão de relatórios orçamentários, financeiros e de gestão; **10.5.16.** Ausência de Advocacia Pública atendendo por simetria o que emana os arts. 37, inciso II e art. 132 da Constituição Federal de 1988; **10.5.17.** Ausência de registros analíticos de todos os bens de caráter permanente, com indicação dos elementos necessários para a perfeita caracterização de cada um deles e dos agentes responsáveis pela sua guarda e administração (art. 94, 95 e 96 da Lei 4.320/64; **10.5.18.** Na Área de Pessoal: a) Esclarecer o motivo do número de servidores contratados temporariamente ser maior do total dos servidores estatutários efetivos, contrariando o art. 37, II, da CF/88 b) Ausência de documentos que comprovem plenamente se as contratações temporárias foram remetidas ao TCE, conforme o que preceitua o art. 259, c/c o art. 260, da Resolução TCE n. 04/2002; c) Justificar a desatualização das Fichas Funcionais (férias, licenças, dependentes, faltas, etc.); **10.5.19.** Dos Processos Licitatórios abaixo apuramos as seguintes restrições: a) Ausência do ato de designação da Comissão de Licitação em todos os Processos Licitatórios, em desacordo ao que preceitua o art. 38, inciso III da Lei 8.666/93; b) Ausência nos autos do despacho de homologação e adjudicação e sua respectiva publicação, art. 38, VII e art. 43, VI, da Lei 8.666/93; c) Ausência de cotação de preços de mercado (art. 23, caput, da Lei 8.666/93); d) Não consta o termo de referência com elementos capazes de propiciar a avaliação do custo pela administração, diante de orçamento detalhado, considerando os preços praticados no mercado, a definição do método, a estratégia de suprimento e o prazo de execução do contrato conforme o art. 8º - II anexo I do Decreto nº 3.555/00; **10.5.20.** Nos Contratos analisados abaixo, foram detectadas as seguintes impropriedades: • Não tem justificativa da necessidade do objeto; • Ausência do Certificado de habilitação; • Não consta justificativa de preço; • Ausência aos autos do parecer técnico jurídico devidamente assinado; • Não consta autorização do ordenador de despesa; • Não juntaram aos autos Nota de empenho que formalizou; • Justificar o motivo pelo qual, não procederam Dispensa de Licitação. • Não tem previsão de Dotação Orçamentária. • Ausência dos autos a publicação no D.O, Homologação e Adjudicação • Ausência de parecer jurídico na Minuta do Edital. • Não juntaram a nota de empenho com a especificação dos serviços prestados. Nos pagamentos efetuados, nos aluguéis de Locação de Imóveis. **10.6. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.





Manaus, 5 de abril de 2021

Edição nº 2505 Pag.29

PROCESSO Nº 11.470/2019 (Apenso: 11.448/2019) - Prestação de Contas Anual da Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, referente ao exercício de 2018, de responsabilidade do Sr. Marcelo Magaldi Alves.

ACÓRDÃO Nº 213/2021: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea "a", item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, à **unanimidade**, nos termos do votada Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **10.1. Julgar regular** a Prestação de Contas Anual da Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, referente ao exercício de 2018, de responsabilidade do **Sr. Marcelo Magaldi Alves**, Secretário Municipal de Saúde e Ordenador de Despesas, à época, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso I, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso I, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM; **10.2. Dar quitação** ao Sr. Marcelo Magaldi Alves, Secretário Municipal de Saúde e Ordenador de Despesas, à época, nos termos dos artigos 23 e 72, inciso I, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso I, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE; **10.3. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002–RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.

PROCESSO Nº 11.448/2019 (Apenso: 11.470/2019) - Prestação de Contas Anual do Fundo Municipal de Saúde - FMS, referente ao exercício de 2018, de responsabilidade do Sr. Marcelo Magaldi Alves. **Advogado:** Edmara de Abreu Leão – Procuradora do Município.

ACÓRDÃO Nº 214/2021: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea "a", item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, à **unanimidade**, nos termos do votada Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **10.1. Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual do Fundo Municipal de Saúde - FMS, referente ao exercício de 2018, de responsabilidade do **Senhor Marcelo Magaldi Alves**, Gestor do Fundo Municipal de Saúde - FMS e Ordenador de Despesas, à época, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002–RITCE/AM; **10.2. Aplicar Multa** ao **Senhor Marcelo Magaldi Alves**, Gestor do Fundo Municipal de Saúde - FMS e Ordenador de Despesas, à época, no valor de **R\$ 2.000,00** (dois mil reais), na forma prevista no artigo 1º, inciso XXVI e 52 da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 308, inciso VII, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, atualizada em 09.11.2018, tendo em vista as impropriedades não saneadas na Fundamentação do Relatório/Voto, e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável; **10.3. Determinar** à origem que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a





Manaus, 5 de abril de 2021

Edição nº 2505 Pag.30

ocorrência das seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas: **10.3.1.** Foi verificado pela Comissão de Inspeção que ocorreu uma variação entre os exercícios de 2018 e 2017 em Resultado de Exercícios Anteriores. Demonstrar quantitativamente essa variação; **10.3.2.** A Comissão de Inspeção não identificou na Prestação de Contas Anual a composição da conta Ajustes de Exercícios Anteriores referente ao exercício de 2018. Demonstrar a composição desta conta; **10.3.3.** Ao analisar o Balanço Patrimonial, foi constatado que não foi realizada a depreciação dos bens imóveis no ativo imobilizado. O item 5, Parte II da 8ª Edição do MCASP destaca que: Os itens do ativo imobilizado estão sujeitos à depreciação ou exaustão, cuja apuração deve ser feita mensalmente, quando o item do ativo estiver em condições de uso. Ao final de cada exercício financeiro recomenda-se que a entidade realize a revisão da vida útil e do valor residual do item do ativo. Ante ao exposto, justificar o motivo pelo qual não foi procedida a depreciação dos referidos itens do ativo imobilizado; **10.3.4.** Observou-se que os softwares não foram amortizados conforme captura de tela a seguir: De acordo como o item 6, Parte II da 8ª Edição do MCASP: A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida deve ser iniciada a partir do momento em que o ativo estiver disponível para uso. A amortização deve cessar na data em que o ativo é classificado como mantido para venda, quando estiver totalmente amortizado ou na data em que ele é baixado, o que ocorrer primeiro. A amortização para cada período deve ser reconhecida no resultado, contra uma conta retificadora do ativo. Ante ao exposto, justificar o motivo pelo qual não foi procedida a amortização dos softwares; **10.3.5.** Foi observado pela Comissão de Inspeção que, a rubrica Uso de Material de Consumo aumentou cerca de 715%, de 2017 para 2018. Justificar o motivo que levou a esse aumento substancial; **10.3.6.** Constatou-se que o fundo dispendeu R\$ 3.266,91 referente ao pagamento de multas, juros e encargos ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, assim como R\$ 26.007,92 referente a multas ao Departamento Nacional de Trânsito – DETRAM. Justificar tais pagamentos, atendendo ao artigo 1º, §1º da Lei Complementar nº 101/2000; **10.3.7.** A Comissão de Inspeção identificou que servidores da SEMSA passaram a ser servidores do FMS sem concurso. Justificar essa transferência, em atendimento ao artigo 37, inciso II da Constituição Federal da República de 1988; **10.3.8.** Justificar a inexistência de controle de ponto neste fundo municipal, haja vista que tal conduta contraria o 5º do Decreto nº 203, de 07 de julho de 2009, de acordo com o artigo 5º do Decreto nº 203/2009; **10.3.9.** Foi constatado que houve aquisição nos pregões de materiais, no exercício de 2018, sem planejamento, assim como também através das dispensas e inexigibilidade, contrariando o artigo 1º, §1º da Lei Complementar nº 101/2000; **10.3.10.** Foi adquirido no exercício vários materiais de consumo (material laboratorial, material hospitalar, ferramentas, medicamentos), entretanto foi distribuído no exercício apenas parte dele, verifica-se ainda que existe um estoque trazido do exercício passado. Justificar o motivo pelo qual esse material não foi distribuído, considerando que se trata de materiais e medicamentos que deveriam estar sendo distribuídos a população, de acordo com o artigo 1º, §1º da Lei Complementar nº 101/2000; **10.3.11.** A comissão de Inspeção observou, por meio de amostragem no percentual de 25%, que as pastas funcionais estavam desatualizadas, faltando as seguintes informações: Esclarecer o motivo atendendo ao artigo 5º da Lei nº 12.527/2011; **10.3.12.** Ao analisar os contratos de nº 002/2018 e Nº 003/2018, não identificamos em ambos os contratos a presença do Relatório de Acompanhamento de Contrato. Justificar o motivo, em atendimento ao artigo 73 e 76 da Lei nº 8.666/93. **10.4. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.

PROCESSO Nº 12.736/2019 - Denúncia interposta pelo Sr. Dermilson Carvalho das Chagas, em face da Secretaria de Estado da Saúde - SUSAM, em razão de possíveis irregularidades no contrato firmado com o Instituto Nacional do Desenvolvimento Social e Humano - INDSH. **Advogados:** Veronica Cordeiro da Rocha Mesquita - OAB/SP 142.685, Flávia Bergamin de Barros Paz – OAB/SP 177.682 Rennalt Lessa de Freitas OAB/AM 8020, Leonardo Milon de Oliveira OAB/AM 12239 e Maria isabel Gurgel Amaral Pinto OAB/AB 14119.





Manaus, 5 de abril de 2021

Edição nº 2505 Pag.31

ACÓRDÃO Nº 215/2021: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 5º, inciso XII e art. 11, inciso III, alínea “c”, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do votada Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **9.1. Conhecer** da Representação do Sr. Dermilson Carvalho das Chagas, por ter sido formulada sob a égide do artigo 279, da Resolução nº. 004/2002-TCE-AM; **9.2. Julgar Improcedente** a Representação do Sr. Dermilson Carvalho das Chagas, tendo em vista a inexistência das irregularidades apontadas pelo Representante; **9.3. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que oficie o Representado, dando-lhe ciência do teor da decisão e, após, archive-se os autos.

PROCESSO Nº 10.068/2020 - Representação interposta pela Secretaria Geral de Controle Externo – SECEX/TCE/AM, em face do Sr. Evandro Miranda Cardoso, Presidente da Câmara Municipal de Boa Vista do Ramos, em razão de possível burla a instrumentos legais relacionados à transparência na Administração Pública.

ACÓRDÃO Nº 216/2021: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso IV, alínea “i”, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do votada Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **9.1. Conhecer** da Representação da SECEX/TCE/AM, por ter sido formulada sob a égide do artigo 288, da Resolução nº 004/2002-TCE-AM; **9.2. Julgar Procedente** a Representação da SECEX/TCE/AM, tendo em vista inexistência do Portal ou qualquer forma de publicação exigida pela Lei de Acesso à Informação; **9.3. Aplicar Multa** ao **Sr. Evandro de Miranda Cardoso**, Presidente da Câmara Municipal de Boa Vista do Ramos no valor de **R\$13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos) e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”, nos termos do art. 308, VI da Resolução 004/2002 - TCE/AM, POR ato praticado com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERE autorizada, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável; **9.4. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que oficie o Representado, dando-lhe ciência do teor da decisão e, após sua publicação, remeta os autos à Comissão de Inspeção para fazer constar o objeto no escopo da auditoria a ser realizada na Câmara Municipal de Boa Vista do Ramos.

PROCESSO Nº 12.721/2020 - Representação interposta pela Secretaria Geral de Controle Externo – SECEX/TCE/AM em face da Prefeitura Municipal de Iranduba, em razão de possíveis irregularidades.

ACÓRDÃO Nº 217/2021: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão





Manaus, 5 de abril de 2021

Edição nº 2505 Pag.32

do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso IV, alínea “i”, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do votada Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **9.1. Conhecer** da Representação da SECEX/TCE/AM, por ter sido formulada sob a égide do artigo 288, da Resolução nº 004/2002-TCE-AM; **9.2. Julgar Procedente** a Representação da SECEX/TCE/AM, considerando que a publicação tardia no Portal da Transparência dos certames licitatórios dificulta o acesso à informação de possíveis interessados de outras localidades, afrontado o disposto no Art. 8.º, §3.º, inciso VI da Lei 12.527/2011; **9.3. Aplicar Multa** ao **Sr. Francisco Gomes da Silva**, na qualidade de gestor da Prefeitura Municipal de Iranduba no valor de **R\$13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos) e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, aplicada por ato praticado com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nos termos do art. 308, VI da Resolução 004/2002 – TCE/AM, na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável; **9.4. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que officie o Representado, dando-lhe ciência do teor da decisão e, após sua publicação, remeta os autos à Comissão de Inspeção para fazer constar o objeto no escopo da auditoria a ser realizada na Prefeitura Municipal de Iranduba.

PROCESSO Nº 13.012/2020 - Representação oriunda da Manifestação nº 215/2020-Ouvidoria em face da Secretaria Municipal de Finanças, Tecnologia da Informação e Controle Interno - SEMEF, acerca de possíveis irregularidades no quadro de servidores por preterição de candidatos do Concurso desta Secretaria.

ACÓRDÃO Nº 218/2021: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso IV, alínea “i”, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do votada Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **9.1. Conhecer** da Representação da SECEX/TCE/AM, por ter sido formulada sob a égide do artigo 288, da Resolução nº 004/2002-TCE-AM; **9.2. Julgar Improcedente** a Representação da SECEX/TCE/AM, em virtude de que não ficou comprovado nos autos que os temporários e comissionados exercem as funções dos candidatos aprovados no concurso da SEMEF de forma a configurar preterição destes em face daqueles; **9.3. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que officie o Representado, dando-lhe ciência do teor da decisão e, após, archive-se os autos.

PROCESSO Nº 13.152/2020 - Representação formulada pelo Ministério Público de Contas, em face da Prefeitura Municipal de Carauari, devido à falta de inserção no respectivo Portal de Transparência de dados referentes a contratos e atos administrativos referentes à gestão do Município, em especial de aquisições e contratações emergenciais de serviços para o combate da pandemia gerada pela Covid-19. **Advogados:** Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4331 e Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM 6975, Lívia Rocha Brito – OAB/AM 6474,





Diário Oficial Eletrônico

Tribunal de Contas do Amazonas



Manaus, 5 de abril de 2021

Edição nº 2505 Pag.33

Gabriel Simonetti Guimarães – OAB/AM 15.710, Igor Arnaud Ferreira - OAB/AM 10428, Laíz Araújo Russo de Melo e Silva - OAB/AM 6897 e Larissa Oliveira de Sousa - OAB/AM 14193.

ACÓRDÃO Nº 219/2021: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso IV, alínea “i”, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do votado Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **9.1. Conhecer** da Representação do Ministério Público de Contas, por ter sido formulada sob a égide do artigo 288, da Resolução nº. 004/2002-TCE-AM; **9.2. Julgar Improcedente** a Representação do Ministério Público de Contas, tendo em vista a inexistência de irregularidade na inserção, no Portal de Transparência de dados referentes a contratos e atos administrativos relativos à gestão do Município de Carauari, em especial de aquisições e contratações emergenciais de serviços para o combate da pandemia gerada pela Covid-19; **9.3. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que oficie o Representado, dando-lhe ciência do teor da decisão e, após, archive-se os autos.

AUDITOR-RELATOR: MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO.

PROCESSO Nº 11.649/2019 - Prestação de Contas Anual da Agência de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Amazonas - ADAF, relativa ao exercício de 2018, sob a responsabilidade do Sr. Sérgio Rocha Muniz Filho.

ACÓRDÃO Nº 220/2021: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de votado Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **10.1. Julgar irregular** a Prestação de Contas do **Sr. Sérgio Rocha Muniz Filho**, Diretor-Presidente da ADAF, exercício de 2018, conforme art. 22, III, da Lei nº 2.423/96 c/c art. 188, § 1º, III, “b”, da Resolução nº 04/02- RI TCE/AM; **10.2. Aplicar Multa** ao **Sr. Sérgio Rocha Muniz Filho** no valor de **R\$ 13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos) e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da multa, em virtude das falhas remanescentes nos itens b, c, e, f, g, h do Relatório/Voto, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DEREDE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável; **10.3. Oficiar** ao Ministério Público do Estado do Amazonas, encaminhando as peças processuais da prestação de contas anual da ADAF, exercício de 2018, de responsabilidade do Sr. Sérgio Rocha Muniz Filho, para que adote as medidas que entender cabíveis.





Manaus, 5 de abril de 2021

Edição nº 2505 Pag.34

PROCESSO Nº 10.077/2020 - Representação interposta pela Secretaria Geral de Controle Externo – TCE/AM, face do Sr. Antônio Maia da Silva, Prefeito Municipal de Itamarati, em razão de possível burla na prestação de serviço de ensino municipal por atos que se reportam graves e com prejuízo ao erário.

ACÓRDÃO Nº 221/2021: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso IV, alínea “i”, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, à **unanimidade**, nos termos da proposta de votado Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **9.1. Conhecer** da Representação oferecida pela SECEX/TCE/AM - Secretaria Geral desta Corte de Contas; **9.2. Considerar revel** o responsável pela Prefeitura Municipal de Itamarati à época, **Sr. Antônio Maia da Silva**, em conformidade com o preconizado pelo art. 20, § 3º, da Lei nº 2.423/96; **9.3. Julgar Procedente** a Representação interposta pela SECEX/TCE/AM pelas irregularidades na prestação de serviço de ensino municipal no que tange à situação precária das escolas e da merenda escolar da Prefeitura Municipal de Itamarati; **9.4. Aplicar Multa** no valor de **R\$ 14.000,00** (Quatorze mil reais), nos termos do art. 54, VI, da Lei n. 2423/96 c/c o art. 308, VI, da Resolução n. 04/2002 - TCE/AM, em vista das irregularidades identificadas na prestação do serviço de educação do ensino municipal da Prefeitura Municipal de Itamarati, em afronta às determinações contidas no art. 227 da Constituição Federal e aos artigos 198 ao 204, da Constituição do Estado do Amazonas, conforme argumentações apresentadas na fundamentação do Relatório/Voto. Ressalta-se que a mencionada multa deverá ser recolhida no **prazo de 30 (trinta) dias** para o Cofre Estadual através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM e art. 174, § 4º, da Resolução n. 04/2002), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo, com as devidas atualizações monetárias (art. 55, da Lei n. 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º, da Resolução 04/02); **9.5. Determinar** à Prefeitura Municipal de Itamarati que promova a correção das falhas indicadas pelo DEAE conforme fundamentação do Relatório/Voto; **9.6. Dar ciência** da decisão a SECEX/TCE/AM, na qualidade de Representante da demanda, bem como aos demais interessados nos autos.

PROCESSO Nº 10.571/2020 - Representação interposta pela Secretaria Geral de Controle Externo – SECEX/TCE/AM, em face do Sr. Antônio Maia da Silva, Prefeito Municipal de Itamarati, em razão de supostas irregularidades na distribuição de merenda escolar.

ACÓRDÃO Nº 222/2021: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso IV, alínea “i”, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, à **unanimidade**, nos termos da proposta de votado Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **9.1. Conhecer** da Representação, formulada pela Secretaria Geral de Controle Externo - SECEX/TCE/AM, com fulcro no art. 288 da Resolução nº 04/2002 – TCE/AM, em desfavor do Sr. Antônio Maia da Silva, Prefeito Municipal de Itamarati; **9.2. Arquivar** a Representação, em virtude da detectada duplicidade do objeto destes autos com aquele do Processo n. 10.077/2020, o qual já conta com manifestação técnica e ministerial; **9.3. Considerar revel** o Gestor da Prefeitura Municipal de Itamarati, **Sr. Antônio Maia da Silva**, nos termos do art. 88 do Regimento Interno desta Corte de Contas; **9.4. Dar ciência** ao Gestor da Prefeitura Municipal de Itamarati, Sr. Antônio Maia da Silva, bem como à SECEX, sobre o deslinde deste feito.





Diário Oficial Eletrônico

Tribunal de Contas do Amazonas



Manaus, 5 de abril de 2021

Edição nº 2505 Pag.35

PROCESSO Nº 12.329/2020 - Prestação de Contas Anual do Serviço de Pronto Atendimento Eliameme Rodrigues Mady - SPA Zona Norte, de responsabilidade do Sr. Karim Mohamed Tarayra e da Sra. Lúcia da Silva Ramos, referente ao exercício de 2019.

ACÓRDÃO Nº 223/2021: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea "a", item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de votado Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **10.1. Julgar regular** a Prestação de Contas do Serviço de Pronto Atendimento Eliameme Rodrigues Mady – SPA Zona Norte, exercício de 2019, de responsabilidade do **Sr. Karim Mohamed Tarayra**, responsável pelo SPA no período de 01/01 a 31/09/2019 e de responsabilidade da **Sra. Lúcia Maria da Silva Ramos**, responsável pelo SPA no período de 01/10 a 31/12/2019, responsáveis pelas Contas à época da Prestação, nos termos dos arts. 22, I e 23, da Lei n. 2.423/96 e art. 188, § 1º, I, da Resolução 04/02-TCE/AM; **10.2. Determinar** ao atual responsável pelo Serviço de Pronto Atendimento Eliameme Rodrigues Mady – SPA Zona Norte para evitarem a prática dos atos que ensejaram as ressalvas realizadas no Parecer exarado pelo Órgão de Controle Interno (fls. 106/110); **10.3. Dar quitação** plena e irrestrita ao Sr. Karim Mohamed Tarayra, responsável pelo SPA no período de 01/01 a 31/09/2019 e a Sra. Lúcia Maria da Silva Ramos, responsável pelo SPA no período de 01/10 a 31/12/2019, conforme preceitua o art. 23, da Lei n.º 2.423/1996 c/c o art. 189, I, da Resolução 04/2002-TCE/AM.

CONSELHEIRO-RELATOR CONVOCADO: ALÍPIO REIS FIRMO FILHO.

PROCESSO Nº 16.697/2020 (Apenso: 10.070/2018) - Recurso de Reconsideração interposto pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA, por meio do Sr. Eduardo Costa Taveira, em face do Acórdão nº 364/2020-TCE-Tribunal Pleno, exarado nos autos do Processo nº 10.070/2018.

ACÓRDÃO Nº 224/2021: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea "f", item 2, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do votado Excelentíssimo Senhor Conselheiro Convocado e Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Conhecer** do Recurso de Reconsideração interposto pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA, por meio do Sr. Eduardo Costa Taveira, Secretário da SEMA, em face do Acórdão nº 364/2020-TCE-Tribunal Pleno, exarado nos autos do Processo nº 10.070/2018, a qual tratou de Representação formulada pelo Ministério Público de Contas – MPC sobre possível omissão da Prefeitura Municipal de Fonte Boa e do Estado do Amazonas, no sentido de implantar minimamente a política de esgotamento sanitário no município; **8.2. Negar Provento** ao Recurso de Reconsideração da Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA, por meio do Sr. Eduardo Costa Taveira, Secretário da SEMA, em face do Acórdão nº 364/2020-TCE-Tribunal Pleno, exarado nos autos do Processo nº 10.070/2018, a qual tratou de Representação formulada pelo Ministério Público de Contas – MPC sobre possível omissão da Prefeitura Municipal de Fonte Boa e do Estado do Amazonas, no sentido de implantar minimamente a política de esgotamento sanitário no município; **8.3. Dar ciência** a Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA, da decisão proferida nos autos.

AUDITOR-RELATOR: LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES.



Diário Oficial Eletrônico de Contas

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas

Av. Efigênio Sales, nº 1155 - Parque 10 de Novembro - Manaus – AM - CEP: 69055-736

Horário de funcionamento: 7h - 13h

Telefone: (92) 3301-8180 - e-mail: doe@tce.am.gov.br



@tceamazonas



/tceam



/tceam



/tce-am



/tceamazonas



/tceam



Diário Oficial Eletrônico

Tribunal de Contas do Amazonas



Manaus, 5 de abril de 2021

Edição nº 2505 Pag.36

PROCESSO Nº 16.325/2020 (Apenso: 16.322/2020, 16.323/2020, 16.326/2020, 16.327/2020, 16.328/2020, 16.324/2020 e 16.321/2020) - Recurso Ordinário interposto pelo Sr. Raimundo Guedes dos Santos, em face do Acórdão nº 05/2020-TCE-Segunda Câmara, exarado nos autos do Processo nº 16.322/2020. **Advogado:** Rogerio Ramon de Souza Xavier – OAB/AM 14911.

ACÓRDÃO Nº 227/2021: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art.11, III, alínea “f”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de votado Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Conhecer** do Recurso Ordinário, do Sr. Raimundo Guedes dos Santos, nos termos do art. 1º, inciso XXI da LO-TCE-AM c/c art. 11, inciso III, alínea “f”, item 3 do RI-TCE-AM; **8.2. Negar Provimento** ao Recurso Ordinário, do Sr. Raimundo Guedes dos Santos, mantendo inalterado o Acórdão nº 05/2020-TCE-Segunda Câmara, exarado nos autos do Processo nº 16.322/2020, considerando a insuficiência de elementos de prova trazidos no processo, bem como em observância ao art. 94, §6º do Regimento Interno deste TCE-AM c/c Art. 274, parágrafo único do CPC (Lei nº 13.105/2015); **8.3. Dar ciência** ao Sr. Raimundo Guedes dos Santos, por meio de seu patrono, acerca do decidido.

PROCESSO Nº 16.327/2020 (Apenso: 16.325/2020, 16.322/2020, 16.323/2020, 16.326/2020, 16.328/2020, 16.324/2020 e 16.321/2020) - Recurso Ordinário interposto pelo Sr. Raimundo Guedes dos Santos, em face do Acórdão nº 03/2020-TCE-Segunda Câmara, exarado nos autos do Processo nº 16.321/2020. **Advogado:** Rogerio Ramon de Souza Xavier – OAB/AM 14911.

ACÓRDÃO Nº 229/2021: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art.11, III, alínea “f”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de votado Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **9.1. Conhecer** do Recurso Ordinário, do Sr. Raimundo Guedes dos Santos, nos termos do art. 1º, inciso XXI da LO-TCE-AM c/c art. 11, inciso III, alínea “f”, item 3 do RI-TCE-AM; **9.2. Negar Provimento** ao Recurso Ordinário, do Sr. Raimundo Guedes dos Santos, mantendo inalterado o Acórdão nº 03/2020-TCE-Segunda Câmara, exarado nos autos do Processo nº 16.321/2020, considerando a insuficiência de elementos de prova trazidos no processo, bem como em observância ao art. 94, §6º do Regimento Interno deste TCE-AM c/c Art. 274, parágrafo único do CPC (Lei nº 13.105/2015); **9.3. Dar ciência** ao Sr. Raimundo Guedes dos Santos, por meio de seu patrono, acerca do decidido.

PROCESSO Nº 16.328/2020 (Apenso: 16.325/2020, 16.322/2020, 16.323/2020, 16.326/2020, 16.327/2020, 16.324/2020 e 16.321/2020) - Recurso Ordinário interposto pelo Sr. Raimundo Guedes dos Santos, em face do Acórdão nº 06/2020-TCE-Segunda Câmara, exarado nos autos do Processo nº 16.324/2020. **Advogado:** Rogerio Ramon de Souza Xavier – OAB/AM 14911.

ACÓRDÃO Nº 228/2021: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art.11, III, alínea “f”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de votado Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **9.1. Conhecer** do Recurso Ordinário, do Sr. Raimundo Guedes dos Santos, nos termos do art. 1º, inciso XXI da LO-TCE-AM c/c art. 11, inciso III, alínea “f”, item 3 do RI-TCE-AM; **9.2. Negar Provimento** ao Recurso Ordinário, do Sr. Raimundo Guedes dos Santos, mantendo inalterado o Acórdão nº 06/2020-TCE-Segunda Câmara, exarado nos autos do Processo nº 16.324/2020,



Diário Oficial Eletrônico de Contas

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Av. Efigênio Sales, nº 1155 - Parque 10 de Novembro - Manaus – AM - CEP: 69055-736
Horário de funcionamento: 7h - 13h
Telefone: (92) 3301-8180 - e-mail: doe@tce.am.gov.br

[@tceamazonas](https://www.instagram.com/tceamazonas) [/tceam](https://www.facebook.com/tceam) [/tceam](https://www.twitter.com/tceam) [/tce-am](https://www.youtube.com/tce-am) [/tceamazonas](https://www.youtube.com/tceamazonas) [/tceam](https://www.youtube.com/tceam)



Manaus, 5 de abril de 2021

Edição nº 2505 Pag.37

considerando a insuficiência de elementos de prova trazidos no processo, bem como em observância ao art. 94, §6º do Regimento Interno deste TCE-AM c/c Art. 274, parágrafo único do CPC (Lei nº 13.105/2015); **9.3. Dar ciência** ao Sr. Raimundo Guedes dos Santos, por meio de seu patrono, acerca do decidido.

PROCESSO Nº 16.326/2020 (Apenso: 16.325/2020, 16.322/2020, 16.323/2020, 16.327/2020, 16.328/2020, 16.324/2020 e 16.321/2020) - Recurso Ordinário interposto pelo Sr. Raimundo Guedes dos Santos, em face do Acórdão nº 04/2020-TCE-Segunda Câmara, exarado nos autos do Processo nº 16.323/2020. **Advogado:** Rogerio Ramon de Souza Xavier – OAB/AM 14911.

ACÓRDÃO Nº 230/2021: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art.11, III, alínea “f”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de votado Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **9.1. Conhecer** do Recurso Ordinário, do Sr. Raimundo Guedes dos Santos, nos termos do art. 1º, inciso XXI da LO-TCE-AM c/c art. 11, inciso III, alínea “f”, item 3 do RI-TCE-AM; **9.2. Negar Provento** ao Recurso Ordinário, do Sr. Raimundo Guedes dos Santos, mantendo inalterado o Acórdão nº 04/2020-TCE-Segunda Câmara, exarado nos autos do Processo nº 16.323/2020, considerando a insuficiência de elementos de prova trazidos no processo, bem como em observância ao art. 94, §6º do Regimento Interno deste TCE-AM c/c Art. 274, parágrafo único do CPC (Lei nº 13.105/2015); **9.3. Dar ciência** ao Sr. Raimundo Guedes dos Santos, por meio de seu patrono, acerca do decidido.

AUDITOR-RELATOR: ALBER FURTADO DE OLIVEIRA JÚNIOR.

PROCESSO Nº 15.475/2020 (Apenso: 15.227/2019) - Recurso Ordinário interposto pelo Sr. Josinilson Reis dos Santos e Sr. Henrique Dutra dos Santos, em face da Decisão nº 1514/2019-TCE-Primeira Câmara, exarado nos autos do Processo nº 15.227/2019. **Advogado:** Ludmila Bezerra Batista Teixeira – OAB/AM 8250.

ACÓRDÃO Nº 231/2021: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art.11, III, alínea “f”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de votado Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Conhecer** do Recurso Ordinário interposto pelos Srs. Josinilson Reis dos Santos e Henrique Dutra dos Santos; **8.2. Dar Provento Parcial no mérito**, ao Recurso Ordinário interposto pelos Srs. Josinilson Reis dos Santos e Henrique Dutra dos Santos, no sentido de: **8.2.1. Julgar legal** o ato concessório de pensão por morte em favor do Sr. Josinilson Reis dos Santos e de Henrique Dutra dos Santos, respectivamente cônjuge e filho da Sra. Emely Eleutério Dutra, do cargo de Professor, nível I, classe I, referência I, matrícula nº 1287, da Prefeitura Municipal de Barreirinha, publicado no DOM em 12 de junho de 2019; **8.2.2. Determinar** o registro do ato concessório de pensão por morte em favor do Sr. Josinilson Reis dos Santos e de Henrique Dutra dos Santos, respectivamente cônjuge e filho da Sra. Emely Eleutério Dutra, do cargo de Professor, nível I, classe I, referência I, matrícula nº 1287, da Prefeitura Municipal de Barreirinha; **8.3. Notificar** o Sr. Josinilson Reis dos Santos e Henrique Dutra dos Santos, acerca da decisão deste Tribunal; **8.4. Oficiar** o Fundo de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Públicos do Município de Barreirinha – FAPESB para que providencie o registro do ato concessório de pensão por morte (Decreto nº 38, de 20.03.2019) no setor competente; **8.5. Arquivar** o processo, após o trânsito em julgado, nos moldes regimentais. **Declaração de Impedimento:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva (art. 65 do Regimento Interno).





Diário Oficial Eletrônico


Tribunal de Contas do Amazonas



Manaus, 5 de abril de 2021

Edição nº 2505 Pag.38

SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 05 de Março de 2021.


MIRTYL FERNANDES LEVY JUNIOR
Secretário do Tribunal Pleno

PROCESSO JULGADO PELO EGRÉGIO TRIBUNAL PLENO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, SOB PRESIDÊNCIA DO EXMO. SR. MÁRIO MANOEL COELHO DE MELLO, NA 7ª SESSÃO ADMINISTRATIVA DE 23 DE MARÇO DE 2021.

1. Processo TCE - AM nº **006691/2020**.
2. Tipo De Processo: ADM - Comunicação Interna - Exposição de Motivos.
3. Especificação: Alteração de Resolução nº 12/2013 TCE-AM
4. Interessado: Tribunal de Contas do Estado do Amazonas.
5. Advogado: Não possui
6. Unidade Técnica: Consultec e Comissão de Legislação e Regimento Interno
7. Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Despacho Nº 11/2020/2ª PROCONT, do Procurador de Contas Evanildo Santana Bragança
8. Relator: Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello, Presidente

EMENTA: Resolução - Decreto Estadual acerca da concessão de adiantamentos.

Aprovação. Determinação. Arquivamento.

ACÓRDÃO ADMINISTRATIVO Nº 59/2021 - TRIBUNAL PLENO

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 12, inciso I, alínea "b" e inciso X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, com base na Consultec, Comissão de Legislação e Regimento Interno e MPC, no sentido de:

9.1. APROVAR o Projeto de Resolução que visa à revisão da Resolução TCE nº 12, de 12 de abril de 2013, que dispõe sobre a concessão de adiantamentos no âmbito desta Corte de Contas, nos moldes propostos pela maioria da Comissão de Legislação e Regimento Interno, entrando em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário;

9.2. DETERMINAR o envio dos autos à Secretaria do Tribunal Pleno para que proceda à **publicação** da Resolução aprovada, por meio do setor competente, bem como notifique as Secretarias, Diretorias, Divisões e Departamentos deste Tribunal, além dos Gabinetes de Conselheiros, Auditores e Procuradores, acerca do referido instrumento normativo;

9.3. ARQUIVAR os autos após o cumprimento do item acima, nos termos regimentais.

10 Ata: 7.ª Sessão Administrativa - Tribunal Pleno.

11. Data da Sessão: 23 de março de 2021

Diário Oficial Eletrônico de Contas

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas

Av. Efigênio Sales, nº 1155 - Parque 10 de Novembro - Manaus - AM - CEP: 69055-736

Horário de funcionamento: 7h - 13h

Telefone: (92) 3301-8180 - e-mail: doe@tce.am.gov.br

 @tceamazonas  /tceam  /tce-am  /tceamazonas  /tceam





Diário Oficial Eletrônico


Tribunal de Contas do Amazonas



Manaus, 5 de abril de 2021

Edição nº 2505 Pag.39

SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 05 de março de 2021


MIRTYL FERNANDES LEVY JUNIOR
Secretário do Tribunal Pleno

PRIMEIRA CÂMARA

PAUTAS

Sem Publicação

ATAS

Sem Publicação

ACÓRDÃOS

Sem Publicação

SEGUNDA CÂMARA

PAUTAS

Sem Publicação

ATAS

Sem Publicação

ACÓRDÃOS

Sem Publicação



Diário Oficial Eletrônico de Contas

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Av. Efigênio Sales, nº 1155 - Parque 10 de Novembro - Manaus - AM - CEP: 69055-736
Horário de funcionamento: 7h - 13h
Telefone: (92) 3301-8180 - e-mail: doe@tce.am.gov.br



Manaus, 5 de abril de 2021

Edição nº 2505 Pag.40

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCE

Sem Publicação

ATOS NORMATIVOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2020-CPL/TCE-AM

Aos trinta dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e um (30/03/2021), compareceu à sede do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS - TCE/AM, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 05.829.742/0001-48, com endereço nesta cidade, na Av. Efigênio Sales, nº 1155 – Manaus/AM, CEP 69.055-736, a empresa abaixo qualificada, para assinar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, na qual estão consignados o menor preço do item constante da proposta apresentada no Pregão Presencial nº 14/2020-CPL/TCE-AM, Processo nº 6191/2020-SEI/TCE/AM, bem como os compromissos que assume o fornecedor, nas condições estabelecidas no Edital e respectivos anexos, que desta fazem parte integrante, em observância aos preceitos da Lei nº 8.666/93, com suas ulteriores alterações e demais legislação complementar que rege a espécie, conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços de serviços comuns de engenharia para manutenções e adequações nas instalações físicas do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas – TCE/AM, especificações do Termo de Referência, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

FORNECEDOR: R. P. DA SILVA EDIFICAÇÕES.

CNPJ: 05.734.025/0001-32.

ENDEREÇO: Rua Professor Abílio Alencar, 36, CEP 69042-010, Manaus/AM.

TELEFONE/E-MAIL: (92) 99146-8274 / raimundopereiraedificacoes@yahoo.com.br.

REPRESENTANTE: Renan França da Silva.

ENCARGOS SOCIAIS APLICADO: Com desoneração - Horista: 85,99% e Mensalista: 48,92%





Diário Oficial Eletrônico

Tribunal de Contas do Amazonas



Manaus, 5 de abril de 2021

Edição nº 2505 Pag.41

Item	Discriminação dos Serviços	Ud	Quant.	P. Unit. (R\$)	P. Total (R\$)
1	ADMINISTRAÇÃO LOCAL				92.472,00
1.1	Engenheiro Civil de Obra Junior - Visita	dia	200,00	195,61	39.122,00
1.2	Encarregado Geral de Obras	dia	200,00	266,75	53.350,00
2	SERVIÇOS PRELIMINARES				24.329,40
2.1	Proteção com lona plástica	m²	300,00	2,97	891,00
2.2	Locação de andaime metálico tubular de encaixe, tipo de torre, com largura de 1 ate 1,5 m e altura de 1,00m	mxmes	200,00	12,80	2.560,00
2.3	Montagem e desmontagem de andaime tubular tipo "torre" (exclusive andaime e limpeza). AF_11/2017	m	200,00	20,60	4.120,00
2.4	Tapume de proteção em tela de polietileno h=1,20 com bloco de concreto	m	200,00	22,12	4.424,00
2.5	Tapume com compensado de madeira. AF_05/2018	m²	100,00	90,46	9.046,00
2.6	Remoção de tapume/ chapas metálicas e de madeira, de forma manual, sem reaproveitamento. AF_12/2017	m²	100,00	2,66	266,00
2.7	Chapa de aço carbono 3/8 (coloc/ uso/ retir) p/ pass veículo sobre vala medida p/ área chapa em cada aplicação	m²	20,00	43,12	862,40
2.8	Transporte horizontal com carrinho plataforma, com capacidade de 300kg	kgxkm	6.000,00	0,36	2.160,00
3	MOVIMENTAÇÃO DE TERRA				11.527,20
3.1	Escavação manual de vala com profundidade menor ou igual a 1,30 m. AF_03/2016	m³	30,00	75,25	2.257,50
3.2	Reaterro manual apilado com soquete. AF_10/2017	m³	30,00	45,62	1.368,60
3.3	Reaterro manual de valas com compactação mecanizada. AF_04/2016	m³	30,00	34,51	1.035,30
3.4	Aterro manual de valas com solo argilo-arenoso e compactação mecanizada. AF_05/2016	m³	30,00	49,74	1.492,20
3.5	Aterro manual de valas com areia para aterro e compactação mecanizada. AF_05/2016	m³	30,00	106,51	3.195,30
3.6	Lastro de vala com preparo de fundo, largura menor que 1,5 m, com camada de areia, lançamento manual, em local com nível baixo de interferência. AF_06/2016	m³	10,00	217,83	2.178,30
4	ESTRUTURAS				69.598,70



Diário Oficial Eletrônico de Contas

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Av. Efigênio Sales, nº 1155 - Parque 10 de Novembro - Manaus - AM - CEP: 69055-736
Horário de funcionamento: 7h - 13h
Telefone: (92) 3301-8180 - e-mail: doe@tce.am.gov.br

@tceamazonas f /tceam t /tceam tce-am tceamazonas tceam



Diário Oficial Eletrônico

Tribunal de Contas do Amazonas



Manaus, 5 de abril de 2021

Edição nº 2505 Pag.42

4.1	Lastro de concreto magro, aplicado em blocos de coroamento ou sapatas, espessura de 5 cm. AF_08/2017	m²	30,00	31,85	955,50
4.2	Fabricação, montagem e desmontagem de fôrma para sapata, em madeira serrada, e=25 mm, 1 utilização. af_06/2017	m²	20,00	218,42	4.368,40
4.3	Armação de bloco, viga baldrame ou sapata utilizando aço ca-50 de 8 mm - montagem. af_06/2017	kg	100,00	12,48	1.248,00
4.4	Concreto fck = 20mpa, traço 1:2,7:3 (cimento/ areia média/ brita 1) - Preparo mecânico com betoneira 400 l. af_07/2016	m³	10,00	502,05	5.020,50
4.5	Lançamento com uso de baldes, adensamento e acabamento de concreto em estruturas. af_12/2015	m³	10,00	193,13	1.931,30
4.6	Execução de estruturas de concreto armado, para edificação institucional térrea, fck = 25 mpa. af_01/2017 (composição representativa)	m³	20,00	2.803,75	56.075,00
5	ALVENARIAS, VEDAÇÕES E DIVISÓRIAS				208.927,20
5.1	Alvenarias				
5.1.1	Demolição de alvenaria de bloco furado, de forma manual, sem reaproveitamento. AF_12/2017	m³	10,00	49,47	494,70
5.1.2	Serviço de alvenaria de vedação de blocos vazados de cerâmica de 9x19x19cm (espessura 9cm), para edificação habitacional unifamiliar (casa) e edificação pública padrão. AF_11/2014 (composição representativa)	m²	100,00	82,12	8.212,00
5.1.3	Fixação (encunhamento) de alvenaria de vedação com argamassa aplicada com bsnaga. AF_03/2016	m	30,00	3,67	110,10
5.1.4	Cinta de amarração de alvenaria moldada in loco em concreto. AF_03/2016	m	30,00	39,41	1.182,30
5.2	Drywall				
5.2.1	Remoção de chapas e perfis de Drywall, de forma manual, sem reaproveitamento. AF_12/2017	m²	60,00	7,76	465,60
5.2.2	Parede com placas de gesso acartonado (Drywall), para uso interno, com duas faces simples e estrutura metálica com guias simples, sem vãos. AF_06/2017_P	m²	150,00	102,94	15.441,00
5.2.3	Parede com placas de gesso acartonado (Drywall), para uso interno, com duas faces simples e estrutura metálica com guias simples, com vãos AF_06/2017_P	m²	150,00	112,09	16.813,50



Diário Oficial Eletrônico de Contas

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas

Av. Efigênio Sales, nº 1155 - Parque 10 de Novembro - Manaus - AM - CEP: 69055-736

Horário de funcionamento: 7h - 13h

Telefone: (92) 3301-8180 - e-mail: doe@tce.am.gov.br



@tceamazonas



/tceam



/tceam



/tce-am



/tceamazonas



/tceam



Diário Oficial Eletrônico

Tribunal de Contas do Amazonas



Manaus, 5 de abril de 2021

Edição nº 2505 Pag.43

5.2.4	Instalação de isolamento com lã de rocha em paredes Drywall. AF_06/2017	m²	150,00	19,32	2.898,00
5.2.5	Instalação de reforço metálico em parede Drywall. AF_06/2017	m	60,00	8,74	524,40
5.2.6	Instalação de reforço de madeira em parede Drywall. AF_06/2017	m	30,00	22,72	681,60
5.3	Divisórias				
5.3.1	Retirada de divisorias em chapas de madeira, com montantes metálicos	m²	120,00	34,57	4.148,40
5.3.2	Recolocação de divisorias tipo chapas ou tabuas, inclusive entarugamento, considerando reaproveitamento do material	m²	120,00	40,83	4.899,60
5.3.3	Divisória (N2) painel/vidro - painel c/ MSO/comeia e=35mm - montante/rodapé duplo aço galv pintado - Colocada	m²	300,00	87,04	26.112,00
5.3.4	Divisória (N2) painel/vidro - painel c/ MSO/colmeia e=35mm - perfis simples aço galv pintado - Colocada	m²	300,00	83,20	24.960,00
5.3.5	Divisória (N3) painel/vidro/painel MSO/colmeia e=35mm - montante/rodapé duplo aço galv pintado - Colocada	m²	250,00	95,36	23.840,00
5.3.6	Divisória (N3) painel/vidro/painel MSO/colmeia e=35mm - perfis simples aço galv pintado - Colocada	m²	250,00	81,92	20.480,00
5.3.7	Divisória cega (N1) - painel MSO/colmeia e=35mm - montante/rodapé duplo aço galv pintado - Colocada	m²	400,00	82,56	33.024,00
5.3.8	Divisória cega (N1) - painel MSO/colmeia e=35mm - perfis simples aço galv pintado - Colocada	m²	350,00	70,40	24.640,00
6	ESQUADRIAS E FERRAGENS				36.599,90
6.1	Remoção de janelas, de forma manual, sem reaproveitamento. AF_12/2017	m²	30,00	23,49	704,70
6.2	Remoção de portas, de forma manual, sem reaproveitamento. AF_12/2017	m²	100,00	7,99	799,00
6.3	Recolocação de folhas de porta de madeira leve ou média de 80cm de largura, considerando reaproveitamento do material. af_12/2019	un	20,00	74,19	1.483,80
6.4	Ferragem para divisória (vão porta) composta de 3 dobradiças palmela e 1 fechadura tubular Lockwell com botão de giro para travamento, ref:41410N, ou similar	cj	40,00	266,79	10.671,60
6.5	Porta de vidro temperado, 0,9x2,10m, espessura 10mm, inclusive acessórios	un	5,00	2.511,09	12.555,45
6.6	Mola hidraulica de piso para porta de vidro temperado	un	5,00	1.302,67	6.513,35



Diário Oficial Eletrônico de Contas

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas

Av. Efigênio Sales, nº 1155 - Parque 10 de Novembro - Manaus - AM - CEP: 69055-736

Horário de funcionamento: 7h - 13h

Telefone: (92) 3301-8180 - e-mail: doe@tce.am.gov.br



@tceamazonas



/tceam



/tceam



/tce-am



/tceamazonas



/tceam



Diário Oficial Eletrônico

Tribunal de Contas do Amazonas



Manaus, 5 de abril de 2021

Edição nº 2505 Pag.44

6.7	Jogo de ferragens cromadas para porta de vidro temperado, uma folha composto de dobradicas superior e inferior, trinco, fechadura, contra fechadura com capuchinho sem mola e puxador	un	5,00	774,40	3.872,00
7	VIDROS				44.318,20
7.1	Remoção de vidro comum	m²	20,00	16,51	330,20
7.2	Vidro liso comum transparente, espessura 4mm	m²	50,00	214,58	10.729,00
7.3	Vidro temperado incolor, espessura 8mm, fornecimento e instalação, inclusive massa para vedação	m²	10,00	358,12	3.581,20
7.4	Vidro temperado incolor, espessura 10mm, fornecimento e instalação, inclusive massa para vedação	m²	40,00	453,26	18.130,40
7.5	Espelho cristal, espessura 4mm, com parafusos de fixação, sem moldura	m²	20,00	577,37	11.547,40
8	COBERTURA				33.162,00
8.1	Revisão de cobertura	m²	200,00	11,24	2.248,00
8.2	Remoção de telhas, de fibrocimento, metálica e cerâmica, de forma manual, sem reaproveitamento. af_12/2017	m²	50,00	3,26	163,00
8.3	Telhamento com telha metálica termoacústica e = 30 mm, com até 2 águas, incluso içamento. af_07/2019	m²	50,00	211,32	10.566,00
8.4	Calha em chapa de aço galvanizado número 24, desenvolvimento de 33 cm, incluso transporte vertical. af_07/2019	m	70,00	47,77	3.343,90
8.5	Calha em chapa de aço galvanizado número 24, desenvolvimento de 50 cm, incluso transporte vertical. af_07/2019	m	70,00	64,87	4.540,90
8.6	Calha em chapa de aço galvanizado número 24, desenvolvimento de 100 cm, incluso transporte vertical. af_07/2019	m	70,00	124,88	8.741,60
8.7	Rufo em chapa de aço galvanizado número 24, corte de 25 cm, incluso transporte vertical. af_07/2019	m	90,00	39,54	3.558,60
9	IMPERMEABILIZAÇÃO				9.210,00
9.1	Impermeabilização de superfície com manta asfáltica, uma camada, inclusive aplicação de primer asfáltico, e=3mm. af_06/2018	m²	50,00	94,05	4.702,50
9.2	Impermeabilização de superfície com emulsão asfáltica, 2 demãos af_06/2018	m²	50,00	35,87	1.793,50



Diário Oficial Eletrônico de Contas

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Av. Efigênio Sales, nº 1155 - Parque 10 de Novembro - Manaus - AM - CEP: 69055-736
Horário de funcionamento: 7h - 13h
Telefone: (92) 3301-8180 - e-mail: doe@tce.am.gov.br

[@tceamazonas](#) [/tceam](#) [/tceam](#) [/tce-am](#) [/tceamazonas](#) [/tceam](#)



Diário Oficial Eletrônico

Tribunal de Contas do Amazonas



Manaus, 5 de abril de 2021

Edição nº 2505 Pag.45

9.3	Tratamento de ralo ou ponto emergente com argamassa polimérica / membrana acrílica reforçado com véu de poliéster (mav). af_06/2018	un	30,00	7,05	211,50
9.4	Tratamento de rodapé com véu de poliéster. af_06/2018	m	50,00	4,12	206,00
9.5	Impermeabilização de superfície com argamassa polimérica / membrana acrílica, 4 demãos, reforçada com véu de poliéster (mav). af_06/2018	m²	50,00	45,93	2.296,50
10	REVESTIMENTOS				68.426,75
10.1	Demolição de rodapé cerâmico, de forma manual, sem reaproveitamento. AF_12/2017	m	65,00	2,36	153,40
10.2	Demolição de revestimento cerâmico, de forma manual, sem reaproveitamento. AF_12/2017	m²	65,00	20,53	1.334,45
10.3	Remoção de revestimento de piso de carpete	m²	100,00	5,71	571,00
10.4	Remoção de revestimento de piso vinílico	m²	100,00	5,71	571,00
10.5	Remoção de piso elevado	m²	30,00	7,33	219,90
10.6	Reinstalação de piso elevado com aproveitamento de material	m²	30,00	21,88	656,40
10.7	Serviço de revestimento cerâmico para piso com placas tipo grês de dimensões 35x35 cm, para edificação habitacional unifamiliar (casa) e edificação pública padrão. AF_11/2014 (composição representativa)	m²	60,00	45,39	2.723,40
10.8	Serviço de contrapiso em argamassa traço 1:4 (cim e areia), em betoneira 400 l, espessura 4 cm áreas secas e áreas molhadas sobre laje e 3 cm áreas molhadas sobre impermeabilização, para edificação habitacional unifamiliar(casa) e edificação pública padrão. AF_11/2014 (composição representativa)	m²	60,00	52,93	3.175,80
10.9	Serviço de emboço/massa única, aplicado manualmente, traço 1:2:8, em betoneira de 400l, paredes internas, com execução de taliscas, edificação habitacional unifamiliar (casas) e edificação pública padrão. AF_12/2014 (composição representativa)	m²	60,00	43,26	2.595,60
10.10	Serviço de revestimento cerâmico para paredes internas, meia parede, ou parede inteira, placas grês ou semi-grês de 20x20 cm, para edificações habitacionais unifamiliar (casas) e edificações públicas padrão. AF_11/2014 (composição representativa)	m²	60,00	64,05	3.843,00



Diário Oficial Eletrônico de Contas

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Av. Efigênio Sales, nº 1155 - Parque 10 de Novembro - Manaus - AM - CEP: 69055-736
Horário de funcionamento: 7h - 13h
Telefone: (92) 3301-8180 - e-mail: doe@tce.am.gov.br



Diário Oficial Eletrônico

Tribunal de Contas do Amazonas



Manaus, 5 de abril de 2021

Edição nº 2505 Pag.46

10.11	Chapisco aplicado em alvenarias e estruturas de concreto internas, com colher de pedreiro. argamassa traço 1:3 com preparo manual. AF_06/2014	m²	60,00	4,40	264,00
10.12	Chapisco aplicado no teto, com rolo para textura acrílica. argamassa traço 1:4 e emulsão polimérica (adesivo) com preparo manual. AF_06/2014	m²	60,00	5,36	321,60
10.13	Revestimento cerâmico para piso com placas tipo porcelanato de dimensões 45x45cm aplicada em ambientes de área entre 5 m² e 10 m². AF_06/2014	m²	60,00	122,60	7.356,00
10.14	Revestimento cerâmico para piso com placas tipo porcelanato de dimensões 60x60cm aplicada em ambientes de área entre 5 m² e 10 m². AF_06/2014	m²	60,00	139,05	8.343,00
10.15	Fornecimento e instalação de carpete para tráfego comercial pesado, e = 9 a 10mm	m²	60,00	117,24	7.034,40
10.16	Piso vinílico semi-flexível em placas, padrão liso, espessura 3,2 mm, fixado com cola. AF_06/2018	m²	100,00	171,48	17.148,00
10.17	Rodapé em poliestireno, altura 5cm. AF_06/2018	m	60,00	44,01	2.640,60
10.18	Rodapé cerâmico de 7cm de altura com placas tipo esmaltada extra de dimensões 60x60cm. AF_06/2014	m	60,00	13,79	827,40
10.19	Rodapé vinílico h=5cm, e=1mm, fixado c/ cola, sobre emboço	m	60,00	31,49	1.889,40
10.20	Fornecimento e instalação de piso elevado com placas de aço com enchimento de concreto celular, incluso base/haste/cruzetas, 60x60cm, h= 28cm, resistência carga concentrada 496kg	m²	30,00	225,28	6.758,40
11	FORROS				77.063,80
11.1	Remoção de forros de drywall, pvc e fibromineral, de forma manual, sem reaproveitamento. af_12/2017	m²	300,00	1,68	504,00
11.2	Remoção de forro de gesso, de forma manual, sem reaproveitamento. af_12/2017	m²	200,00	4,31	862,00
11.3	Remoção de trama metálica ou de madeira para forro, de forma manual, sem reaproveitamento. af_12/2017	m²	200,00	3,01	602,00
11.4	Forro em drywall, para ambientes comerciais, inclusive estrutura de fixação. af_05/2017_p	m²	200,00	74,28	14.856,00
11.5	Acabamentos para forro (moldura em drywall, com largura de 15 cm). af_05/2017_p	m	100,00	29,44	2.944,00
11.6	Forro metálico, para ambientes comerciais, inclusive estrutura de fixação. AF_05/2017 (01.REVE.FORR.022/01-SINAPI)	m²	100,00	281,18	28.118,00



Diário Oficial Eletrônico de Contas

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Av. Efigênio Sales, nº 1155 - Parque 10 de Novembro - Manaus - AM - CEP: 69055-736
Horário de funcionamento: 7h - 13h
Telefone: (92) 3301-8180 - e-mail: doe@tce.am.gov.br

[@tceamazonas](https://www.instagram.com/tceamazonas) [/tceam](https://www.facebook.com/tceam) [/tceam](https://www.youtube.com/tceam) [/tce-am](https://www.linkedin.com/company/tce-am) [/tceamazonas](https://www.youtube.com/tceamazonas) [/tceam](https://www.youtube.com/tceam)



Diário Oficial Eletrônico

Tribunal de Contas do Amazonas



Manaus, 5 de abril de 2021

Edição nº 2505 Pag.47

11.7	Acabamentos para forro (roda-forro em perfil metálico e plástico). af_05/2017	m	80,00	10,48	838,40
11.8	Forro em placas de gesso, para ambientes comerciais. af_05/2017_p	m²	100,00	42,16	4.216,00
11.9	Acabamentos para forro (sanca de gesso montada na obra). af_05/2017_p	m²	50,00	56,72	2.836,00
11.10	Acabamentos para forro (moldura de gesso). af_05/2017	m	80,00	3,33	266,40
11.11	Forro de alumínio tipo colméia	m²	50,00	157,92	7.896,00
11.12	Isolamento acústico sobre forro em lã de rocha ensacada, e= 50mm	m²	300,00	43,75	13.125,00
12 INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS / ESGOTO					75.753,30
12.1 Tubulações com conexões - Hidráulica					
12.1.1	Remoção de tubulações (tubos e conexões) de água fria, de forma manual, sem reaproveitamento. AF_12/2017	m	30,00	0,44	13,20
12.1.2	Serviço de instalação de tubos de PVC, soldável, água fria, DN 20 mm (instalado em ramal, sub-ramal ou ramal de distribuição), inclusive conexões, cortes e fixações, para prédios. AF_10/2015 (composição representativa)	m	60,00	37,07	2.224,20
12.1.3	Serviço de instalação de tubos de PVC, soldável, água fria, DN 25 mm (instalado em ramal, sub-ramal, ramal de distribuição ou prumada), inclusive conexões, cortes e fixações, para prédios. AF_10/2015 (composição representativa)	m	60,00	36,58	2.194,80
12.1.4	Serviço de instalação de tubos de PVC, soldável, água fria, DN 32 mm (instalado em ramal, sub-ramal, ramal de distribuição ou prumada), inclusive conexões, cortes e fixações, para prédios. AF_10/2015 (composição representativa)	m	60,00	23,41	1.404,60
12.1.5	Serviço de instalação de tubos de PVC, soldável, água fria, DN 40 mm (instalado em prumada), inclusive conexões, cortes e fixações, para prédios. AF_10/2015 (composição representativa)	m	30,00	24,70	741,00
12.1.6	Serviço de instalação de tubos de PVC, soldável, água fria, DN 50 mm (instalado em prumada), inclusive conexões, cortes e fixações, para prédios. AF_10/2015 (composição representativa)	m	30,00	31,99	959,70
12.2 Tubulações com conexões - Esgoto					



Diário Oficial Eletrônico de Contas

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Av. Efigênio Sales, nº 1155 - Parque 10 de Novembro - Manaus - AM - CEP: 69055-736
Horário de funcionamento: 7h - 13h
Telefone: (92) 3301-8180 - e-mail: doe@tce.am.gov.br



Diário Oficial Eletrônico

Tribunal de Contas do Amazonas



Manaus, 5 de abril de 2021

Edição nº 2505 Pag.48

12.2.1	Serviço de instalação de tubo de PVC, série normal, esgoto predial, DN 40 mm (instalado em ramal de descarga ou ramal de esgoto sanitário), inclusive conexões, cortes e fixações, para prédios. AF_10/2015 (composição representativa)	m	40,00	47,62	1.904,80
12.2.2	Serviço de instalação de tubo de PVC, série normal, esgoto predial, DN 50 mm (instalado em ramal de descarga ou ramal de esgoto sanitário), inclusive conexões, cortes e fixações para, prédios. af_10/2015 (composição representativa)	m	40,00	69,56	2.782,40
12.2.3	Serviço de instalação de tubo de PVC, série normal, esgoto predial, DN 75 mm, (inst. em ramal de descarga, ramal de esg. sanitário, prumada de esg. sanitário ou ventilação), incl. conexões, cortes e fixações, p/ prédios. AF_10/2015 (composição representativa)	m	60,00	30,26	1.815,60
12.2.4	Serviço de instalação de tubo de PVC, série normal, esgoto predial, DN 100 mm (inst. ramal descarga, ramal de esg. sanit., prumada esg. sanit., ventilação ou sub-coletor aéreo), incl. conexões e cortes, fixações, p/ prédios. AF_10/2015 (composição representativa)	m	60,00	51,92	3.115,20
12.2.5	Serviço de instalação de tubo de PVC, série normal, esgoto predial, DN 150 mm (instalado em sub-coletor aéreo), inclusive conexões, cortes e fixações, para prédios. AF_10/2015 (composição representativa)	m	30,00	55,46	1.663,80
12.3	Tubulações com conexões - Pluvial				
12.3.1	Serviço de instalação de tubos de PVC, série R, água pluvial, DN 75 mm (instalado em ramal de encaminhamento, ou condutores verticais), inclusive conexões, corte e fixações, para prédios. AF_10/2015 (composição representativa)	m	50,00	31,42	1.571,00
12.3.2	Serviço de instalação de tubos de PVC, série R, água pluvial, DN 100 mm (instalado em ramal de encaminhamento, ou condutores verticais), inclusive conexões, cortes e fixações, para prédios. AF_10/2015 (composição representativa)	m	50,00	48,28	2.414,00
12.3.3	Serviço de instalação de tubos de PVC, série R, água pluvial, DN 150 mm (instalado em condutores verticais), inclusive conexões, cortes e fixações, para prédios. AF_10/2015 (composição representativa)	m	50,00	60,45	3.022,50
12.4	Registros / Válvulas				



Diário Oficial Eletrônico de Contas

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Av. Efigênio Sales, nº 1155 - Parque 10 de Novembro - Manaus - AM - CEP: 69055-736
Horário de funcionamento: 7h - 13h
Telefone: (92) 3301-8180 - e-mail: doe@tce.am.gov.br

[@tceamazonas](#) [/tceam](#) [/tceam](#) [/tce-am](#) [tceamazonas](#) [/tceam](#)



Diário Oficial Eletrônico

Tribunal de Contas do Amazonas



Manaus, 5 de abril de 2021

Edição nº 2505 Pag.49

12.4.1	Registro de pressão bruto, latão, roscável, 1/2", com acabamento e canopla cromados. fornecido e instalado em ramal de água. AF_12/2014	un	20,00	69,53	1.390,60
12.4.2	Registro de pressão bruto, latão, roscável, 3/4", com acabamento e canopla cromados. fornecido e instalado em ramal de água. AF_12/2014	un	20,00	71,50	1.430,00
12.4.3	Registro de gaveta bruto, latão, roscável, 1/2", com acabamento e canopla cromados. fornecido e instalado em ramal de água. AF_12/2014	un	20,00	67,87	1.357,40
12.4.4	Registro de gaveta bruto, latão, roscável, 3/4", com acabamento e canopla cromados. fornecido e instalado em ramal de água. AF_12/2014	un	20,00	75,14	1.502,80
12.4.5	Registro de esfera, PVC, soldável, DN 25 mm, instalado em reservação de água de edificação que possua reservatório de fibra/fibrocimento fornecimento e instalação. AF_06/2016	un	20,00	25,57	511,40
12.4.6	Registro de esfera, PVC, soldável, DN 32 mm, instalado em reservação de água de edificação que possua reservatório de fibra/fibrocimento fornecimento e instalação. AF_06/2016	un	20,00	42,70	854,00
12.4.7	Registro de esfera, PVC, soldável, DN 40 mm, instalado em reservação de água de edificação que possua reservatório de fibra/fibrocimento fornecimento e instalação. AF_06/2016	un	10,00	58,55	585,50
12.4.8	Registro de esfera, PVC, soldável, DN 50 mm, instalado em reservação de água de edificação que possua reservatório de fibra/fibrocimento fornecimento e instalação. AF_06/2016	un	10,00	60,06	600,60
12.4.9	Registro de esfera, PVC, soldável, DN 60 mm, instalado em reservação de água de edificação que possua reservatório de fibra/fibrocimento fornecimento e instalação. AF_06/2016	un	10,00	109,16	1.091,60
12.5	Caixas sifonadas, passagem e ralos				
12.5.1	Caixa sifonada, PVC, DN 100 x 100 x 50 mm, fornecida e instalada em ramais de encaminhamento de água pluvial. AF_12/2014	un	10,00	22,81	228,10
12.5.2	Caixa sifonada, PVC, DN 150 x 185 x 75 mm, fornecida e instalada em ramais de encaminhamento de água pluvial. AF_12/2014	un	10,00	56,58	565,80
12.5.3	Caixa sifonada, PVC, DN 100 x 100 x 50 mm, junta elástica, fornecida e instalada em ramal de descarga ou em ramal de esgoto sanitário. AF_12/2014	un	10,00	27,74	277,40



Diário Oficial Eletrônico de Contas

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Av. Efigênio Sales, nº 1155 - Parque 10 de Novembro - Manaus - AM - CEP: 69055-736
Horário de funcionamento: 7h - 13h
Telefone: (92) 3301-8180 - e-mail: doe@tce.am.gov.br

[@tceamazonas](#) [f/tceam](#) [tceam](#) [tce-am](#) [tceamazonas](#) [tceam](#)



Diário Oficial Eletrônico

Tribunal de Contas do Amazonas



Manaus, 5 de abril de 2021

Edição nº 2505 Pag.50

12.5.4	Caixa sifonada, PVC, DN 150 x 185 x 75 mm, junta elástica, fornecida e instalada em ramal de descarga ou em ramal de esgoto sanitário. AF_12/2014	un	10,00	63,24	632,40
12.5.5	Ralo sifonado, PVC, DN 100 x 40 mm, junta soldável, fornecido e instalado em ramais de encaminhamento de água pluvial. AF_12/2014	un	10,00	9,09	90,90
12.5.6	Ralo sifonado, PVC, DN 100 x 40 mm, junta soldável, fornecido e instalado em ramal de descarga ou em ramal de esgoto sanitário. AF_12/2014	un	10,00	10,53	105,30
12.5.7	Ralo seco, PVC, DN 100 x 40 mm, junta soldável, fornecido e instalado em ramal de descarga ou em ramal de esgoto sanitário. AF_12/2014	un	10,00	10,32	103,20
12.5.8	Caixa enterrada hidráulica retangular em alvenaria com tijolos cerâmicos maciços, dimensões internas: 0,6x0,6x0,6 m para rede de esgoto. AF_05/2018	un	5,00	559,12	2.795,60
12.5.9	Caixa enterrada hidráulica retangular em alvenaria com tijolos cerâmicos maciços, dimensões internas: 0,6x0,6x0,6 m para rede de drenagem. AF_05/2018	un	5,00	542,62	2.713,10
12.6	Serviços diversos - Hidráulica / Esgoto				
12.6.1	Caixa de areia 40x40x40cm em alvenaria - execução	un	5,00	106,21	531,05
12.6.2	Furo em alvenaria para diâmetros maiores que 40 mm e menores ou iguais a 75 mm. AF_05/2015	un	20,00	30,75	615,00
12.6.3	Furo em concreto para diâmetros maiores que 40 mm e menores ou iguais a 75 mm. AF_05/2015	un	20,00	102,67	2.053,40
12.6.4	Rasgo em alvenaria para eletrodutos com diâmetros menores ou iguais a 40 mm. AF_05/2015	m	40,00	6,84	273,60
12.6.5	Rasgo em alvenaria para ramais/ distribuição com diâmetros menores ou iguais a 40 mm. AF_05/2015	m	40,00	11,51	460,40
12.6.6	Rasgo em contrapiso para ramais/ distribuição com diâmetros maiores que 75 mm. AF_05/2015	m	40,00	31,91	1.276,40
12.6.7	Quebra em alvenaria para instalação de caixa de tomada (4x4 ou 4x2). AF_05/2015	un	40,00	3,70	148,00
12.6.8	Quebra em alvenaria para instalação de quadro distribuição grande (76x40 cm). AF_05/2015	un	40,00	23,90	956,00
12.6.9	Quebra em alvenaria para instalação de abrigo para mangueiras (90x60 cm). AF_05/2015	un	40,00	33,69	1.347,60
12.6.10	Perfilado de seção 38x76 mm para suporte de mais de 3 tubos horizontais. AF_05/2015	m	60,00	13,40	804,00
12.6.11	Chumbamento linear em alvenaria para ramais/distribuição com diâmetros menores ou iguais a 40 mm. AF_05/2015	m	40,00	11,90	476,00



Diário Oficial Eletrônico de Contas

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Av. Efigênio Sales, nº 1155 - Parque 10 de Novembro - Manaus - AM - CEP: 69055-736
Horário de funcionamento: 7h - 13h
Telefone: (92) 3301-8180 - e-mail: doe@tce.am.gov.br

[@tceamazonas](#) [f/tceam](#) [tceam](#) [tce-am](#) [tceamazonas](#) [tceam](#)



Diário Oficial Eletrônico

Tribunal de Contas do Amazonas



Manaus, 5 de abril de 2021

Edição nº 2505 Pag.51

12.6.12	Chumbamento linear em contrapiso para ramais/distribuição com diâmetros maiores que 75 mm. AF_05/2015	m	40,00	12,19	487,60
12.6.13	Mão-francesa em aço, abas iguais 30 cm, capacidade mínima 60 kg, branco – Fornecimento e instalação. AF_11/2016	un	40,00	37,89	1.515,60
12.7	Aparelhos sanitários, louças, metais e outros				
12.7.1	Remoção de metais sanitários, de forma manual, sem reaproveitamento. AF_12/2017	un	20,00	7,71	154,20
12.7.2	Remoção de louças, de forma manual, sem reaproveitamento. AF_12/2017	un	20,00	10,56	211,20
12.7.3	Tanque de louça branca com coluna, 30l ou equivalente - Fornecimento e instalação. AF_01/2020	un	5,00	677,47	3.387,35
12.7.4	Válvula em metal cromado 1.1/2" x 1.1/2" para tanque ou lavatório, com ou sem ladrão - Fornecimento e instalação. AF_01/2020	un	20,00	25,32	506,40
12.7.5	Válvula em metal cromado tipo americana 3.1/2" x 1.1/2" para pia - Fornecimento e instalação. AF_01/2020	un	20,00	70,03	1.400,60
12.7.6	Sifão do tipo flexível em pvc 1 x 1.1/2 - Fornecimento e instalação. AF_01/2020	un	20,00	9,70	194,00
12.7.7	Sifão do tipo garrafa/copo em PVC 1.1/4 x 1.1/2" - Fornecimento e instalação. AF_01/2020	un	20,00	16,87	337,40
12.7.8	Engate flexível em plástico branco, 1/2" x 30cm - Fornecimento e instalação. AF_01/2020	un	20,00	7,67	153,40
12.7.9	Engate flexível em plástico branco, 1/2" x 40cm - Fornecimento e instalação. AF_01/2020	un	20,00	11,08	221,60
12.7.10	Vaso sanitário sifonado com caixa acoplada louça branca - Fornecimento e instalação. AF_01/2020	un	20,00	399,91	7.998,20
12.7.11	Cuba de embutir retangular de aço inoxidável, 46 x 30 x 12 cm - Fornecimento e instalação. AF_01/2020	un	5,00	176,15	880,75
12.7.12	Cuba de embutir oval em louça branca, 35 x 50cm ou equivalente - Fornecimento e instalação. AF_01/2020	un	5,00	125,21	626,05
12.7.13	Torneira cromada tubo móvel, de mesa, 1/2" ou 3/4", para pia de cozinha, padrão alto - Fornecimento e instalação. AF_01/2020	un	10,00	94,92	949,20
12.7.14	Torneira cromada de mesa, 1/2" ou 3/4", para lavatório, padrão médio - Fornecimento e instalação. AF_01/2020	un	20,00	79,67	1.593,40
12.7.15	Torneira cromada 1/2" ou 3/4" para tanque, padrão médio - Fornecimento e instalação. AF_01/2020	un	10,00	37,07	370,70



Diário Oficial Eletrônico de Contas

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Av. Efigênio Sales, nº 1155 - Parque 10 de Novembro - Manaus - AM - CEP: 69055-736
Horário de funcionamento: 7h - 13h
Telefone: (92) 3301-8180 - e-mail: doe@tce.am.gov.br

[@tceamazonas](#) [f/tceam](#) [t/tceam](#) [tce-am](#) [tceamazonas](#) [tceam](#)



Diário Oficial Eletrônico

Tribunal de Contas do Amazonas



Manaus, 5 de abril de 2021

Edição nº 2505 Pag.52

12.7.16	Lavatório louça branca com coluna, 45 x 55cm ou equivalente, padrão médio - Fornecimento e instalação. AF_01/2020	un	10,00	316,17	3.161,70
13	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, DADOS, VOZ E IMAGEM				295.751,39
13.1	Quadros elétricos				
13.1.1	Quadro de distribuição de energia de embutir, em chapa metálica, para 18 disjuntores termomagnéticos monopolares, com barramento trifásico e neutro, fornecimento e instalação	un	5,00	457,16	2.285,80
13.1.2	Quadro de distribuição de energia de embutir, em chapa metálica, para 32 disjuntores termomagnéticos monopolares, com barramento trifásico e neutro, fornecimento e instalação	un	5,00	607,55	3.037,75
13.1.3	Quadro de distribuição de energia de embutir, em chapa metálica, para 50 disjuntores termomagnéticos monopolares, com barramento trifásico e neutro, fornecimento e instalação	un	5,00	1.213,07	6.065,35
13.1.4	Remoção de quadro elétrico de embutir ou sobrepor	un	5,00	50,12	250,60
13.1.5	Reinstalação de quadro elétrico com aproveitamento de material	un	5,00	150,37	751,85
13.2	Condutores elétricos				
13.2.1	Remoção de cabos elétricos, de forma manual, sem reaproveitamento. AF_12/2017	m	2.000,00	0,63	1.260,00
13.2.2	Reinstalação de cabos com aproveitamento de material	m	2.000,00	2,51	5.020,00
13.2.3	Cabo de cobre flexível isolado, 1,5 mm², anti-chama 450/750 v, para circuitos terminais - Fornecimento e instalação. AF_12/2015	m	3.000,00	2,34	7.020,00
13.2.4	Cabo de cobre flexível isolado, 2,5 mm², anti-chama 450/750 v, para circuitos terminais - Fornecimento e instalação. AF_12/2015	m	3.000,00	3,29	9.870,00
13.2.5	Cabo de cobre flexível isolado, 4 mm², anti-chama 450/750 v, para circuitos terminais - Fornecimento e instalação. AF_12/2015	m	2.000,00	5,21	10.420,00
13.2.6	Cabo de cobre flexível isolado, 6 mm², anti-chama 450/750 v, para circuitos terminais - Fornecimento e instalação. AF_12/2015	m	600,00	7,07	4.242,00
13.2.7	Cabo de cobre flexível isolado, 10 mm², anti-chama 450/750 v, para distribuição - Fornecimento e instalação. AF_12/2015	m	400,00	7,01	2.804,00



Diário Oficial Eletrônico de Contas

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Av. Efigênio Sales, nº 1155 - Parque 10 de Novembro - Manaus - AM - CEP: 69055-736
Horário de funcionamento: 7h - 13h
Telefone: (92) 3301-8180 - e-mail: doe@tce.am.gov.br



Diário Oficial Eletrônico

Tribunal de Contas do Amazonas



Manaus, 5 de abril de 2021

Edição nº 2505 Pag.53

13.2.8	Cabo de cobre flexível isolado, 16 mm ² , anti-chama 450/750 v, para distribuição - Fornecimento e instalação. AF_12/2015	m	100,00	10,78	1.078,00
13.2.9	Cabo de cobre flexível isolado, 25 mm ² , anti-chama 450/750 v, para distribuição - Fornecimento e instalação. AF_12/2015	m	100,00	19,24	1.924,00
13.2.10	Cabo de cobre flexível isolado, 35 mm ² , anti-chama 450/750 v, para distribuição - Fornecimento e instalação. AF_12/2015	m	100,00	25,69	2.569,00
13.2.11	Cabo de cobre flexível isolado, 50 mm ² , anti-chama 450/750 v, para distribuição - Fornecimento e instalação. AF_12/2015	m	100,00	36,68	3.668,00
13.2.12	Cabo de cobre flexível isolado, 70 mm ² , anti-chama 450/750 v, para distribuição - Fornecimento e instalação. AF_12/2015	m	100,00	50,70	5.070,00
13.3	Condutos e canaletas				
13.3.1	Retirada eletrodutos/canaletas	m	200,00	0,51	102,00
13.3.2	Reinstalação de canaletas/eletrodutos com aproveitamento de material	m	200,00	5,61	1.122,00
13.3.3	Eletroduto flexível corrugado reforçado, PVC, DN 20 mm (1/2"), para circuitos terminais, instalado em forro - Fornecimento e instalação. AF_12/2015	m	200,00	7,09	1.418,00
13.3.4	Eletroduto flexível corrugado reforçado, PVC, DN 25 mm (3/4"), para circuitos terminais, instalado em forro - Fornecimento e instalação. AF_12/2015	m	200,00	8,55	1.710,00
13.3.5	Eletroduto flexível corrugado reforçado, PVC, DN 32 mm (1"), para circuitos terminais, instalado em forro - Fornecimento e instalação. AF_12/2015	m	200,00	12,04	2.408,00
13.3.6	Eletroduto flexível corrugado reforçado, PVC, DN 20 mm (1/2"), para circuitos terminais, instalado em parede - Fornecimento e instalação. AF_12/2015	m	200,00	8,29	1.658,00
13.3.7	Eletroduto flexível corrugado reforçado, PVC, DN 25 mm (3/4"), para circuitos terminais, instalado em parede - Fornecimento e instalação. AF_12/2015	m	200,00	9,70	1.940,00
13.3.8	Eletroduto flexível corrugado reforçado, PVC, DN 32 mm (1"), para circuitos terminais, instalado em parede - Fornecimento e instalação. AF_12/2015	m	200,00	13,00	2.600,00
13.3.9	Eletroduto rígido roscável, PVC, DN 20 mm (1/2"), para circuitos terminais, instalado em forro - Fornecimento e instalação. AF_12/2015	m	200,00	8,10	1.620,00
13.3.10	Eletroduto rígido roscável, PVC, DN 25 mm (3/4"), para circuitos terminais, instalado em forro - Fornecimento e instalação. AF_12/2015	m	200,00	9,57	1.914,00



Diário Oficial Eletrônico de Contas

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Av. Efigênio Sales, nº 1155 - Parque 10 de Novembro - Manaus - AM - CEP: 69055-736
Horário de funcionamento: 7h - 13h
Telefone: (92) 3301-8180 - e-mail: doe@tce.am.gov.br

[@tceamazonas](https://www.instagram.com/tceamazonas) [/tceam](https://www.facebook.com/tceam) [/tceam](https://www.youtube.com/tceam) [/tce-am](https://www.linkedin.com/company/tce-am) [/tceamazonas](https://www.youtube.com/tceamazonas) [/tceam](https://www.youtube.com/tceam)



Diário Oficial Eletrônico

Tribunal de Contas do Amazonas



Manaus, 5 de abril de 2021

Edição nº 2505 Pag.54

13.3.11	Eletroduto rígido roscável, PVC, DN 32 mm (1"), para circuitos terminais, instalado em forro - Fornecimento e instalação. AF_12/2015	m	200,00	12,53	2.506,00
13.3.12	Eletroduto rígido roscável, PVC, DN 40 mm (1 1/4"), para circuitos terminais, instalado em forro - Fornecimento e instalação. AF_12/2015	m	200,00	15,54	3.108,00
13.3.13	Eletroduto rígido roscável, PVC, DN 20 mm (1/2"), para circuitos terminais, instalado em parede - Fornecimento e instalação. AF_12/2015	m	200,00	10,11	2.022,00
13.3.14	Eletroduto rígido roscável, PVC, DN 25 mm (3/4"), para circuitos terminais, instalado em parede - Fornecimento e instalação. AF_12/2015	m	200,00	11,64	2.328,00
13.3.15	Eletroduto rígido roscável, PVC, DN 32 mm (1"), para circuitos terminais, instalado em parede - Fornecimento e instalação. AF_12/2015	m	200,00	14,57	2.914,00
13.3.16	Eletroduto rígido roscável, PVC, DN 40 mm (1 1/4"), para circuitos terminais, instalado em parede - Fornecimento e instalação. AF_12/2015	m	200,00	17,55	3.510,00
13.3.17	Eletroduto rígido roscável, PVC, DN 50 mm (1 1/2") - Fornecimento e instalação. AF_12/2015	m	100,00	13,31	1.331,00
13.3.18	Eletroduto rígido roscável, PVC, DN 60 mm (2") - Fornecimento e instalação. AF_12/2015	m	100,00	19,03	1.903,00
13.3.19	Eletroduto rígido roscável, PVC, DN 75 mm (2 1/2") - Fornecimento e instalação. AF_12/2015	m	50,00	26,06	1.303,00
13.3.20	Eletroduto rígido roscável, PVC, DN 85 mm (3") - Fornecimento e instalação. AF_12/2015	m	50,00	31,58	1.579,00
13.3.21	Curva 90 graus para eletroduto, PVC, roscável, DN 20 mm (1/2"), para circuitos terminais, instalada em forro - Fornecimento e instalação. AF_12/2015	un	50,00	8,64	432,00
13.3.22	Curva 90 graus para eletroduto, PVC, roscável, DN 25 mm (3/4"), para circuitos terminais, instalada em forro - Fornecimento e instalação. AF_12/2015	un	60,00	10,42	625,20
13.3.23	Curva 90 graus para eletroduto, PVC, roscável, DN 32 mm (1"), para circuitos terminais, instalada em forro - Fornecimento e instalação. AF_12/2015	un	60,00	14,12	847,20
13.3.24	Curva 90 graus para eletroduto, PVC, roscável, DN 40 mm (1 1/4"), para circuitos terminais, instalada em forro - Fornecimento e instalação. AF_12/2015	un	30,00	17,36	520,80
13.3.25	Curva 90 graus para eletroduto, PVC, roscável, DN 20 mm (1/2"), para circuitos terminais, instalada em parede - Fornecimento e instalação. AF_12/2015	un	50,00	13,16	658,00



Diário Oficial Eletrônico de Contas

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Av. Efigênio Sales, nº 1155 - Parque 10 de Novembro - Manaus - AM - CEP: 69055-736
Horário de funcionamento: 7h - 13h
Telefone: (92) 3301-8180 - e-mail: doe@tce.am.gov.br

[@tceamazonas](#) [f/tceam](#) [tceam](#) [tce-am](#) [tceamazonas](#) [tceam](#)



Diário Oficial Eletrônico

Tribunal de Contas do Amazonas



Manaus, 5 de abril de 2021

Edição nº 2505 Pag.55

13.3.26	Curva 90 graus para eletroduto, PVC, roscável, DN 25 mm (3/4"), para circuitos terminais, instalada em parede - Fornecimento e instalação. AF_12/2015	un	60,00	14,39	863,40
13.3.27	Curva 90 graus para eletroduto, PVC, roscável, DN 32 mm (1"), para circuitos terminais, instalada em parede - Fornecimento e instalação. AF_12/2015	un	60,00	17,33	1.039,80
13.3.28	Curva 90 graus para eletroduto, PVC, roscável, DN 40 mm (1 1/4"), para circuitos terminais, instalada em parede - Fornecimento e instalação. AF_12/2015	un	30,00	19,75	592,50
13.3.29	Curva 90 graus para eletroduto, PVC, roscável, DN 50 mm (1 1/2") - Fornecimento e instalação. AF_12/2015	un	20,00	21,84	436,80
13.3.30	Curva 90 graus para eletroduto, PVC, roscável, DN 60 mm (2") - Fornecimento e instalação. AF_12/2015	un	20,00	27,52	550,40
13.3.31	Curva 90 graus para eletroduto, PVC, roscável, DN 75 mm (2 1/2") - Fornecimento e instalação. AF_12/2015	un	20,00	43,90	878,00
13.3.32	Curva 90 graus para eletroduto, PVC, roscável, DN 85 mm (3") - Fornecimento e instalação. AF_12/2015	un	20,00	46,44	928,80
13.3.33	Luva para eletroduto, PVC, roscável, DN 20 mm (1/2"), para circuitos terminais, instalada em forro - Fornecimento e instalação. AF_12/2015	un	20,00	4,86	97,20
13.3.34	Luva para eletroduto, PVC, roscável, DN 25 mm (3/4"), para circuitos terminais, instalada em forro - Fornecimento e instalação. AF_12/2015	un	40,00	6,40	256,00
13.3.35	Luva para eletroduto, PVC, roscável, DN 32 mm (1"), para circuitos terminais, instalada em forro - Fornecimento e instalação. AF_12/2015	un	40,00	8,42	336,80
13.3.36	Luva para eletroduto, PVC, roscável, DN 40 mm (1 1/4"), para circuitos terminais, instalada em forro - Fornecimento e instalação. AF_12/2015	un	20,00	11,08	221,60
13.3.37	Luva para eletroduto, PVC, roscável, DN 20 mm (1/2"), para circuitos terminais, instalada em parede - Fornecimento e instalação. AF_12/2015	un	20,00	7,87	157,40
13.3.38	Luva para eletroduto, PVC, roscável, DN 25 mm (3/4"), para circuitos terminais, instalada em parede - Fornecimento e instalação. AF_12/2015	un	40,00	9,00	360,00
13.3.39	Luva para eletroduto, PVC, roscável, DN 32 mm (1"), para circuitos terminais, instalada em parede - Fornecimento e instalação. AF_12/2015	un	40,00	10,59	423,60
13.3.40	Luva para eletroduto, PVC, roscável, DN 40 mm (1 1/4"), para circuitos terminais, instalada em parede - Fornecimento e instalação. AF_12/2015	un	20,00	12,68	253,60



Diário Oficial Eletrônico de Contas

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Av. Efigênio Sales, nº 1155 - Parque 10 de Novembro - Manaus - AM - CEP: 69055-736
Horário de funcionamento: 7h - 13h
Telefone: (92) 3301-8180 - e-mail: doe@tce.am.gov.br

[@tceamazonas](https://www.tceamazonas.gov.br) [f/tceam](https://www.tceamazonas.gov.br) [tceam](https://www.tceamazonas.gov.br) [tce-am](https://www.tceamazonas.gov.br) [tceamazonas](https://www.tceamazonas.gov.br) [tceam](https://www.tceamazonas.gov.br)



Diário Oficial Eletrônico

Tribunal de Contas do Amazonas



Manaus, 5 de abril de 2021

Edição nº 2505 Pag.56

13.3.41	Luva para eletroduto, PVC, roscável, DN 50 mm (1 1/2") - Fornecimento e instalação. AF_12/2015	un	10,00	14,34	143,40
13.3.42	Luva para eletroduto, PVC, roscável, DN 60 mm (2") - Fornecimento e instalação. AF_12/2015	un	10,00	17,43	174,30
13.3.43	Luva para eletroduto, PVC, roscável, DN 75 mm (2 1/2") - Fornecimento e instalação. AF_12/2015	un	10,00	25,47	254,70
13.3.44	Luva para eletroduto, PVC, roscável, DN 85 mm (3") - Fornecimento e instalação. AF_12/2015	un	10,00	30,60	306,00
13.3.45	Fornecimento e instalação de canaleta sistema "X" 110 x 20 mm com divisória	m	100,00	84,74	8.474,00
13.3.46	Fornecimento e instalação de canaleta sistema "X" 50 x 20 mm com divisória	m	200,00	39,05	7.810,00
13.3.47	Fornecimento e instalação de canaleta sistema "X" 20 x 10 mm sem divisória	m	200,00	20,23	4.046,00
13.4	Disjuntores				
13.4.1	Disjuntor monopolar tipo DIN, corrente nominal de 10A - Fornecimento e instalação. AF_04/2016	un	20,00	11,76	235,20
13.4.2	Disjuntor monopolar tipo DIN, corrente nominal de 16A - Fornecimento e instalação. AF_04/2016	un	30,00	12,42	372,60
13.4.3	Disjuntor monopolar tipo DIN, corrente nominal de 20A - Fornecimento e instalação. AF_04/2016	un	30,00	13,48	404,40
13.4.4	Disjuntor monopolar tipo DIN, corrente nominal de 25A - Fornecimento e instalação. AF_04/2016	un	10,00	13,48	134,80
13.4.5	Disjuntor monopolar tipo DIN, corrente nominal de 32A - Fornecimento e instalação. AF_04/2016	un	10,00	14,87	148,70
13.4.6	Disjuntor monopolar tipo DIN, corrente nominal de 40A - Fornecimento e instalação. AF_04/2016	un	10,00	21,72	217,20
13.4.7	Disjuntor monopolar tipo DIN, corrente nominal de 50A - Fornecimento e instalação. AF_04/2016	un	10,00	24,60	246,00
13.4.8	Disjuntor bipolar tipo DIN, corrente nominal de 10A - Fornecimento e instalação. AF_04/2016	un	20,00	58,94	1.178,80
13.4.9	Disjuntor bipolar tipo DIN, corrente nominal de 16A - Fornecimento e instalação. AF_04/2016	un	30,00	60,20	1.806,00
13.4.10	Disjuntor bipolar tipo DIN, corrente nominal de 20A - Fornecimento e instalação. AF_04/2016	un	30,00	62,44	1.873,20
13.4.11	Disjuntor bipolar tipo DIN, corrente nominal de 25A - Fornecimento e instalação. AF_04/2016	un	10,00	62,44	624,40
13.4.12	Disjuntor bipolar tipo DIN, corrente nominal de 32A - Fornecimento e instalação. AF_04/2016	un	10,00	65,18	651,80
13.4.13	Disjuntor bipolar tipo DIN, corrente nominal de 40A - Fornecimento e instalação. AF_04/2016	un	10,00	68,88	688,80
13.4.14	Disjuntor bipolar tipo DIN, corrente nominal de 50A - Fornecimento e instalação. AF_04/2016	un	10,00	74,62	746,20



Diário Oficial Eletrônico de Contas

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Av. Efigênio Sales, nº 1155 - Parque 10 de Novembro - Manaus - AM - CEP: 69055-736
Horário de funcionamento: 7h - 13h
Telefone: (92) 3301-8180 - e-mail: doe@tce.am.gov.br

[@tceamazonas](#) [f/tceam](#) [t/tceam](#) [tce-am](#) [tceamazonas](#) [tceam](#)



Diário Oficial Eletrônico

Tribunal de Contas do Amazonas



Manaus, 5 de abril de 2021

Edição nº 2505 Pag.57

13.4.15	Disjuntor tripolar tipo DIN, corrente nominal de 10A - Fornecimento e instalação. AF_04/2016	un	5,00	73,46	367,30
13.4.16	Disjuntor tripolar tipo DIN, corrente nominal de 16A - Fornecimento e instalação. AF_04/2016	un	5,00	75,37	376,85
13.4.17	Disjuntor tripolar tipo DIN, corrente nominal de 20A - Fornecimento e instalação. AF_04/2016	un	5,00	78,67	393,35
13.4.18	Disjuntor tripolar tipo DIN, corrente nominal de 25A - Fornecimento e instalação. AF_04/2016	un	5,00	78,67	393,35
13.4.19	Disjuntor tripolar tipo DIN, corrente nominal de 32A - Fornecimento e instalação. AF_04/2016	un	10,00	82,80	828,00
13.4.20	Disjuntor tripolar tipo DIN, corrente nominal de 40A - Fornecimento e instalação. AF_04/2016	un	10,00	89,65	896,50
13.4.21	Disjuntor tripolar tipo DIN, corrente nominal de 50A - Fornecimento e instalação. AF_04/2016	un	10,00	98,28	982,80
13.5 Tomadas e interruptores					
13.5.1	Remoção de interruptores/tomadas elétricas, de forma manual, sem reaproveitamento. AF_12/2017	un	60,00	0,63	37,80
13.5.2	Reinstalação de tomada/interruptor com aproveitamento de material	un	60,00	31,32	1.879,20
13.5.3	Interruptor simples (1 módulo), 10A/250v, incluindo suporte e placa - Fornecimento e instalação. AF_12/2015	un	20,00	24,36	487,20
13.5.4	Interruptor simples (2 módulos), 10A/250v, incluindo suporte e placa - Fornecimento e instalação. AF_12/2015	un	20,00	38,46	769,20
13.5.5	Tomada média de embutir (2 módulos), 2P+T 10A, incluindo suporte e placa - Fornecimento e instalação. AF_12/2015	un	50,00	48,36	2.418,00
13.5.6	Tomada média de embutir (2 módulos), 2P+T 20A, incluindo suporte e placa - Fornecimento e instalação. AF_12/2015	un	50,00	52,07	2.603,50
13.5.7	Tomada dupla de sobrepor 10A	un	50,00	50,45	2.522,50
13.5.8	Tomada dupla de sobrepor 20A	un	50,00	53,00	2.650,00
13.5.9	Interruptor simples de sobrepor	un	30,00	38,30	1.149,00
13.5.10	Interruptor duplo de sobrepor	un	30,00	40,86	1.225,80
13.6 Luminárias					
13.6.1	Remoção de luminárias, de forma manual, sem reaproveitamento. AF_12/2017	un	60,00	1,19	71,40
13.6.2	Instalação de luminária com aproveitamento de material	un	60,00	30,94	1.856,40



Diário Oficial Eletrônico de Contas

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Av. Efigênio Sales, nº 1155 - Parque 10 de Novembro - Manaus - AM - CEP: 69055-736
Horário de funcionamento: 7h - 13h
Telefone: (92) 3301-8180 - e-mail: doe@tce.am.gov.br

[@tceamazonas](#) [f/tceam](#) [t/tceam](#) [tce-am](#) [tceamazonas](#) [tceam](#)



Diário Oficial Eletrônico

Tribunal de Contas do Amazonas



Manaus, 5 de abril de 2021

Edição nº 2505 Pag.58

13.6.3	Sensor de presença com fotocélula, fixação em teto - Fornecimento e instalação. AF_02/2020	un	20,00	43,58	871,60
13.6.4	Sensor de presença com fotocélula, fixação em parede - Fornecimento e instalação. AF_02/2020	un	10,00	63,54	635,40
13.6.5	Luminária de emergência, com 30 lâmpadas led de 2w, sem reator - Fornecimento e instalação. AF_02/2020	un	50,00	32,42	1.621,00
13.6.6	Luminária de embutir com aletas, para 2 lâmpadas 60cm, incluindo lâmpadas e soquetes	un	30,00	169,55	5.086,50
13.6.7	Luminária de embutir com aletas, para 4 lâmpadas 60x60cm, incluindo lâmpadas e soquetes	un	60,00	199,58	11.974,80
13.6.8	Luminária de embutir com aletas, para 2 lâmpadas 120cm, incluindo lâmpadas e soquetes	un	60,00	179,00	10.740,00
13.6.9	Luminária Plafon Pannel Led 60x60 - 6000k 48w	un	60,00	257,69	15.461,40
13.7	Caixas				
13.7.1	Caixa enterrada elétrica retangular, em alvenaria com tijolos cerâmicos maciços, fundo com brita, dimensões internas: 0,4x0,4x0,4 m. AF_05/2018	un	5,00	254,07	1.270,35
13.7.2	Caixa enterrada elétrica retangular, em alvenaria com tijolos cerâmicos maciços, fundo com brita, dimensões internas: 0,6x0,6x0,6 m. AF_05/2018	un	5,00	489,92	2.449,60
13.7.3	Caixa octogonal 4" x 4", PVC, instalada em laje - Fornecimento e instalação. AF_12/2015	un	60,00	12,54	752,40
13.7.4	Caixa octogonal 3" x 3", PVC, instalada em laje - Fornecimento e instalação. AF_12/2015	un	60,00	10,89	653,40
13.7.5	Caixa retangular 4" x 2" média (1,30 m do piso), PVC, instalada em parede - Fornecimento e instalação. AF_12/2015	un	60,00	15,05	903,00
13.7.6	Caixa retangular 4" x 4" média (1,30 m do piso), PVC, instalada em parede - Fornecimento e instalação. AF_12/2015	un	60,00	19,11	1.146,60
13.8	Instalações de dados, voz e imagem				
13.8.1	Cabo eletrônico categoria 6, instalado em edificação institucional, Furukawa ou similar - Fornecimento e instalação. AF_11/2019	m	2.000,00	6,21	12.420,00
13.8.2	Tomada dupla de rede RJ-45 Cat. 6 - Fornecimento e instalação. AF_11/2019	un	100,00	39,88	3.988,00
13.8.3	Tomada para telefone RJ-11 - Fornecimento e instalação. AF_11/2019	un	50,00	27,53	1.376,50
13.8.4	Patch panel 24 portas, categoria 6 - Fornecimento e instalação. AF_11/2019	un	4,00	641,00	2.564,00



Diário Oficial Eletrônico de Contas

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Av. Efigênio Sales, nº 1155 - Parque 10 de Novembro - Manaus - AM - CEP: 69055-736
Horário de funcionamento: 7h - 13h
Telefone: (92) 3301-8180 - e-mail: doe@tce.am.gov.br



Diário Oficial Eletrônico

Tribunal de Contas do Amazonas



Manaus, 5 de abril de 2021

Edição nº 2505 Pag.59

13.8.5	Patch panel 48 portas, categoria 6 - Fornecimento e instalação. AF_11/2019	un	4,00	1.062,99	4.251,96
13.8.6	Fornecimento e instalação de mini rack de parede 19" x 8U x 450mm	un	4,00	578,97	2.315,88
13.8.7	Fornecimento e instalação de Patch Cords Cat. 6 c/ 1,50m	un	100,00	21,08	2.108,00
13.8.8	Fornecimento e instalação de Patch Cords Cat. 6 c/ 2,50m	un	100,00	23,65	2.365,00
13.8.9	Tomada dupla RJ-45 de sobrepor Cat.6	un	100,00	57,45	5.745,00
13.8.10	Fornecimento e instalação de conector RJ-45 macho Cat. 6	un	200,00	6,96	1.392,00
13.8.11	Fornecimento e instalação de conector RJ-45 fêmea Cat. 6	un	200,00	22,43	4.486,00
13.8.12	Remoção de tomada de lógica	un	100,00	0,63	63,00
13.8.13	Reinstalação de tomada de lógica com aproveitamento de material	un	100,00	20,04	2.004,00
13.8.14	Remoção de cabo de lógica	m	300,00	0,63	189,00
13.8.15	Reinstalação de cabo de lógica com aproveitamento de material	m	300,00	1,50	450,00
13.8.16	Fornecimento e instalação de câmera - Bullet	un	10,00	280,52	2.805,20
13.8.17	Fornecimento e instalação de câmera - Dome	un	15,00	135,88	2.038,20
13.9	Eletrocalhas				
13.9.1	Eletrocalha lisa ou perfurada em aço galvanizado, largura 100mm e altura 50mm, inclusive emenda e fixação - Fornecimento e instalação. AF_09/2016	m	50,00	33,60	1.680,00
13.9.2	Eletrocalha lisa ou perfurada em aço galvanizado, largura 200mm e altura 50mm, inclusive emenda e fixação - Fornecimento e instalação. AF_09/2016	m	50,00	65,83	3.291,50
13.9.3	Eletrocalha lisa ou perfurada em aço galvanizado, largura 300mm e altura 50mm, inclusive emenda e fixação - Fornecimento e instalação. AF_09/2016	m	40,00	73,88	2.955,20
13.9.4	Eletrocalha lisa ou perfurada em aço galvanizado, largura 500mm e altura 50mm, inclusive emenda e fixação - Fornecimento e instalação. AF_09/2016	m	40,00	108,32	4.332,80
13.9.5	Perfilado de seção 38x76 mm para suporte de eletrocalha lisa ou perfurada em aço galvanizado, largura 200 ou 400 mm e altura 50 mm. AF_07/2017	m	90,00	35,70	3.213,00



Diário Oficial Eletrônico de Contas

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas

Av. Efigênio Sales, nº 1155 - Parque 10 de Novembro - Manaus - AM - CEP: 69055-736

Horário de funcionamento: 7h - 13h

Telefone: (92) 3301-8180 - e-mail: doe@tce.am.gov.br

[@tceamazonas](#) [f/tceam](#) [t/tceam](#) [tce-am](#) [tceamazonas](#) [tceam](#)



Diário Oficial Eletrônico

Tribunal de Contas do Amazonas



Manaus, 5 de abril de 2021

Edição nº 2505 Pag.60

13.9.6	Perfilado de seção 38x76 mm para suporte de eletrocalha lisa ou perfurada em aço galvanizado, largura 500 ou 800 mm e altura 50 mm. AF_07/2017	m	40,00	38,53	1.541,20
13.9.7	Suporte vertical 100 x 50 mm para fixação de eletrocalha metálica (ref.: Mopa ou similar)	un	50,00	23,99	1.199,50
13.10	Barramento eletrificado				
13.10.1	Reaperto de conexão de segmento de barramento eletrificado até 1200A	un	40,00	14,89	595,60
13.10.2	Conexão e desconexão de caixa de derivação de barramento eletrificados até 1200A	un	10,00	51,08	510,80
13.10.3	Troca de disjuntor 150 a 1200A com fornecimento de mão de obra em caixa de derivação de barramento eletrificado	un	10,00	104,31	1.043,10
13.10.4	Termografia de conexões em barramento eletrificado embutido no forro	un	40,00	50,12	2.004,80
14	INSTALAÇÕES DE PREVENÇÃO E COMBATE À INCÊNDIO				31.114,80
14.1	Abrigo para hidrante, 75x45x17cm, com registro globo angular 45° 2.1/2", adaptador storz 2.1/2", mangueira de incêndio 15m, redução 2.1/2x1.1/2" e esguicho em latão 1.1/2" - fornecimento e instalação	un	5,00	1.051,48	5.257,40
14.2	Abrigo para hidrante, 90x60x17cm, com registro globo angular 45 graus 2 1/2", adaptador storz 2 1/2", mangueira de incêndio 20m, redução 2 1/2 x 1 1/2" e esguicho em latão 1 1/2" - fornecimento e instalação. af_08/2017	un	5,00	1.235,85	6.179,25
14.3	Esguicho jato regulável, tipo Elkhart, para combate a incêndio	un	5,00	167,16	835,80
14.4	Botoneira de alarme convencional de rearme manual, de ABS cor vermelho, proteção IP41, com led indicador de alarme cor vermelho e chave de rearme. Inclusive elementos de fixação.	un	10,00	88,81	888,10
14.5	Fornecimento e instalação em paramento interior de sirene eletrônica, de cor vermelho, com sinal óptico e acústico	un	10,00	351,52	3.515,20
14.6	Detector óptico de fumaça e térmico convencional, com duplo led de ativa	un	20,00	100,36	2.007,20
14.7	Mangueira de incêndio, Tipo 1, de 1 1/2", comprimento = 15m	un	5,00	283,39	1.416,95
14.8	Mangueira de incêndio, Tipo 1, de 1 1/2", comprimento = 25m	un	5,00	433,25	2.166,25
14.9	Extintor de CO2 6kg - Fornecimento e instalação	un	5,00	529,36	2.646,80



Diário Oficial Eletrônico de Contas

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas

Av. Efigênio Sales, nº 1155 - Parque 10 de Novembro - Manaus - AM - CEP: 69055-736

Horário de funcionamento: 7h - 13h

Telefone: (92) 3301-8180 - e-mail: doe@tce.am.gov.br

@tceamazonas

f/tceam

tceam

tce-am

tceamazonas

tceam



Diário Oficial Eletrônico

Tribunal de Contas do Amazonas



Manaus, 5 de abril de 2021

Edição nº 2505 Pag.61

14.10	Extintor de PQS 4kg - Fornecimento e instalação	un	5,00	158,68	793,40
14.11	Extintor incêndio água-pressurizada 10l incl suporte parede carga completa - Fornecimento e colocação	un	5,00	171,76	858,80
14.12	Extintor incêndio TP gás carbônico 4kg completo - Fornecimento e instalação	un	5,00	497,75	2.488,75
14.13	Extintor incêndio TP pó químico 4kg - Fornecimento e colocação	un	5,00	166,80	834,00
14.14	Extintor incêndio TP pó químico 6kg - Fornecimento e instalação	un	5,00	193,28	966,40
14.15	Placa de sinalização de equipamentos contra incêndio e de meios de evacuação	un	5,00	52,10	260,50
15 INSTALAÇÕES DE SPDA					2.004,30
15.1	Medição da malha de aterramento com desconexão e reconexão do sistema de SPDA		30,00	50,12	1.503,60
15.2	Limpeza e reaperto das conexões de malha de SPDA e captadores		30,00	16,69	500,70
16 PINTURAS E TRATAMENTOS					78.387,60
16.1	Pintura acrílica em piso cimentado duas demãos	m²	80,00	16,04	1.283,20
16.2	Pintura acrílica para sinalização horizontal em piso cimentado	m²	30,00	22,08	662,40
16.3	Aplicação manual de pintura com tinta látex PVA em teto, duas demãos. AF_06/2014	m²	300,00	11,94	3.582,00
16.4	Aplicação manual de pintura com tinta látex PVA em paredes, duas demãos. AF_06/2014	m²	300,00	10,69	3.207,00
16.5	Aplicação manual de pintura com tinta látex acrílica em teto, duas demãos. AF_06/2014	m²	800,00	15,31	12.248,00
16.6	Aplicação manual de pintura com tinta látex acrílica em paredes, duas demãos. AF_06/2014	m²	1.400,00	13,53	18.942,00
16.7	Aplicação de fundo selador acrílico em teto, uma demão. AF_06/2014	m²	300,00	2,48	744,00
16.8	Aplicação de fundo selador acrílico em paredes, uma demão. AF_06/2014	m²	300,00	2,09	627,00
16.9	Aplicação e lixamento de massa látex em teto, duas demãos. AF_06/2014	m²	300,00	23,76	7.128,00
16.10	Aplicação e lixamento de massa látex em paredes, duas demãos. AF_06/2014	m²	300,00	12,31	3.693,00
16.11	Aplicação manual de massa acrílica em paredes externas de casas, duas demãos. af_05/2017	m²	300,00	21,64	6.492,00
16.12	Pintura esmalte fosco para madeira, duas demãos, sobre fundo nivelador branco	m²	150,00	24,17	3.625,50



Diário Oficial Eletrônico de Contas

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Av. Efigênio Sales, nº 1155 - Parque 10 de Novembro - Manaus - AM - CEP: 69055-736
Horário de funcionamento: 7h - 13h
Telefone: (92) 3301-8180 - e-mail: doe@tce.am.gov.br

[@tceamazonas](#) [/tceam](#) [/tceam](#) [/tce-am](#) [/tceamazonas](#) [/tceam](#)



Diário Oficial Eletrônico

Tribunal de Contas do Amazonas



Manaus, 5 de abril de 2021

Edição nº 2505 Pag.62

16.13	Pintura esmalte acetinado para madeira, duas demãos, sobre fundo nivelador branco	m²	150,00	23,78	3.567,00
16.14	Pintura esmalte brilhante para madeira, duas demãos, sobre fundo nivelador branco	m²	150,00	23,67	3.550,50
16.15	Pintura com tinta alquídica de acabamento (esmalte sintético acetinado) aplicada a rolo ou pincel sobre superfícies metálicas (exceto perfil) executado em obra (por demão). AF_01/2020	m²	150,00	20,01	3.001,50
16.16	Pintura com tinta alquídica de acabamento (esmalte sintético brilhante) aplicada a rolo ou pincel sobre superfícies metálicas (exceto perfil) executado em obra (por demão). AF_01/2020	m²	150,00	19,92	2.988,00
16.17	Pintura com tinta alquídica de acabamento (esmalte sintético fosco) aplicada a rolo ou pincel sobre superfícies metálicas (exceto perfil) executado em obra (por demão). AF_01/2020	m²	150,00	20,31	3.046,50
17 PAISAGISMO					31.906,40
17.1	Recomposicao de pavimentacao tipo blokret sobre colchao de areia com reaproveitamento de material	m²	50,00	18,42	921,00
17.2	Demolição de pavimento intertravado, de forma manual, com reaproveitamento. af_12/2017	m²	50,00	14,72	736,00
17.3	Plantio de grama em placas. af_05/2018	m²	50,00	10,70	535,00
17.4	Aplicação de adubo em solo. af_05/2018	m²	50,00	4,38	219,00
17.5	Revolvimento e limpeza manual de solo. af_05/2018	m²	50,00	1,88	94,00
17.6	Assentamento de guia (meio-fio) em trecho reto, confeccionada em concreto pré-fabricado, dimensões 100x15x13x20 cm (comprimento x base inferior x base superior x altura), para urbanização interna de empreendimentos. af_06/2016_p	m	60,00	42,32	2.539,20
17.7	Execução de sarjeta de concreto usinado, moldada in loco em trecho reto, 30 cm base x 10 cm altura. af_06/2016	m	60,00	42,51	2.550,60
17.8	Execução de passeio em piso intertravado, com bloco 16 faces de 22 x 11 cm, espessura 6 cm. af_12/2015	m²	50,00	92,39	4.619,50
17.9	Execução de pátio/estacionamento em piso intertravado, com bloco 16 faces de 22 x 11 cm, espessura 8 cm. af_12/2015	m²	50,00	86,63	4.331,50
17.10	Execução de via em piso intertravado, com bloco 16 faces de 22 x 11 cm, espessura 8 cm. af_12/2015	m²	50,00	88,26	4.413,00



Diário Oficial Eletrônico de Contas

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Av. Efigênio Sales, nº 1155 - Parque 10 de Novembro - Manaus - AM - CEP: 69055-736
Horário de funcionamento: 7h - 13h
Telefone: (92) 3301-8180 - e-mail: doe@tce.am.gov.br

[@tceamazonas](#) [/tceam](#) [/tceam](#) [/tce-am](#) [tceamazonas](#) [/tceam](#)



Diário Oficial Eletrônico

Tribunal de Contas do Amazonas



Manaus, 5 de abril de 2021

Edição nº 2505 Pag.63

17.11	Execução de passeio (calçada) ou piso de concreto com concreto moldado in loco, feito em obra, acabamento convencional, espessura 6 cm, armado. af_07/2016	m²	50,00	80,00	4.000,00
17.12	Execução de passeio (calçada) ou piso de concreto com concreto moldado in loco, feito em obra, acabamento convencional, espessura 8 cm, armado. af_07/2016	m²	50,00	97,93	4.896,50
17.13	Poda em altura de árvore com diâmetro de tronco menor que 0,20 m. AF_05/2018	un	10,00	86,78	867,80
17.14	Poda em altura de árvore com diâmetro de tronco maior ou igual a 0,20 m e menor que 0,40 m. AF_05/2018	un	5,00	236,66	1.183,30
18 MOBILIÁRIO					169.536,70
18.1	Desmontagem de estações de trabalho - Padrão TCE	un	60,00	35,34	2.120,40
18.2	Desmontagem de arquivo deslizante - Padrão TCE	un	10,00	75,75	757,50
18.3	Montagem de estação de trabalho - Padrão TCE	un	60,00	70,69	4.241,40
18.4	Montagem de arquivo deslizante - Padrão TCE	un	10,00	151,49	1.514,90
18.5	Estações de trabalho em bancadas e armários, planejados em MDF	m²	250,00	643,61	160.902,50
19 LIMPEZA					39.396,26
19.1	Retirada de entulho da obra utilizando caixa coletora capacidade 5m³	m³	50,00	51,20	2.560,00
19.2	Coleta e carga manuais de entulho	m³	50,00	19,02	951,00
19.3	Limpeza de caixa de passagem ou de gordura com reassentamento da tampa	un	20,00	27,53	550,60
19.4	Limpeza geral	m²	200,00	13,31	2.662,00
19.5	Limpeza manual de reservatórios d'água (cisterna e caixas d'água elevadas) c/ laudo	m²	120,00	14,08	1.689,60
19.6	Limpeza de superfície com jato de alta pressão. AF_04/2019	m²	500,00	1,72	860,00
19.7	Limpeza de forro removível com pano úmido. AF_04/2019	m²	1.000,00	1,37	1.370,00
19.8	Limpeza de carpete com máquina extratora	m²	1.681,00	16,26	27.333,06
19.9	Limpeza de janela inteiramente de vidro (01.SEDI.LIMP.020/01-SINAPI)	m²	1.000,00	1,42	1.420,00
20 SERVIÇOS DIVERSOS					180.514,10



Diário Oficial Eletrônico de Contas

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Av. Efigênio Sales, nº 1155 - Parque 10 de Novembro - Manaus - AM - CEP: 69055-736
Horário de funcionamento: 7h - 13h
Telefone: (92) 3301-8180 - e-mail: doe@tce.am.gov.br

[@tceamazonas](#) [/tceam](#) [/tceam](#) [/tce-am](#) [/tceamazonas](#) [/tceam](#)



Diário Oficial Eletrônico

Tribunal de Contas do Amazonas



Manaus, 5 de abril de 2021

Edição nº 2505 Pag.64

20.1	Remoção de película insulfilm	m²	100,00	2,93	293,00
20.2	Retirada de cortinas e persianas, incluso transporte	un	100,00	14,00	1.400,00
20.3	Retirada papel de parede	m²	80,00	25,48	2.038,40
20.4	Película de controle solar	m²	230,00	63,27	14.552,10
20.5	Fornecimento e aplicação de papel de parede	m²	80,00	46,72	3.737,60
20.6	Reinstalação de persiana com aproveitamento de material	m²	50,00	50,50	2.525,00
20.7	Persianas vertical em PVC	m²	50,00	180,48	9.024,00
20.8	Brise metálico	m²	50,00	409,60	20.480,00
20.9	Fabricação de módulos em fibra de vidro para proteção de máquinas e equipamentos	m²	260,00	486,40	126.464,00
PREÇO TOTAL (R\$)					1.580.000,00

2.2. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o TCE-AM poderá:

2.2.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes da vigência do termo de contrato, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

2.2.2. Convocar os demais participantes da licitação, na ordem sequencial de melhor preço, para assegurar igual oportunidade de negociação.

3. VALIDADE DA ATA

3.1. O A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura.

4. REVISÃO E CANCELAMENTO

4.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao fornecedor.

4.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o fornecedor para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

4.3. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.



Diário Oficial Eletrônico de Contas

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Av. Efigênio Sales, nº 1155 - Parque 10 de Novembro - Manaus - AM - CEP: 69055-736
Horário de funcionamento: 7h - 13h
Telefone: (92) 3301-8180 - e-mail: doe@tce.am.gov.br

[@tceamazonas](#) [/tceam](#) [/tceam](#) [/tce-am](#) [/tceamazonas](#) [/tceam](#)



Manaus, 5 de abril de 2021

Edição nº 2505 Pag.65

4.3.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

4.3.2. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

4.3.3. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

4.4. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

4.5. O registro do fornecedor será cancelado quando:

4.5.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços;

4.5.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

4.5.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

4.5.4. Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

4.6. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 4.5.1, 4.5.2 e 4.5.4 será formalizado por despacho do órgão, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

4.7. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

4.7.1. Por razão de interesse público; ou

4.7.2. A pedido do fornecedor.

5. DAS PENALIDADES

5.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

6. CONDIÇÕES GERAIS





Diário Oficial Eletrônico

Tribunal de Contas do Amazonas



Manaus, 5 de abril de 2021

Edição nº 2505 Pag.66

6.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega/execução e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência.

A presente Ata, após lida e achada conforme, é assinada pelos representantes legais do TCE-AM e do Fornecedor Beneficiário.

Manaus/AM, 30 de março de 2021.

CONTRATANTE:


Conselheiro MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Presidente

CONTRATADA:

Renan França da Silva
R. P. DA SILVA EDIFICAÇÕES

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

DESPACHOS

Sem Publicação



Diário Oficial Eletrônico de Contas

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Av. Efigênio Sales, nº 1155 - Parque 10 de Novembro - Manaus - AM - CEP: 69055-736
Horário de funcionamento: 7h - 13h
Telefone: (92) 3301-8180 - e-mail: doe@tce.am.gov.br

 @tceamazonas  /tceam  /tceam  /tce-am  /tceamazonas  /tceam



Manaus, 5 de abril de 2021

Edição nº 2505 Pag.67

PORTARIAS

PORTARIA Nº 26/2021-GP/SECEX

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais.

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 29, XII c/c 89, IV, 203 e 211, §1º da Resolução TCE nº 04/2002 RI, deste Tribunal;

CONSIDERANDO o plano de inspeção ordinária das Diretorias e Departamentos da SECEX, para o exercício de 2021 (Certidão da 42ª Sessão Administrativa do Egrégio Tribunal Pleno, de 21/12/2020);

CONSIDERANDO a Decisão nº 37/2017-TCE-TRIBUNAL PLENO;

CONSIDERANDO a Portaria nº 430/2018-GPDRH, publicada no DOE em 25/07/2018;

CONSIDERANDO que este Tribunal é signatário (processo 959/2015) do Termo de Adesão ao Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas;

CONSIDERANDO o memorando Nº 15/2021/DICAMM/SECEX

R E S O L V E:

I - DESIGNAR os servidores Amauri Correa Lustosa (Matricula nº 255-0A) e Flávio das Neves Souza (Matrícula nº 301-8A), para, sob a presidência do primeiro, realizar Inspeção via Sistema, no Instituto Municipal de Planejamento Urbano - IMPLURB, exercício de 2019, no período de 05.04.2021 a 09.04.2021.

II - AUTORIZAR a adoção das medidas prescritas nos arts. 125 e 126 da Lei nº 2.423 – LO, de 10/12/96 c/c os arts. 206 a 208 da Resolução TCE nº 04/2002 (Regimento Interno), pelos mencionados servidores;

III - FIXAR o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação do relatório conclusivo, contados a partir da resposta à notificação, observando-se os termos do art. 78, caput, da Resolução TCE nº 4/2002 (Regimento Interno);

IV – Havendo necessidade de prorrogação de prazo para inspeção, a comissão deverá apresentar justificativa, por escrito, a respeito dos motivos que amparam tal solicitação;

V - ESTABELECE aos servidores a responsabilidade sobre todos os aspectos a ela pertinentes (art. 211, §§ 2º e 3º da Resolução TCE nº 04/2002), inclusive a entrega do relatório no prazo determinado.

VI - OBSERVAR os critérios estabelecidos pelo APÊNDICE II – RESOLUÇÃO ATRICON 09/2018 – DIRETRIZES 3218 – MATRIZ DE FISCALIZAÇÃO DA TRANSPARÊNCIA.

PUBLIQUE-SE, CIENTIFIQUE-SE E CUMPRA-SE.





Diário Oficial Eletrônico

Tribunal de Contas do Amazonas



Manaus, 5 de abril de 2021

Edição nº 2505 Pag.68

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 31 de março de 2021.


Conselheiro MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Presidente

PORTARIA SEI Nº 42/2021 – SGDRH

A SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso das atribuições legais; e

CONSIDERANDO o teor da Portaria n.º 02/2020-GPDRH, datada de 03.01.2020, do Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas;

CONSIDERANDO o teor do Pedido de Adiantamento n.º 20/2021, constante no Processo n.º 001821/2021;

R E S O L V E :

I - AUTORIZAR concessão de R\$ 10.799,00 (dez mil, setecentos e noventa e nove reais), como adiantamento em favor do servidor **FABIO DEMASI LEVY**, matrícula n.º 000.212-7A, para custear despesas de pronto pagamento dentro do Estado, com arrimo na Resolução n.º 12/2013, com as alterações introduzidas pela Resolução n.º 03/2021, a ser aplicado no presente exercício, à conta do Programa de Trabalho – **01.122.0056.2466 – MANUTENÇÃO DA UNIDADE ADMINISTRATIVA** – Natureza da Despesa **4.4.90.52.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE** – Fonte 100;

II - CONCEDER o prazo de 90 (noventa) dias para aplicação e 30 (trinta) dias para prestar contas.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE.



Diário Oficial Eletrônico de Contas

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Av. Efigênio Sales, nº 1155 - Parque 10 de Novembro - Manaus – AM - CEP: 69055-736
Horário de funcionamento: 7h - 13h
Telefone: (92) 3301-8180 - e-mail: doe@tce.am.gov.br

 @tceamazonas  /tceam  /tceam  /tce-am  /tceamazonas  /tceam



Diário Oficial Eletrônico

Tribunal de Contas do Amazonas



Manaus, 5 de abril de 2021

Edição nº 2505 Pag.69

GABINETE DA SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 26 de março de 2021.


SOLANGE MARIA RIBEIRO DA SILVA
Secretária Geral de Administração

PORTARIA SEI Nº 43/2021 - SGDRH

A SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso das atribuições legais; e

CONSIDERANDO o teor da Portaria n.º 02/2020-GPDRH, datada de 03.01.2020, do Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas;

CONSIDERANDO o teor do Pedido de Adiantamento n.º 21/2021-DIMAT, constante no Processo n.º 001833/2021;

R E S O L V E :

I - AUTORIZAR a concessão de R\$ 13.999,00 (treze mil, novecentos e noventa e nove reais), como adiantamento em favor da servidora **CAROLINE VALENTE REIS**, matrícula n.º 002.256-0C, para custear despesas de pronto pagamento dentro do estado, com arrimo na Resolução n.º 12/2013, com as alterações introduzidas pela Resolução n.º 03/2021, a ser aplicado no presente exercício, à conta do Programa de Trabalho – **01.122.0056.2466 – MANUTENÇÃO DA UNIDADE ADMINISTRATIVA – Natureza da Despesa 4.4.90.52.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE – Fonte 100;**

II - CONCEDER o prazo de 90 (noventa) dias para aplicação e 30 (trinta) dias para prestar contas.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE.

GABINETE DA SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 26 de março de 2021.


SOLANGE MARIA RIBEIRO DA SILVA
Secretária Geral de Administração



Diário Oficial Eletrônico de Contas

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Av. Efigênio Sales, nº 1155 - Parque 10 de Novembro - Manaus – AM - CEP: 69055-736
Horário de funcionamento: 7h - 13h
Telefone: (92) 3301-8180 - e-mail: doe@tce.am.gov.br

 @tceamazonas  /tceam  /tceam  /tce-am  tceamazonas  /tceam



Diário Oficial Eletrônico

Tribunal de Contas do Amazonas



Manaus, 5 de abril de 2021

Edição nº 2505 Pag.70

ATO N.º 34/2021

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e;

CONSIDERANDO o Acórdão n.º 66/2021 – Administrativa – Tribunal Pleno, datado de 30.03.2021, constante do Processo SEI n.º 009747/2019,

R E S O L V E:

APOSENTAR Voluntariamente por Idade e por Tempo de Contribuição a servidora **MARIA RITA DE OLIVEIRA BRAGA**, matrícula n.º 000.176-7A, Auditora Técnica de Controle Externo – Auditoria Governamental “C”, Classe D, Nível II, nos termos do **art. 3º da EC n.º 47/2005**, assegurando-lhe o direito à última remuneração, que corresponde à totalidade das parcelas remuneratórias como base para seus proventos, bem como o direito à paridade e à integralidade, na forma da Lei, composto das seguintes parcelas:

CARGO: AUDITOR TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO – AUDITORIA GOVERNAMENTAL “C” - CLASSE D, NÍVEL II.	VALOR (R\$)
PROVENTOS Lei n.º 4.743/2018, Artigo 7º, <i>caput</i> , bem como, anexos I, II e III.	R\$ 11.433,61
ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO (20%) Lei N.º 4.743/2018, Artigo 7º, § 1º, inciso III.	R\$ 2.286,72
ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO (10%) Lei n.º 1.762/86, Artigo 90, III c/c Lei n.º 2.531/99, EC 91/2015, Decisão n.º 154/2019, com efeito da Portaria n.º 710/2019-GPDRH.	R\$ 1.143,36
GRATIFICAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL (60%) Lei n.º 1.762/86, Artigo 90, inciso IX.	R\$ 6.860,17
TOTAL	R\$ 21.723,86
13º SALÁRIO – Uma parcela– opção feita pela servidora, com fulcro na lei n.º 3.254/2008 que alterou o §1º e incluiu §3º do Artigo 4º da Lei n.º 1.897/1989.	R\$ 21.723,86

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 05 de abril de 2021.


Conselheiro MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Presidente



Diário Oficial Eletrônico de Contas

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Av. Efigênio Sales, nº 1155 - Parque 10 de Novembro - Manaus – AM - CEP: 69055-736
Horário de funcionamento: 7h - 13h
Telefone: (92) 3301-8180 - e-mail: doe@tce.am.gov.br

 @tceamazonas  /tceam  /tceam  /tce-am  tceamazonas  /tceam



Diário Oficial Eletrônico

Tribunal de Contas do Amazonas



Manaus, 5 de abril de 2021

Edição nº 2505 Pag.71

E R R A T A

ATO n.º 29/2021, datado de 31.03.2021, publicado no DOE, de 31.03.2021,

ONDE SE LÊ:

I – **EXONERAR** o servidor **IGOR HANAN SIMOES**, matrícula n.º 001.6514-8B, do cargo de Assessor de Conselheiro – CC-2, previsto no Anexo VII, da Lei n.º 4.743 de 28.12.2018, publicado no DOE de mesma data, alterada pela Lei n.º 5.053, de 26 de dezembro de 2019, publicado no DOE de mesma data, a contar de 01.04.2021;

LEIA-SE:

I – **EXONERAR** o servidor **IGOR HANAN SIMOES**, matrícula n.º **001.514-8B**, do cargo de Assessor de Conselheiro – CC-2, previsto no Anexo VII, da Lei n.º 4.743 de 28.12.2018, publicado no DOE de mesma data, alterada pela Lei n.º 5.053, de 26 de dezembro de 2019, publicado no DOE de mesma data, a contar de 01.04.2021;

Manaus, 05 de abril de 2021.


BEATRIZ DE OLIVEIRA BOTELHO
Diretora de Recursos Humanos

ADMINISTRATIVO

Sem Publicação

DESPACHOS

DESPACHOS DE ADMISSIBILIDADE E INADMISSIBILIDADE DE CONSULTAS, DENÚNCIAS E RECURSOS.

PROCESSO Nº 11632/2021– Recurso de Revisão interposto pela Fundação Amazonprev em face do Acórdão nº 646/2020 – TCE – Tribunal Pleno.

DESPACHO: ADMITO o presente recurso, concedendo-lhe o efeito devolutivo.

GABINETE DA PRESIDENCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em 31 de março de 2021.



Diário Oficial Eletrônico de Contas

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Av. Efigênio Sales, nº 1155 - Parque 10 de Novembro - Manaus – AM - CEP: 69055-736
Horário de funcionamento: 7h - 13h
Telefone: (92) 3301-8180 - e-mail: doe@tce.am.gov.br

 @tceamazonas  /tceam  /tceam  /tce-am  /tceamazonas  /tceam



Diário Oficial Eletrônico

Tribunal de Contas do Amazonas



Manaus, 5 de abril de 2021

Edição nº 2505 Pag.72

PROCESSO Nº 11628/2021– Recurso de Reconsideração interposto pela Sra. Auxiliadora Abrantes Pinto, responsável pela FEAS, durante o período de 04/10/2017 a 31/12/2017, em face do Acórdão nº 794/2020 – TCE – Tribunal Pleno.

DESPACHO: ADMITO o presente recurso, concedendo-lhe os efeitos devolutivo e suspensivo.

GABINETE DA PRESIDENCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em 31 de março de 2021.

PROCESSO Nº 11416/2021– Recurso Inominado interposto pelo Sr. Marcelo Magaldi Alves, Secretário da SEMSA/Manaus, em face do Despacho nº 416/2020-GP que não admitiu o recurso de reconsideração contra a Decisão nº 2121/2019 – Tce – Segunda Câmara, exarada nos autos do processo nº 10.297/2019.

DESPACHO: ADMITO o presente recurso.

GABINETE DA PRESIDENCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em 22 de março de 2021.

PROCESSO Nº 10354/2021– Consulta formulada pela Sra. Nívia Barroso de Freitas, Secretária Executiva do Fundo Estadual de Saúde, e pelo Sr. Marcellus José Barroso Campêlo, Secretário de Estado de Saúde do Amazonas, solicitando desta Corte de Contas informações acerca do rol de documentos do rol de documentos hábeis para o repasse de recursos oriundos de emendas parlamentares aos fundos Municipais de Saúde.

DESPACHO: ADMITO a presente consulta.

GABINETE DA PRESIDENCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em 01 de abril de 2021.

PROCESSO Nº 11639/2021– Consulta formulada pelo Sr. Marcos Antônio Lise, Prefeito de Apuí, solicitando desta Corte de Contas esclarecimentos acerca de possível realização de concurso público na referida municipalidade.

DESPACHO: ADMITO a presente consulta.

GABINETE DA PRESIDENCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em 31 de março de 2021.

SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 31 de março de 2021.


MIRTYL FERNANDES LEVY JUNIOR
Secretário do Tribunal Pleno



Diário Oficial Eletrônico de Contas

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Av. Efigênio Sales, nº 1155 - Parque 10 de Novembro - Manaus – AM - CEP: 69055-736
Horário de funcionamento: 7h - 13h
Telefone: (92) 3301-8180 - e-mail: doe@tce.am.gov.br

 @tceamazonas  /tceam  /tceam  /tce-am  /tceamazonas  /tceam



Manaus, 5 de abril de 2021

Edição nº 2505 Pag.73

EDITAIS

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 6/2021 – DEATV

Pelo presente Edital, na forma e para os efeitos do disposto nos arts. 20, 71, inciso III, 81, inciso III, da Lei nº 2.423/1996 e art. 97, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM combinado com o art. 5º, inciso LV, da CF/88, em cumprimento ao Despacho do Excelentíssimo Sr. Relator **Mario José de Moraes Costa Filho**, fica **NOTIFICADA** a Sra. **Geila da Gama de Araújo**, para no prazo de **30 (trinta) dias**, a contar da última publicação deste, apresentar ao Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, no seguinte endereço: Av. Efigênio Sales, 1155 – Parque 10 de Novembro – 69060-020, Manaus-AM, documentos e/ou justificativas, como razões de defesa, acerca das restrições e/ou questionamentos elencados na **Notificação Nº 282/2020 – DEATV** (fls. 485/487), emitida no bojo do **Processo TCE nº 14.851/2018**, que trata da Prestação de Contas da Parcela Única do Termo de Fomento nº 23/2017, firmado entre a **Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência – SEPED** e a **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Humaitá**.

DEPARTAMENTO DE AUDITORIA DE TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 31 de Março de 2021


RAQUEL CEZAR MACHADO
Chefe do Departamento de Análise

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 02/2021 - DICERP

Pelo presente Edital, faço saber a todos, na forma e para os efeitos legais do disposto nos arts. 71, III, 81, II, da Lei n.º 2.423/96-TCE, c/c o art. 1º, da LC nº 114/2013, que alterou o art. 20, da Lei nº 2423/96; arts. 86, 97, I e II, da Resolução n.º 04/2002-TCE; art. 19, da Res. nº 08/2013, e para que se cumpra o art. 5º, inciso LV, da CF/88, c/c o art. 51, § 1º da LO/TCE, e ainda o Despacho do Excelentíssimo Relator, Conselheiro Mário José de Moraes Costa Filho, fica **NOTIFICADO** o Sr. **RAIMUNDO NONATO DA SILVA**, Presidente da Câmara dos Vereadores à época de Carauari, para, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da última publicação deste, apresentar ao Tribunal de Contas do Estado do Amazonas justificativas e/ou documentos, como razões de defesa, referente à **Notificação nº 25/2020-DICERP** objeto do **Processo 10587/2015** da presente Representação, cuja narrativa dos fatos poderá ser requerida da DICERP, através do e-mail elias.silva@tce.am.gov.br, para fins de subsidiar a defesa. Ressaltamos que a petição e/ou defesa, Vossa Senhoria deve entregá-las por meio do endereço eletrônico protocolodigital@tce.am.gov.br





Diário Oficial Eletrônico

Tribunal de Contas do Amazonas




Manaus, 5 de abril de 2021

Edição nº 2505 Pag.74

desde que, de pequena monta (limitados a 10 megabytes), sem anexos, bem como as peças mais complexas, ficando estas sujeitas às possibilidades técnicas do DEAP, com autorização do Gabinete da Presidência, se necessário, ressalvando que os documentos digitais fora do padrão acima definido, enviados pelo protocolo digital, serão rejeitados e deverão ser protocolados fisicamente na sede do Tribunal (art. 2º, inc. III e IV da Portaria nº 283/2020-GP, pub. no DOE/TCE de 24.9.2020). Caso a apresentação de defesa seja feita via e-mail, solicitamos de Vossa Senhoria que informe o número do processo, nome completo, CPF, cópia da identidade, bem como procuração, quando estiver representado por Advogado, consoante parágrafo único, do art. 2º, da Resolução nº 01/2020-TCE. Ressaltamos, ainda, que todos os arquivos eletrônicos deverão estar no formato PDF-A.

DIRETORIA DE CONTROLE EXTERNO DE REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 30 de março de 2021.


ELIAS CRUZ DA SILVA
Diretor DICERP

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 03/2021 - DICERP

Pelo presente Edital, faço saber a todos, na forma e para os efeitos legais do disposto nos arts. 71, III, 81, II, da Lei n.º 2.423/96-TCE, c/c o art. 1º, da LC nº 114/2013, que alterou o art. 20, da Lei nº 2423/96; arts. 86, 97, I e II, da Resolução nº 04/2002-TCE; art. 19, da Res. nº 08/2013, e para que se cumpra o art. 5º, inciso LV, da CF/88, c/c o art. 51, § 1º da LO/TCE, e ainda o Despacho da Excelentíssima Relatora, Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, fica **NOTIFICADO o Sr. WALTER ARNALDO KLING LOPES**, Presidente do Fundo Municipal de Previdência e Assistência Social do Município de Fonte Boa à época, para, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da última publicação deste, apresentar ao Tribunal de Contas do Estado do Amazonas justificativas e/ou documentos, como razões de defesa, ou recolher o montante referente à GLOSA no valor de **R\$ 2.083.220,31** (dois milhões, oitenta e três mil, duzentos e vinte reais e trinta e um centavos), referente à **Notificação nº 02/2021-DICERP** objeto do **Processo 13101/2017** da presente Tomada de Contas Anuais, cuja narrativa dos fatos poderá ser requerida da DICERP, através do e-mail elias.silva@tce.am.gov.br, para fins de subsidiar a defesa. Ressaltamos que a petição e/ou defesa, Vossa Senhoria deve entregá-las por meio do endereço eletrônico protocolodigital@tce.am.gov.br desde que, de pequena monta (limitados a 10 megabytes), sem anexos, bem como as peças mais complexas, ficando estas sujeitas às possibilidades técnicas do DEAP, com autorização do Gabinete da Presidência, se necessário, ressalvando que os documentos digitais fora do padrão acima definido, enviados pelo protocolo digital, serão rejeitados e deverão ser protocolados fisicamente na sede do Tribunal (art. 2º, inc. III e IV da Portaria nº 283/2020-GP, pub. no DOE/TCE de 24.9.2020). Caso a apresentação de defesa seja feita via e-mail, solicitamos de Vossa Senhoria que informe o número do processo, nome completo, CPF, cópia da identidade, bem como procuração, quando estiver representado por Advogado, consoante parágrafo único, do art. 2º, da Resolução nº 01/2020-TCE. Ressaltamos, ainda, que todos os arquivos eletrônicos deverão estar no formato PDF-A.



Diário Oficial Eletrônico de Contas

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Av. Efigênio Sales, nº 1155 - Parque 10 de Novembro - Manaus - AM - CEP: 69055-736
Horário de funcionamento: 7h - 13h
Telefone: (92) 3301-8180 - e-mail: doe@tce.am.gov.br

 @tceamazonas  /tceam  /tceam  /tce-am  /tceamazonas  /tceam



Diário Oficial Eletrônico


Tribunal de Contas do Amazonas



Manaus, 5 de abril de 2021

Edição nº 2505 Pag.75


DIRETORIA DE CONTROLE EXTERNO DE REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 30 de março de 2021.


ELIAS CRUZ DA SILVA
Diretor DICERP

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 04/2021 - DICERP

Pelo presente Edital, faço saber a todos, na forma e para os efeitos legais do disposto nos arts. 71, III, 81, II, da Lei n.º 2.423/96-TCE, c/c o art. 1º, da LC nº 114/2013, que alterou o art. 20, da Lei nº 2423/96; arts. 86, 97, I e II, da Resolução n.º 04/2002-TCE; art. 19, da Res. nº 08/2013, e para que se cumpra o art. 5º, inciso LV, da CF/88, c/c o art. 51, § 1º da LO/TCE, e ainda o Despacho da Excelentíssima Relatora, Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, fica **NOTIFICADO o Sr. ANTÔNIO GOMES FERREIRA**, Prefeito à época de Fonte Boa, para, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da última publicação deste, apresentar ao Tribunal de Contas do Estado do Amazonas justificativas e/ou documentos, como razões de defesa, ou recolher o montante referente à GLOSA no valor de **R\$ 2.083.220,31** (dois milhões, oitenta e três mil, duzentos e vinte reais e trinta e um centavos), referente à **Notificação nº 01/2021-DICERP** objeto do **Processo 13101/2017** da presente Tomada de Contas Anuais, cuja narrativa dos fatos poderá ser requerida da DICERP, através do e-mail elias.silva@tce.am.gov.br, para fins de subsidiar a defesa. Ressaltamos que a petição e/ou defesa, Vossa Senhoria deve entregá-las por meio do endereço eletrônico protocolodigital@tce.am.gov.br desde que, de pequena monta (limitados a 10 megabytes), sem anexos, bem como as peças mais complexas, ficando estas sujeitas às possibilidades técnicas do DEAP, com autorização do Gabinete da Presidência, se necessário, ressalvando que os documentos digitais fora do padrão acima definido, enviados pelo protocolo digital, serão rejeitados e deverão ser protocolados fisicamente na sede do Tribunal (art. 2º, inc. III e IV da Portaria nº 283/2020-GP, pub. no DOE/TCE de 24.9.2020). Caso a apresentação de defesa seja feita via e-mail, solicitamos de Vossa Senhoria que informe o número do processo, nome completo, CPF, cópia da identidade, bem como procuração, quando estiver representado por Advogado, consoante parágrafo único, do art. 2º, da Resolução nº 01/2020-TCE. Ressaltamos, ainda, que todos os arquivos eletrônicos deverão estar no formato PDF-A.

DIRETORIA DE CONTROLE EXTERNO DE REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 30 de março de 2021.


ELIAS CRUZ DA SILVA
Diretor DICERP

Diário Oficial Eletrônico de Contas

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas

Av. Efigênio Sales, nº 1155 - Parque 10 de Novembro - Manaus - AM - CEP: 69055-736

Horário de funcionamento: 7h - 13h

Telefone: (92) 3301-8180 - e-mail: doe@tce.am.gov.br

 @tceamazonas  /tceam  /tceam  /tce-am  /tceamazonas  /tceam





Diário Oficial Eletrônico

Tribunal de Contas do Amazonas



Manaus, 5 de abril de 2021


Edição nº 2505 Pag.76

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 16/2021-DICAMI

Processo nº 10.254/2021. Representação interposta pelo Sr. Pedro Duarte Guedes, Prefeito de Careiro da Várzea em face dos Srs. **OSMAR MEDEIRO FILHO** (Ex-Secretário de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos), **ADRIANA DA SILVA BRAGANÇA** (Ex-Coordenadora da Atenção Básica de Saúde), **MÁRIO JORGE BRANDÃO DE LIMA** (Ex-Secretário Municipal de Administração e Planejamento), **MARIA DA CONCEIÇÃO LEITE DE FREITAS** (Ex-Secretária Municipal de Assistência Social, Cidadania e Direitos Humanos), **ELISANGELA MENDES DA SILVA** (Ex-Subsecretária de Assistência Social, Cidadania e Direitos Humanos) e a **ELIANE ALMEIDA ARAÚJO** (Ex-Secretária Municipal de Educação) todos do município de Careiro da Várzea, pela ausência de realização de transição de governo. Prazo: 30 dias.

Pelo presente Edital, faço saber a todos, na forma e para os efeitos legais do disposto nos arts. 71, III, 81, II, da Lei nº 2.423/96-TCE, c/c o art. 1º, da LC nº 114/2013, que alterou o art. 20, da Lei nº 2423/96; arts. 86, 97, I e II, da Resolução nº 04/2002-TCE; art. 19, da Res. nº 08/2013, e para que se cumpra o art. 5º, inciso LV, da CF/88, c/c o art. 51, § 1º da LO/TCE, e ainda o Despacho do Excelentíssimo Relator, Conselheiro Substituto Alípio Reis Firmo Filho, ficam **NOTIFICADOS** os Srs. **OSMAR MEDEIRO FILHO** (Ex-Secretário de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos), **ADRIANA DA SILVA BRAGANÇA** (Ex-Coordenadora da Atenção Básica de Saúde), **MÁRIO JORGE BRANDÃO DE LIMA** (Ex-Secretário Municipal de Administração e Planejamento), **MARIA DA CONCEIÇÃO LEITE DE FREITAS** (Ex-Secretária Municipal de Assistência Social, Cidadania e Direitos Humanos), **ELISANGELA MENDES DA SILVA** (Ex-Subsecretária de Assistência Social, Cidadania e Direitos Humanos) e a **ELIANE ALMEIDA ARAÚJO** (Ex-Secretária Municipal de Educação) todos do município de Careiro da Várzea, para, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da última publicação deste, apresentar ao Tribunal de Contas do Estado do Amazonas justificativas e/ou documentos, como razões de defesa, acerca do objeto da presente Representação, cuja narrativa dos fatos poderá ser requerida da DICAMI, através do e-mail dicami@tce.am.gov.br, para fins de subsidiar a defesa. Ressaltamos que a petição e/ou defesa, Vossas Senhorias devem entregá-las por meio do endereço eletrônico protocolodigital@tce.am.gov.br desde que, de pequena monta (limitados a 10 megabytes), sem anexos, bem como as peças mais complexas, ficando estas sujeitas às possibilidades técnicas do DEAP, com autorização do Gabinete da Presidência, se necessário, ressalvando que os documentos digitais fora do padrão acima definido, enviados pelo protocolo digital, serão rejeitados e deverão ser protocolados fisicamente na sede do Tribunal (art. 2º, inc. III e IV da Portaria nº 283/2020-GP, pub. no DOE/TCE de 24.9.2020). Caso a apresentação de defesa seja feita via e-mail, solicitamos de Vossas Senhorias que informem o número do processo, nome completo, CPF, cópia da identidade, bem como procuração, quando estiver representado por Advogado, consoante parágrafo único, do art. 2º, da Resolução nº 01/2020-TCE. Ressaltamos, ainda, que todos os arquivos eletrônicos deverão estar no formato PDF-A.

DIRETORIA DE CONTROLE EXTERNO DA ADMINISTRAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO INTERIOR, DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 31 de março de 2021.


LÚCIO GUIMARÃES DE GÓIS
Diretor de Controle Externo da Administração
dos Municípios do Interior

Diário Oficial Eletrônico de Contas

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas

Av. Efigênio Sales, nº 1155 - Parque 10 de Novembro - Manaus - AM - CEP: 69055-736

Horário de funcionamento: 7h - 13h

Telefone: (92) 3301-8180 - e-mail: doe@tce.am.gov.br

 @tceamazonas  /tceam  /tceam  /tce-am  tceamazonas  /tceam



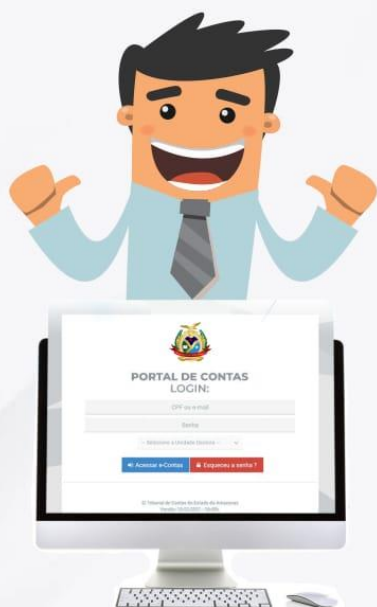


Manaus, 5 de abril de 2021

Edição nº 2505 Pag.77

ATENÇÃO PREFEITOS E GESTORES DO INTERIOR DO AMAZONAS!

Os prazos para envio das Prestações de Contas e documentos ao TCE-AM foram prorrogados.



Documentos/Sistemas	Prazos
E-Contas – Prestação de Contas da Competência de Dezembro de 2020	Até 30/04/2021
E-Contas - Prestação de Contas Anual do exercício de 2020	Até 30/05/2021
Índice de Efetividade da Gestão Municipal - IEGM (ano base de 2020)	Até 30/05/2021
E-Contas – Prestação de Contas da Competência de Janeiro de 2021	Até 31/05/2021
E-Contas – Prestação de Contas da Competência de Fevereiro de 2021	Até 28/06/2021
E-Contas – Prestação de Contas da Competência de Março de 2021	Até 29/07/2021
GEFIS - Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) do 6º Bimestre/2020	Até 15/04/2021
GEFIS - Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do 2º Semestre/2020	Até 15/04/2021
Índice de Efetividade da Gestão Municipal - IEGM (ano base de 2019)	Até 15/04/2021

Dúvidas: secex@tce.am.gov.br

Acesse: econtas.tce.am.gov.br



TRIBUNAL
DE CONTAS DO
ESTADO DO AMAZONAS



tceam



tceamazonas



tce-am



www2.tce.am.gov.br





Diário Oficial Eletrônico

Tribunal de Contas do Amazonas



Manaus, 5 de abril de 2021

Edição nº 2505 Pag.78



Presidente

Cons. Mario Manoel Coelho de Mello

Vice-Presidente

Cons. Antônio Julio Bernardo Cabral

Corregedor

Cons. Júlio Assis Corrêa Pinheiro

Ouvidor

Cons. Érico Xavier Desterro e Silva

Coordenadora Geral da Escola de Contas Públicas

Cons. Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos

Conselheiros

Cons. Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior

Cons. Josué Cláudio de Souza Neto

Auditores

Mário José de Moraes Costa Filho

Alípio Reis Firmo Filho

Luiz Henrique Pereira Mendes

Alber Furtado de Oliveira Junior

Procurador Geral do Ministério Público de Contas do TCE/AM

João Barroso de Souza

Procuradores

Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça

Evanildo Santana Bragança

Evelyn Freire de Carvalho

Ademir Carvalho Pinheiro

Elizângela Lima Costa Marinho

Carlos Alberto Souza de Almeida

Ruy Marcelo Alencar de Mendonça

Elissandra Monteiro Freire

Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva

Secretária Geral de Administração

Solange Maria Ribeiro da Silva

Secretário-Geral de Controle Externo

Jorge Guedes Lobo

Secretário-Geral do Tribunal Pleno

Mirtyl Fernandes Levy Júnior

Secretário de Tecnologia da Informação

Francisco Arthur Loureiro de Melo

Diretora Geral da Escola de Contas Públicas

Virna de Miranda Pereira

TELEFONES ÚTEIS

PRESIDÊNCIA 3301-8198 / OUVIDORIA 3301-8222/0800-208-0007 / ESCOLA DE CONTAS 3301-8301/ SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO 3301-8186 / SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO 3301-8153 / SECRETARIA DE TECNOLOGIA 3301-8119/ LICITAÇÃO 3301-8150 / COMUNICAÇÃO 3301- 8180 / DIRETORIA DO MPC 3301-8232 / PROTOCOLO 3301-8112

Diário Oficial Eletrônico de Contas

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas

Av. Efigênio Sales, nº 1155 - Parque 10 de Novembro - Manaus - AM - CEP: 69055-736

Horário de funcionamento: 7h - 13h

Telefone: (92) 3301-8180 - e-mail: doe@tce.am.gov.br

@tceamazonas

/tceam

/tceam

/tce-am

/tceamazonas

/tceam

